

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ASSOCIADO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA – UEM/UEL

GIOVANNA XAVIER DE MOURA

**DE IN-GOAL A IN-GOAL:
A TRAJETÓRIA DE MULHERES
NO RUGBY NO BRASIL**

Maringá
2018

GIOVANNA XAVIER DE MOURA

**DE IN-GOAL A IN-GOAL: A TRAJETÓRIA
DE MULHERES NO RUGBY NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de
Pós-Graduação Associado em
Educação Física – UEM/UEL,
para obtenção do título de
Mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto Starepravo

Maringá
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR, Brasil)

M929d Moura, Giovanna Xavier de
De in-goal a in-goal: a trajetória de mulheres no
rugby no Brasil / Giovanna Xavier de Moura. --
Maringá, PR, 2018.
xii, 182 f.: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto
Starepravo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Departamento
de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em
Educação Física UEM/UEL, 2018.

1. Rugby - Brasil. 2. Mulheres - Esporte. 3.
Esporte para mulheres. I. Starepravo, Fernando
Augusto, orient. II. Universidade Estadual de
Maringá. Centro de Ciências da Saúde. Departamento
de Educação Física. Programa de Pós-Graduação em
Educação Física UEM/UEL. III. Título.

CDD 23.ed. 796.333

GIOVANNA XAVIER DE MOURA

**DE *IN-GOAL* A *IN-GOAL*: A TRAJETÓRIA
DE MULHERES NO *RUGBY* NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física – UEM/UEL, na área de concentração Práticas Sociais em Educação Física, para obtenção do título de Mestre.

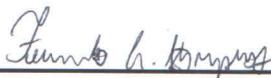
APROVADA em 01 de março de 2018.



Prof. Dra. **Silvana Vilodre Goellner**



Prof. Dr. **Carlos Herold Junior**



Prof. Dr. **Fernando Augusto Starepravo**
(Orientador)

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos aqueles que me acompanharam durante minha trajetória acadêmica, me apoiando em cada alegria, dificuldade e momentos de loucura.

Agradecimentos

Nesta reta final de estudos, não poderia deixar de agradecer a todas e a todas àquelas que, de alguma forma, contribuíram e participaram dessa minha trajetória para a obtenção do título de mestre.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter permitido que eu entrasse no mestrado para estudar e fazer aquilo que amo. Mesmo entre nossas brigas e discussões, nunca me deixou desamparada e me carregou e me ajudou nas mãos até aqui.

À minha família, que me deu todo o suporte necessário durante toda a vida, me apoiando em todas as minhas decisões, principalmente durante esses dois últimos anos. Agradeço, em especial, à minha mãe, Elenir, por toda a ajuda durante o mestrado, desde os ensinamentos de leituras até as correções dos meus textos, e ao meu pai, Waldemar, que me apresentou o mundo dos esportes e que não mediu esforços para me ajudar no que fosse preciso. Ao meu irmão, primos e primas, tios e tias, avós e avós, sem vocês não teria chegado até aqui.

Ao meu gordinho, Luis Gustavo, meu parceiro de todas às horas. Aquele que aguentou todas as bombas dos últimos anos, todos os meus choros, minhas risadas, meus momentos de estresse, de cansaço e que nunca me deixou desistir. Obrigada por me dar apoio (e me trazer hambúrguer e coca-cola) e ter me suportado diante de todas as minhas loucuras. Você já tem um lugarzinho reservado no céu.

Aos amigos de longa data, Francielli, Yara, Jeferson, Marco e Vanderlei, que me auxiliaram e dividiram comigo a experiência da pós-graduação. À Alessandra, presente que o mestrado me deu, por me acompanhar em cada minuto desses últimos anos, sendo minha parceira de estudos, artigos, de risadas desesperadas e de desabafos. Às meninas da Traction, por serem aquelas que me distraíram e me fizeram rir nos meus momentos de lazer. Obrigada pela amizade de vocês.

Ao meu orientador, professor Fernando Augusto Starepravo, por aceitar meu projeto de pesquisa, mesmo sem ser sua área de estudos. Obrigada por confiar em mim e por me ajudar e me dar todo o suporte e ensinamento necessário para que eu finalizasse essa etapa.

Ao meus irmãozinhos e irmãzinhas do GEPPOL, por terem sido minha família durante o mestrado e terem me acolhido com tanto amor e carinho. Obrigada pelas leituras do meu trabalho, pelas contribuições, pelas trocas de conhecimento, por me salvarem com o Bourdieu, por rirem e se desesperarem comigo. Pelas parcerias, pelos churrascos, pelos lanchinhos da tarde. Vocês me ensinaram muito.

Aos professores e professoras Programa de Pós-Graduação Associado UEM/UEL em Educação Física, por terem participado e contribuído com a minha formação acadêmica e profissional. Aos funcionários e funcionárias do programa pelo auxílio e por sanarem as dúvidas quanto a documentação e materiais.

À professora Silvana Goellner e ao professor Carlos Herold Junior, por terem aceitado participar deste momento especial e pela disponibilidade em contribuírem para o desenvolvimento do meu trabalho.

À professora Eliane Maio e ao professor Juliano de Souza, por terem colaborado e me ensinado muito durante o período de realização mestrado.

À Capes, pelas bolsas concedidas durante esses dois anos de formação.

Às atletas, pela disponibilidade e pelo interesse em participar da minha pesquisa. Sem vocês meu trabalho não existiria. Obrigada por dividirem um pouquinho de suas histórias neste esporte maravilhoso.

À todas as pessoas, mesmo aquelas não mencionadas, mas que torceram por mim e não mediram esforços para que esse trabalho fosse realizado: meu grande e imenso OBRIGADA!

MOURA, Giovanna Xavier de. **De in-goal a in-goal**: a trajetória de mulheres no Rugby no Brasil. 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

RESUMO

A participação das mulheres no esporte e as questões de gênero que permeiam este campo têm se tornado tema de muitas discussões, principalmente nos esportes de contato. O Rugby, considerado um esporte não adequado para as mulheres, tem sido reputado com a antítese da feminilidade. No Brasil, onde ainda é pouco conhecido, o Rugby já foi proibido pois acreditava-se que masculinizava as mulheres. Desta forma, o objetivo deste estudo foi analisar quais os elementos que marcaram a trajetória esportiva de atletas e ex-atletas mulheres da Seleção Brasileira de Rugby. A hipótese é de que o preconceito de gênero era o principal marcador dessa trajetória. Para isso, foram entrevistadas 10 atletas mulheres que participam ou participaram da Seleção Brasileira de Rugby *Sevens*. As entrevistas, baseadas em um roteiro semi-estruturado e realizadas no segundo semestre de 2017, foram gravadas, transcritas e analisadas por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Como resultado, verificou-se que as atletas iniciaram sua participação no Rugby por meio do convite de amigos/as e familiares, sendo atraídas por seus valores e características de jogo. O apoio das equipes, os desafios, os objetivos delimitados, os amigos e as viagens foram fatores determinantes para que as atletas se motivassem a jogar Rugby, elencando a participação em campeonatos com a seleção e uma convocação como o momento mais marcante de suas carreiras. Elas reportaram como dificuldades questões financeiras, lesões, problemas com o técnico e em conciliar horários de treino e estudos, sendo estes os principais fatores desmotivantes da prática da modalidade. O preconceito de gênero também apareceu como uma das dificuldades encontradas pelas atletas, que afirmaram ter ouvido comentários sobre o Rugby ser um esporte masculino, que mulheres não deveriam praticá-lo, que não seriam capazes de praticá-lo e que seus corpos são grandes e brutos. Além disso, foram pontuados também a falta de investimento e incentivo ao Rugby de mulheres no Brasil. Desta forma, concluímos que a hipótese de nosso estudo foi refutada pois o que marca a trajetória das atletas são os bons momentos expressos nos desafios conquistados, de forma individual ou coletiva, a participação em jogos ou vitórias em campeonatos e o fazer amigos. O preconceito de gênero surgiu como elemento da trajetória para algumas atletas, mas percebemos que este se deu, não de maneira individual, mas estrutural a partir da diferença salarial, do baixo investimento na categoria feminina e da falta de oportunidade dada às mulheres na modalidade. A trajetória individual dessas atletas somadas umas às outras tem transformado o coletivo da modalidade, que cresce em quantidade e qualidade, conquistando espaço, visibilidade e resultados expressivos. Ainda falta avançar na representatividade das mulheres nos cargos técnicos e de gestão nos clubes e nas instituições que organizam a modalidade. Mesmo assim, o Rugby tem se mostrado como um elemento empoderador na trajetória de vida dessas atletas.

Palavras-Chave: Rugby. Esporte. Mulheres. Gênero. Preconceito.

MOURA, Giovanna Xavier de. **From in-goal to in-goal: the trajectory of women in Rugby in Brazil.** 2017.183f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

ABSTRACT

Women's participation in sport and the gender issues that permeate this field have become the subject of many discussions, especially, in contact sports. In the Rugby case, considered a sport not suitable for women, it has been reputed the antithesis of femininity. In Brazil, where it is still not well-known, Rugby has already been banned because it was believed that it masculinized women. In this way, the aim of this study was to analyze the elements that marked the sporting trajectory of female's athletes and ex-athletes of the Brazilian Rugby Team. The hypothesis was that gender prejudice was the main marker of this trajectory. For this, 10 female athletes who participate or participated in the Brazilian Rugby Sevens' National Team were interviewed. The interviews, based on a semi-structured script and carried out in the second half of 2017, were recorded, transcribed and analyzed through Bardin's Content Analysis (2011). As a result, it was found that the athletes began their participation in Rugby through the invitation of friends and family, being attracted by their values and game characteristics. Team support, challenges, goals, friends and travel were key factors for athletes to be motivated to play Rugby, listing participation in championships with the national team and summons as the highlight of their careers. They reported the financial issues, injuries, problems with the coach and to reconcile training schedules and studies as difficulties, these being the main demotivating factors of the practice of the modality. Gender prejudice also appeared as one of the difficulties encountered by athletes, who said they heard comments about Rugby being a men's sport, that women should not practice it, that they would not be able to practice it and that their bodies are large and rude. In addition, the lack of investment and incentive for women's Rugby in Brazil were also scored. In this way, we conclude that the hypothesis of our study was refuted because what marks the trajectory of the athletes are the good moments expressed in the challenges conquered, individually or collectively, participation in games or victories in championships and making friends. Gender prejudice emerged as an element of the trajectory for some athletes, but we realized that this occurred, not in an individual but structural way based on the wage difference, the low investment in the female category and the lack of opportunity given to women in the modality. The individual trajectory of these athletes added to each other has transformed the collective of the modality, which grows in quantity and quality, conquering space, visibility and expressive results. There is still a lack of progress in the representation of women in the technical and management positions in the clubs and in the institutions that organize the modality. Even so, Rugby has been shown to be an empowering element in the life trajectory of these athletes.

Keywords: Rugby. Sport. Women. Gender. Prejudice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Esquema explicativo sobre as definições de gênero.....	28
Figura 2 -	Esquema explicativo sobre preconceito.....	55
Figura 3 -	Iceberg – Componentes do Preconceito.....	63
Figura 4 -	Calendário Seleção Brasileira de Rugby Feminino (2009): Capa ...	81
Figura 5 -	Calendário Seleção Brasileira de Rugby Feminino (2009): Dezembro	81
Figura 6 -	Georgia Page jogando após fratura no nariz	82
Figura 7 -	Jogadora caindo na lama apresentada pela página Pasion por Rugby – “No hay delicadeza”	83
Figura 8 -	Jogadoras com lesões faciais com sangramento publicada pela página Pasion por Rugby – “Um dia duro para estas señoritas”	83
Figura 9 -	Jogadoras de Rugby realizando line-out de Sunquini apresentada pela página Pasion por Rugby – “Al line”	84
Figura 10 -	Jogadora de Rugby maquiada e uniformizada apresentada pela página Pasion por Rugby – “Perfect”.....	87
Figura 11 -	Mapa da distribuição dos clubes de Rugby no Brasil.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil das Atletas.....	93
Quadro 2 - Início da Prática do Rugby	96
Quadro 3 - Interesse pelo Rugby	99
Quadro 4 - Apoiadores	102
Quadro 5 - Dificuldades.....	105
Quadro 6 - Potencialidades.....	115
Quadro 7 - Momento mais marcante.....	120
Quadro 8 - Desmotivações.....	124
Quadro 9 - Motivações.....	129
Quadro 10 - Preconceito.....	133
Quadro 11 - Empoderamento.....	141
Quadro 12 - Participação das mulheres no Rugby no Brasil.....	148

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

7's	Sevens
AFRF	Associação Francesa de Rugby Feminino
CBRu	Confederação Brasileira de Rugby
COI	Comitê Olímpico Internacional
COPEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CNN	Cable News Network
DIESPORTE	Diagnóstico Nacional de Esportes
EUA	Estados Unidos da América
HSBC	Hong Kong and Shanghai Banking Corporation
IOC	International Olympic Committee
IRB	International Rugby Board
LIE	Lei de Incentivo ao Esporte
NASA	Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço
NZRFU	New Zealand Rugby Football Union
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEL	Universidade Estadual de Londrina
USA	United States of America
WFRU	Women's Rugby Football Union
WSWS	Women Sevens World Series

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	METODOLOGIA.....	21
3	GÊNERO E PRECONCEITO.....	24
3.1	Desvendando o “Gênero”.....	24
3.1.1	As Relações de Gênero.....	29
3.1.2	Registros de uma História: a inserção das mulheres no esporte.....	33
3.1.2.1	<i>As Relações de Gênero no Esporte.....</i>	43
3.2	Entendendo o Preconceito.....	51
3.2.1	Preconceito e Categorias de Causa.....	55
3.2.2	As Características do Preconceito.....	58
4	APONTAMENTOS SOBRE O RUGBY.....	67
4.1	Antecedentes históricos das mulheres no Rugby: o início da participação como jogadoras.....	73
4.2	As relações de Gênero no Rugby.....	78
5	A TRAJETÓRIA DAS RUGBIERS.....	92
5.1	A Lista de Convocação: Quem são essas Yaras?.....	92
5.2	Kick Off: O Início de uma Trajetória.....	96
5.2.1	“Como que joga? Como treina?”: as primeiras impressões e o interesse pelo Rugby.....	99
5.3	Carregadores de piano: o suporte às atletas.....	102
5.4	As barreiras enfrentadas.....	105
5.5	As Potencialidades da prática do Rugby.....	115
5.6	O Momento mais marcante.....	119
5.7	Side Step: driblando desmotivações.....	124
5.7.1	Desmotivações.....	124
5.7.2	Motivações.....	128
5.8	“Masculino, violento e perigoso”: o Preconceito de gênero no Rugby.....	132
5.9	Aprendendo a Tacklear: o Empoderamento por meio do Rugby.....	141
5.10	O Apito Final: Encerrando a Carreira.....	144

5.11	Oportunidades, conquistas e reconhecimento: o Rugby de Mulheres no Brasil.....	148
6	Conclusão.....	158
	Referências.....	161
	Anexos.....	175
	Anexo A – Parecer Consubstanciado Comitê de Ética e Pesquisa da UEM.....	176
	Apêndices.....	179
	Apêndice A - Roteiro de Entrevista.....	180
	Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	181

1 INTRODUÇÃO

“Trajetória” é um termo que surgiu, inicialmente, nos estudos da ciência sociais, ao se manifestar como parte inserida nos três pilares para estudar, de maneira adequada, o ser humano. Estas três bases são a biografia, a história e a sociedade, com destaque para a história, cujo papel é relevante em um estudo social (MILL, 1969).

A partir dos pilares, as “histórias de vida”, as “biografias” e as “trajetórias” manifestam-se como formas de estudo na teoria bourdieusiana. O sociólogo francês Bourdieu (2006) destaca as diferenças entre esses termos, pontuando que as histórias de vida e biografias são os conjuntos de acontecimentos individuais entendidos como história ou relatos dela. Esta definição se adequa àquela do senso comum, ou seja, a descrição dos acontecimentos de maneira simples, entendendo a vida como um caminho linear a percorrer e com uma única direção. Desta forma, as histórias de vida e as biografias têm começo, meio, fim e fins. Nelas, o pensamento do investigado é ordenado, como uma sequência lógica e cronológica dos fatos ocorridos.

Na teoria bourdieusiana (BOURDIEU, 2006, p. 189) trajetória é definida “como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Os estudos de trajetória, portanto, devem compreender o agente, levando-se em consideração o contexto social e o campo no qual está inserido, enquanto os trabalhos biográficos compreendem momentos únicos sem ligação com os acontecimentos sociais.

Para o entendimento do conceito de trajetória é necessário, então, que se adquira o conhecimento prévio do campo no qual essa trajetória se desdobrou, e as relações que fazem com que um agente se una com os demais agentes em um mesmo campo, ou seja, conhecer claramente quem são os agentes em seu grupo social, explicando a construção da trajetória no campo específico (BOURDIEU, 2006; MONTAGNER, 2007).

Bourdieu (2006) também faz a distinção entre trajetória individual e coletiva. A primeira é considerada um desvio da trajetória coletiva. Esta é conceituada como o efeito de uma trajetória exercida sobre um conjunto de indivíduos com traços comuns que podem ocupar uma mesma posição. Assim, é a trajetória coletiva que define uma classe em declínio ou em ascensão.

As mulheres são uma classe em ascensão. Segundo Knijnik (2010), a trajetória delas nos últimos trinta anos marcou mudanças sociais de valor significativo, como, por exemplo, direitos de igualdade, debates sobre a sua presença no mercado de trabalho, violência, papéis sexuais nos mais variados setores da vida social, sendo considerada uma das maiores revoluções do século XX.

No esporte, essa trajetória de lutas por espaço e visibilidade também se destacou por meio de discussões, estudos e pelo encorajamento de outras mulheres a participarem como atletas, dirigentes e técnicas. Com isso, o número de mulheres atletas vem aumentando substancialmente. Isso pode ser exemplificado pela representatividade das mulheres nas Olimpíadas. Desde a virada do século, houve um crescimento no percentual, chegando a 45% nas últimas Olimpíadas, no Rio de Janeiro, em 2016 (IOC, 2016).

Entretanto, no esporte, assim como nas mais variadas áreas, ainda há assimetrias socialmente institucionalizadas entre homens e mulheres que podem comprometer negativamente não somente as mulheres, mas qualquer outro grupo estigmatizado (BOURDIEU, 2002). As mulheres ainda são minoria no campo esportivo, como exemplifica o Diagnóstico Nacional de Esporte (Diesporte) realizado pelo Ministério do Esporte em 2013, no Brasil, que afirma que o percentual de mulheres praticantes de esportes é de 15,6%, enquanto os homens representam 35%, sendo o restante da população, sedentária. Semelhantemente, a Repucom (2015) notifica elevados percentuais de meninas e mulheres que não praticam esportes durante o período escolar. Essa baixa participação de mulheres pode ser um reflexo do fato de o esporte ser considerado socialmente como uma área de reserva masculina.

Sob ponto de vista semelhante, Goellner (2012, p. 74) questiona as representações historicamente construídas e impostas na sociedade atual com relação ao esporte ser visto como uma prática masculina, em discussões que, apesar de pouco abordadas merecem destaque, como, por exemplo,

a crença de que algumas modalidades as [mulheres] masculinizam e por essa razão devem ser evitadas; [...] a erotização no modo de se referir às atletas, destacando seus atributos físicos e estéticos (ou a ausência deles) e não seus méritos esportivos [...] e a não compreensão de que se pode constituir como um espaço capaz de empoderá-las¹.

¹ Termo trazido da língua inglesa (empowerment – “dar poder”) para o português pelo educador Paulo Freire, entretanto com uma conotação diferente: a de realizar por si mesmas ações que te fazem fortalecer/evoluir. De acordo com Valoura (2006, p. 2), para Freire “a pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza, por si mesma, as mudanças e ações que a levaram a evoluir e se fortalecer”

O Rugby é um dos esportes que podem ser enquadrados nos grupos supracitados. Nesta modalidade, há um elevado nível de contato físico entre os/as jogadores/as, os/as quais não utilizam de equipamentos de proteção, sendo permitido que os/as portadores da bola sejam derrubados/as ao chão. Por este motivo, o Rugby pode ser percebido como bruto e agressivo para aqueles/as que não são conhecedores/as da modalidade. Além disso, as características deste esporte fazem com que ele seja considerado, na esfera social, um esporte masculino, representando a antítese da feminilidade (FALLON, 2010). Desta maneira, de acordo com Almeida (2008, p. 40), as atletas praticantes desta modalidade encontram-se "[...] num meio social permeado de símbolos e representações, as quais na maioria das vezes privilegiam os homens e as masculinidades”.

Esta afirmação pôde ser corroborada por Moura (2017), em estudo com uma equipe de mulheres de Rugby na cidade de Maringá/Paraná/Brasil, no qual foi constatado um desconforto sentido pelo público que assistia às partidas, pois acreditava que o Rugby era um esporte essencialmente masculino, não devendo haver, assim, a participação de mulheres nesta modalidade. O estudo ainda apontou que as atletas afirmaram que essas situações de desconforto ocorriam principalmente pela falta de conhecimento sobre o Rugby por parte daqueles que as assistiam.

Convém ressaltar, no entanto, que o Rugby é um esporte muito conhecido no mundo. De acordo com a pesquisa organizada pela Total Sportek (2017)² e Revista IstoÉ (MOURA, 2016), o Rugby é classificado como o 6º esporte mais popular e o 2º mais assistido no mundo, sendo sua Copa do Mundo a 2ª mais lucrativa e o 3º maior evento esportivo em termos mundiais, perdendo apenas para as Olimpíadas e a Copa do Mundo de Futebol. Ademais, dados da World Rugby (2016), entidade máxima do esporte, mostram que, atualmente, 8,5 milhões de jogadores praticam a modalidade como membros em federações e confederações. Destes, 2,2 milhões são mulheres, o que representa mais de um quarto do total de jogadores.

No Brasil, o progresso da modalidade é evidente, sendo considerado um dos esportes que mais cresce, principalmente pela iniciativa da Confederação Brasileira de Rugby para tornar a modalidade o 2º esporte do país (CBRU, 2017). Hoje são mais de 137,8 mil jogadores e 16,6 mil

² A pesquisa foi realizada com base em 13 fatores: audiência global, audiência televisiva, ligas profissionais, contratos televisivos, patrocínios, salário de jogadores/as, maiores competições, mídia social, nº de manchetes, relevância no ano, equidade de gênero, acessibilidade ao público em geral. Disponível em: <http://www.totalsportek.com/most-popular-sports/>.

registrados no Brasil. Apesar dos números e da crescente aparição de jogos em emissoras fechadas de televisão, a falta de conhecimento da população brasileira sobre a modalidade fica perceptível através dos dados apresentados pelo Diagnóstico Nacional de Esporte (BRASIL, 2013)³, no qual o Rugby aparece em último lugar no ranking de modalidades mais praticadas no Brasil, com apenas 0,1% de praticantes, e em penúltimo entre as mais procuradas.

As informações sumariamente apresentadas aqui, nos conduziram a problematizar a pesquisa, buscando compreender **quais elementos marcaram a trajetória esportiva de atletas mulheres no Rugby?** Esta indagação nos levou a outros questionamentos, tais como, quais foram as dificuldades, as potencialidades e as motivações de/para a prática desta modalidade. Dessa forma, partimos da hipótese que a trajetória das mulheres praticantes de Rugby que fizeram ou fazem parte da Seleção Brasileira foi marcada, principalmente, por dificuldades relacionadas ao preconceito de gênero.

A partir desta problematização, “De in-goal a in-goal⁴: a trajetória de mulheres no Rugby no Brasil” é um trabalho que tem como objetivo **analisar o preconceito de gênero e os demais elementos que marcaram a trajetória esportiva de atletas e ex-atletas mulheres da Seleção Brasileira de Rugby.** Este objetivo principal nos levou ao delineamento de nossa pesquisa a partir de três objetivos secundários, que são:

- Discutir questões de gênero e preconceitos relacionados à prática esportiva e do Rugby por mulheres;
- Identificar os elementos marcantes, como dificuldades, potencialidades, motivações e resistências na trajetória de mulheres praticantes do Rugby no Brasil;
- Verificar se o preconceito de gênero é o principal elemento que marca a trajetória de atletas mulheres praticantes de Rugby no Brasil.

Este último objetivo foi delimitado com base nos estudos que tratam da história das mulheres no esporte (MONTEIRO, 2016; FERNANDES, 2014; NEVES, 2009) e no Rugby

³ Disponível em: http://www.esporte.gov.br/diesporte/diesporte_grafica.pdf. De acordo com o Diesporte, o Rugby seria mais procurado no Brasil na região Sudeste, com apenas 0,20% de praticantes da região.

⁴ No Rugby, o *try*, pontuação máxima, é marcada quando o jogador encosta a bola no chão na área de in-goal adversária, situada no fundo do campo. Para pontuar, é necessário, então, que os/as atletas percorram toda a extensão do espaço de jogo. Relacionamos neste trabalho, esse percurso feito pelos/as jogadores/as de in-goal a in-goal à trajetória esportiva das mulheres no Rugby no Brasil.

(ALMEIDA, 2008; JOHNCHERAY; TLILI, 2013; MOURA, 2014), que ressaltam o preconceito como elemento marcante na carreira esportiva das mulheres.

A realização deste trabalho se justifica, inicialmente, pelas informações mais recentes sobre o desenvolvimento do Rugby de mulheres no mundo, que tem seu número de jogadoras crescendo se comparado a anos anteriores. Segundo a World Rugby (2016), entidade organizadora da modalidade no mundo, em 2016, mais de 2 milhões de mulheres praticaram a modalidade regularmente, representando 36% do total de jogadores federados. Este número representa um recorde que, segundo a instituição, tende a crescer.

Apesar do crescente número de mulheres praticantes da modalidade, de acordo com Fallon (2010), o Rugby é considerado como a atividade que mais viola o papel de gênero atribuído às mulheres, e por esse motivo também é considerado como o esporte menos feminino, sendo até reputado como a antítese da feminilidade. Além disso, por ser considerado um esporte masculino (ALMEIDA, 2008; JOHNCHERAY; TLILI, 2013; WRIGHT; CLARKE, 1999; CARLE; NAURIGHT, 1999) e que masculinizava as mulheres, a modalidade já chegou a ser proibida no Brasil, em 1965, por meio de uma deliberação do Conselho Nacional de Desportos.

Segundo Joncheray e Tlili (2013), as mulheres praticantes de Rugby se preocupam mais com os riscos sociais da prática do que com os riscos de lesão. Em outras palavras, elas temiam o fato de praticar um esporte que poderia ser considerado como não indicado para mulheres, ser um esporte masculino, violento e perigoso. Outros temores eram sobre suas habilidades serem consideradas socialmente como não tão desenvolvidas como a dos homens e sobre terem sua orientação sexual colocada em xeque por praticarem a modalidade. Estas são algumas das razões pelas quais estudar o Rugby de mulheres⁵ e seus aspectos socioculturais torna-se primordial.

Ao tomar como base o gênero como categoria analítica, ressaltamos a relevância do estudo por considerar o gênero, assim como Goellner (2010), não somente como uma proposta científica, mas também como uma categoria que diz respeito a todos nós e que está presente nas mais diversas áreas da vida social: na família, no trabalho, na escola, na religião, na mídia e no esporte. Além disso, este último pode ser considerado como um espaço de resistência e luta contra as relações desiguais de gênero, de forma a romper com os processos de naturalização, conformismo e senso comum, além de ser uma forma de empoderamento.

⁵ Optamos por usar a nomenclatura “de mulheres” ao invés de “feminino” pois o marcador que divide às categorias é biológico (homens e mulheres).

Dessa forma, o interesse em realizar esta pesquisa originou-se, em primeiro lugar, pela vivência no Rugby, inicialmente como atleta, durante 7 anos, e atualmente também como técnica, acompanhando o dia-a-dia das colegas de equipe, compartilhando as dificuldades encontradas na prática e, por esse motivo, vendo-as deixarem de competir, ou ainda deixarem a prática da referida modalidade. Assim, no decorrer do texto, me posicionarei de um lugar de quem já experienciou este espaço e busca respostas aos questionamentos encontrados ao longo deste percurso. Em segundo lugar, pelos resultados obtidos em meu trabalho de conclusão de curso, em que abordei o preconceito no Rugby de mulheres com atletas da cidade de Maringá, no Paraná (cf. MOURA, 2014). No trabalho, verifiquei que as atletas da cidade recebem comentários sobre o fato de que o Rugby é um esporte de/para homens e violento, e que mulheres não deveriam praticá-lo e que, quando o praticam, são consideradas homossexuais ou masculinizadas. Esses comentários são justificados pelas atletas como falta de conhecimento sobre o Rugby e acreditam não serem preconceito.

Outra motivação para analisar o Rugby de mulheres, e talvez a principal delas, é por entender que realizar um estudo sobre o Rugby e as relações de gênero pode colaborar com a discussão presente na área a fim de propiciar mudanças no cenário atual e, ainda, para que as mulheres sejam empoderadas e busquem participar com equidade aos homens nas diversas dimensões da vida social. Investigar a trajetória de mulheres no Rugby também é uma forma de contar uma história que vive à sombra e que pouco tem sido discutida. Ao estudar as experiências de atletas mulheres no Rugby, buscamos dar voz a essas atletas e visibilidade a suas histórias.

Apesar da gama de estudos que compreendem os aspectos históricos, políticos, sociais e culturais que envolvem o esporte feminino (KNIJNIK, 2003, 2015; DEVIDE, 2005; MOURÃO, 2003; ROSEMBERG, 1995; OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008; GOELLNER, 1998, 2001, 2003, 2005, 2008, 2012; MOURÃO; VOTRE, 2003; TOMPSON, 2003; HARTMANN-TEWS; PFISTER, 2003; MORAES E SILVA; CÉSAR, 2014), este trabalho também se justifica pela escassez de estudos científicos concernentes à temática proposta relacionada ao Rugby de mulheres, já que as publicações referentes a esta modalidade no Brasil tratam, na maioria das vezes, de aspectos antropométricos e fisiológicos (LOPES *et. al.*, 2011a; LOPES *et. al.*, 2011b; PINHEIRO *et. al.*, 2011) ou ainda sua inserção na educação física escolar (ABREU; SANTOS, 2011; MENDES *et. al.* 2012). Apesar disto, convém salientar que localizamos alguns trabalhos que tratam da modalidade a partir de uma perspectiva de gênero, tais como, Almeida (2008), que

se ocupa em discutir sobre as formas como as atletas vivenciam o Rugby dentro e fora dos gramados, com base nas noções de corpo, gênero e sexualidade; Pacheco (2014), que buscou analisar os discursos de feminilidade e corporeidade em atletas de Rugby; Moura (2017), que analisou a percepção do preconceito em atletas de Rugby de mulheres de uma cidade no interior do Paraná; Marques e Cafeo (2014), que analisaram estratégias de publicidade para incentivar o Rugby de mulheres no Brasil; e Gonçalves (2014), que estudou sobre as relações entre esporte e estética, debruçando seu olhar sobre a visão dos espectadores em relação às jogadoras.

Outros trabalhos também foram encontrados na literatura internacional sobre as questões de gênero no Rugby. Dentre estes, é possível mencionar Joncheray e Tlili (2013), os quais abordam as barreiras sociais encontradas pelas atletas de Rugby na França; Howe (2001), que discute sobre os corpos, a sexualidade e o profissionalismo de atletas de Rugby de South Wales, na Austrália; Wright e Clarke (1999), que tratam da relação do Rugby de mulheres, mídia e a construção da heterossexualidade; Gill (2007), que debate sobre a construção da identidade feminina e a política de gênero a partir da experiência de jogadoras de Rugby, e Fallon (2010), que aborda os conflitos dos papéis de gênero a partir da percepção de atletas mulheres de Rugby dos Estados Unidos.

No que se refere aos trabalhos sobre a trajetória de atletas mulheres, destacamos os estudos de Monteiro (2016) sobre a presença das mulheres na arbitragem do futebol no Brasil; Fernandes (2014), que discutiu sobre as mulheres lutadoras de MMA, Boxe e Luta Olímpica; Neves (2009) que trata sobre a construção da carreira esportiva de uma competidora de triátlon e, também, Chu *et al* (2003), que discorrem sobre os caminhos das atletas de Rugby da equipe nacional de mulheres da Nova Zelândia.

Como vemos, há uma gama de trabalhos que estudam o Rugby, as questões de gênero e as trajetórias esportivas. Entretanto, não há trabalhos que combinem estes conhecimentos, sendo esta uma lacuna ainda não explorada. Sendo assim, estudar a trajetória de mulheres praticantes do Rugby se torna relevante.

Por fim, convém ressaltar que este estudo visa apresentar informações mais específicas sobre o Rugby, contribuindo para a literatura esportiva no campo das mulheres, para os estudiosos da modalidade a partir das discussões de gênero que o envolvem e pela compreensão das sociedades em que as atletas de Rugby se inserem. Além disso, ao nos atentarmos e

discutirmos sobre o Rugby de mulheres e sobre as atletas desta modalidade, procuramos dar-lhes visibilidade e empoderá-las.

2 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa exploratória. A pesquisa qualitativa tem como característica a busca do pesquisador em compreender os fenômenos de acordo com a perspectiva dos participantes e da situação que pretende estudar, ou seja, procurar entender o significado que os participantes dão às coisas, realizando sua interpretação. Além disso, por meio do contato direto entre o pesquisador e o fenômeno, são alcançados os dados descritivos (NEVES, 1996; GODOY, 1995). De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória objetiva desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, proporcionando uma visão geral sobre um fato. É exigido um levantamento bibliográfico e documental seguidos de entrevistas semi-estruturadas com pessoas que já vivenciaram situações relacionadas ao problema investigado.

Desta forma, este estudo foi realizado com 10 atletas mulheres de Rugby Sevens⁶ no Brasil que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Esta variante do Rugby foi escolhida pelo fato de ela ser a modalidade mais praticada no Rugby de mulheres brasileiro, uma vez que ainda não há uma Seleção Brasileira de mulheres de Rugby XV⁷. Como critério de seleção para as atletas, buscamos aquelas que já participaram ou participam da Seleção Brasileira de Rugby e que estiveram envolvidas com o selecionado por pelo menos 2 anos. Este parâmetro foi definido considerando que as atletas que participaram/participam da Seleção Nacional estariam no topo da hierarquia esportiva, com anos de prática da modalidade que podem garantir uma condição diferenciada das demais atletas no que diz respeito a vivências e experiências.

Para isso, utilizamos como instrumentos de pesquisa uma entrevista semiestruturada baseada em um roteiro composto por 10 perguntas (vide apêndice A), elaborado com base em Monteiro (2016), Fernandes (2014) e Neves (2009). A entrevista passou por correções e foi testada para verificar possíveis distorções. De acordo com Richardson (2007), esse modelo de entrevistas busca obter o que é apontado como mais relevante sobre o problema a partir da descrição dos entrevistados de determinadas situações. O modelo visa saber o “que”, o “como” e o “por quê” de um evento ocorrer, a partir do conhecimento do entrevistado. Dessa forma, o

⁶ Variante do Rugby em que jogam 7 jogadores de cada lado em 2 tempos de 7 minutos. Essa é a modalidade olímpica e a mais praticada no Brasil pelas mulheres.

⁷ Variante do Rugby em que jogam 15 jogadores de cada lado em 2 tempos de 40 minutos. É a modalidade mais antiga e mais conhecida.

entrevistador pode acrescentar ou direcionar melhor as entrevistas de acordo com as respostas apresentadas pelos entrevistados.

O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a pesquisa foi aprovada pelo parecer de nº 1.903.137 (vide anexo A) do referido Comitê. Após a aprovação, entramos em contato com as atletas através de recursos digitais, como as redes sociais. Nesse momento, muitas atletas foram solícitas quando as convidamos para participar da pesquisa, aceitando prontamente a marcar a entrevista e responder quaisquer questões. Entretanto, por se tratarem de rede sociais, apesar da rede de amigos em comum, outras atletas não aceitaram o convite de amizade e, por esse motivo, o convite à pesquisa não chegou a ser visto.

Ulterior ao contato, as entrevistas foram agendadas. Houve a necessidade do reagendamento de algumas das entrevistas devido a alteração do calendário de jogos do campeonato Super Sevens pela falta de recursos para a realização de etapas. As entrevistas foram, então, efetuadas individualmente, em local público, durante a realização dos campeonatos Paranaense, em sua 3ª etapa, realizada em Londrina, e Super Sevens, em sua 2ª etapa, realizada no Rio de Janeiro, ambas no segundo semestre de 2017. Tais entrevistas tiveram tempo aproximado de 15-30 minutos e foram gravadas com o auxílio de um aparelho celular modelo Iphone 5s, através do aplicativo de gravação de voz. As atletas atuaram de forma voluntária, sendo-lhes permitido, a qualquer momento, desistir de sua participação. Cabe destacar que as atletas responderam ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (vide apêndice B).

As entrevistas foram transcritas respeitando-se a linguagem das atletas. Ao final, as informações das entrevistas foram ouvidas novamente para conferência e foram analisadas a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2011). A análise de conteúdo proposta pela autora consiste em 3 partes:

1. Pré-análise: consiste em uma organização e sistematização das ideias iniciais que vão desde a escolha dos documentos a serem analisados, formulação de hipóteses e objetivos, até a elaboração dos indicadores que fundamentarão a interpretação final;

2. Exploração do material: resume-se em aplicar sistematicamente as decisões tomadas. Em outras palavras, é o processo de codificação e categorização, permitindo atingir uma representação do conteúdo. Este é o processo pelo qual os dados são agregados em unidades. Em um primeiro momento, organizamos as informações apresentadas nas entrevistas em um

quadro de análise com as questões bases do roteiro de entrevistas e quais as atletas reportaram estas informações. Assim, a visão geral do quadro nos permitiu elencar as unidades de significados que, a princípio, foram:

- a) A inserção no Rugby;
- b) Os principais apoiadores;
- c) As dificuldades e potencialidades da prática do Rugby,
- d) As motivações e desmotivações da prática do Rugby;
- e) O preconceito de gênero;
- f) Rugby de mulheres no Brasil.

Posteriormente, outras unidades emergiram durante as entrevistas, a saber:

- a) O interesse pelo Rugby;
- b) O Empoderamento por meio do Rugby;
- c) O Fim da carreira como Atleta;

3. Tratamento, inferência e interpretação dos resultados: compreende o momento de análise da mensagem e das significações desta mensagem.

Enfim, nosso trabalho está organizado em 3 capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “**Gênero e Preconceito**”, contempla discussões sobre o termo “gênero”, suas relações na sociedade, em especial, no esporte, assim como, discussões sobre preconceito de gênero.

No segundo capítulo, “**Apontamentos sobre o Rugby**”, abordamos o processo histórico do Rugby, desde seu surgimento, as regras e características da modalidade na atualidade, a participação das mulheres como atletas na modalidade e também as discussões dos principais tópicos abordados na literatura sobre a dificuldade dessa participação.

Por fim, no último capítulo, “**A trajetória de atletas mulheres rugbiers**”, desenvolvemos a análise de dados, destacando os elementos que marcaram a trajetória das atletas no Rugby, como sua inserção, permanência e o término de suas carreiras, e também sobre o quadro atual do Rugby de mulheres no Brasil a partir da análise das entrevistas. Cabe destacar que, ao analisar os dados provenientes das entrevistas, me posicionei a partir da minha participação como atleta e treinadora e também das minhas observações como alguém que está inserida no campo do Rugby de mulheres.

3 GÊNERO E PRECONCEITO

Buscando compreender a trajetória das mulheres no esporte, em especial no Rugby, espaços esses permeados de representações de masculinidade e das relações de poder e gênero, julgamos ser necessário o entendimento dos fenômenos que envolvem este tema. Desta forma, o presente capítulo é destinado à compreensão das relações de gênero. A primeira parte do capítulo é dedicada às discussões sobre as relações de gênero, discorrendo sobre o conceito de gênero, o sistema sexo/gênero, as relações de poder, e as relações de gênero no esporte. Além disso, por utilizarmos como hipótese deste estudo a presença do preconceito de gênero durante a trajetória das atletas praticantes do Rugby, faremos uma breve discussão sobre o preconceito, abordando sua conceituação, suas causas sociais e as maneiras de refreá-lo.

3.1 Desvendando o “Gênero”

Muitas especulações envolvem o termo “gênero”, principalmente sobre seu surgimento, seu significado e a quem ele contempla. Souza e Altmann (1999) afirmam que este termo está em constante mudança, é móvel e nunca estático. Por este motivo, Carvalho e Rabay (2015) sustentam que torna-se difícil compreendê-lo e apropriá-lo, sendo que muitas vezes ele é abordado de forma generalizada, errônea e equivocada. Dessa forma, esta seção é dedicada, primeiramente, a elucidar o surgimento do “gênero”, sua conceituação e apropriação, e num segundo momento, discutir sobre relações de gênero nas mais diversas áreas da vida social, em especial, no esporte.

De acordo com Carvalho e Rabay (2015) e Germon (2009), a categoria “gênero” apareceu, primeiramente, através da sexologia nos Estados Unidos, em torno de 1950, pelo sexólogo John Money. O termo era usado para abordar pessoas intersexo, antigamente conhecidas como hermafroditas, e como forma de compreender a subjetividade humana como masculina e feminina. Posteriormente, o termo passou a ser uma reinvenção social e do feminismo, a partir de Robert Stoller. Essa versão é a mais difundida por estudiosos dessa área.

Para estes estudiosos, a expressão “gênero” surgiu a partir do movimento feminista por volta do século XX.

O Feminismo é um movimento, que segundo Knijnik (2010), conseguiu mudanças de grandes proporções no que concerne à valorização da mulher no mercado de trabalho, a seus direitos na educação e nos sistemas políticos, além dos avanços nas discussões sobre a violência contra a mulher e sobre os papéis sexuais. Neste sentido, o movimento feminista é considerado uma das maiores evoluções do século XX.

Para Pinto (2010), Louro (1996, 1997), Souza (s/d) e Knijnik (2010), tal movimento iniciou-se na Inglaterra com a busca de direitos das mulheres brancas e de classe média. Estava relacionado desde questões familiares, acesso à educação formal, até questões de remuneração no mercado de trabalho. Este momento foi denominado como sufrágismo.

Marcado pela ampliação do conceito de cidadania, que antes era restrito aos homens brancos das mais altas classes sociais, o movimento sufragista lutava, principalmente, pelo direito ao voto. Neste sentido, o intuito era que todos fossem iguais perante a lei, não somente as mulheres brancas, mas homens negros e mulheres negras e das camadas sociais mais baixas (BITTENCOURT, 2015).

Em sua segunda onda, entre as décadas de 1960-1980, o movimento deixou de ser apenas reivindicatório e passou a construir uma crítica teórica a partir de debates, estudos e pesquisas realizadas por estudiosas e militantes. Impulsionadas por autoras como Betty Friedman, escritora de “A mística do feminino”, e Simone de Beauvoir, autora de “O Segundo Sexo”, as militantes buscavam tirar a mulher do segundo plano, posicionando-a como objeto de estudo. Somados ao movimento dos negros e estudantes, este segundo período teve um carácter político, buscando cessar o patriarcalismo, o controle dos homens sobre as mulheres e os papéis socialmente naturalizados. Neste momento há o lançamento, por exemplo, das pílulas anticoncepcionais, e o rompimento do carácter elitista do movimento, dando maior voz à mulheres e aos grupos estigmatizados. É nesse contexto que o conceito de gênero começa a ser problematizado (PINTO, 2010; BITTENCOURT, 2015). Cabe aqui uma observação de que historicamente há um terceiro momento do movimento feminista, como afirma Bittencourt (2015), o qual é entendido como o momento atual de discussões e lutas, após 1990. Nesta terceira onda há a intersecção do movimento político e da academia, com a análise das diferenças, da produção das subjetividades

e diversidades, substituindo os estudos das mulheres e dos sexos pelo estudo das relações de gênero (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Para a segunda onda deste movimento, apesar do aporte de Money e Stoller, inicialmente o “gênero” ainda não estava bem delimitado e nem era consistente. Considerando que a diferença anatômica relacionada aos órgãos sexuais de homens e mulheres poderia ser usada como justificativa natural para a diferença socialmente construída (BOURDIEU, 2002), a expressão passou a ser central nas discussões do movimento. Por meio de debates, o termo foi apropriado como forma de oposição a este determinismo biológico expresso pelos termos “sexo” e “diferença sexual” para justificar a subordinação das mulheres (CARVALHO; RABAY, 2015; SCOTT, 1995), ou seja, “para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre homens e mulheres” (SCOTT, 1995, p. 19) com base nas suas diferenças biológicas.

Apesar de o gênero e o sexo serem considerados distintos pelos estudos feministas, ainda há dúvidas e confusão entre estas expressões. Desta maneira, apresentaremos aqui as conceituações e distinções de cada um destes termos, abordando inicialmente e de forma breve sobre sexo e em seguida, com um pouco mais de espaço, sobre gênero.

O sexo refere-se às características biológicas e genéticas de uma pessoa, ou seja, o que determina se ela é do sexo masculino ou feminino, estando ligado não só às diferenças morfológicas relacionadas aos aparelhos sexuais, mas também à ideia da inferioridade da mulher sobre sua inteligência, legitimando assim as relações de dominação (SCOTT, 1995; KNIJNIK, 2005; SAFFIOTI, 1987).

Knijnik (2010, p. 46), ao discorrer sobre a desconstrução das diferenças biológicas entre homens e mulheres, relata que a antropóloga Henrietta Moore (1997) considera

que essa representação ideológica é tão bem aceita em nosso meio social, como se fosse *natural* – em destaque, pois o termo natural, neste contexto, acaba adquirindo dupla significação: natural de proveniente da natureza, biológico, e natural de absolutamente comum e aceitável – o menino jogar bola e a menina brincar de boneca na infância.

Entende-se que, em nossa sociedade, corriqueiramente as pessoas têm entendido de forma aceitável as diferenças entre mulheres e homens a partir da perspectiva das diferenças biológicas. Entretanto, não podemos esquecer que um indivíduo não é unicamente biológico, mas também é construído socialmente, sendo pensado de diferentes formas em diferentes lugares. Da mesma

forma, acontece com o que é masculino ou feminino, que são concebidos de diferentes formas por cada cultura, sociedade e tempo histórico (KNIJNIK, 2010). É a partir desse contexto que os termos “sexo” e “gênero” são diferenciados.

No que diz respeito ao gênero, ele, recentemente, tem sido comumente usado como sinônimo de mulher não só na fala popular, mas também em livros e artigos de cunho científico (EAGLE; DIEKMAN, 2005; SCOTT, 1995). De acordo com Scott (1995), tal fato acontece possivelmente pela aceitabilidade do termo “gênero” por ter uma conotação mais imparcial e objetiva do que o termo “mulher”, isto é, esta é uma maneira de incluir as mulheres nos trabalhos sem estabelecer uma ameaça. Knijnik (2010) e Scott (1995) ponderam que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens. O mundo feminino é criado e existe no mundo masculino e, por esse motivo não devem ser estudados de forma totalmente isolada, colocando as mulheres numa esfera separada. Conseqüentemente, utilizar o termo “gênero” como sinônimo de mulher nem sempre pode ser considerado adequado.

Ponderando sobre o que foi acima exposto, “gênero” é um termo originado do campo da cultura (HEILBORN, 1994) e refere-se então, à masculinidade e à feminilidade a partir das dimensões sociais, culturais e psicológicas. Em outras palavras, tem relação com a forma como as características biológicas e as relações entre homens e mulheres se constroem no contexto social. O termo contém a idéia de que as diferenças julgadas como biológicas são na verdade socialmente construídas. Por se tratar dos domínios sociais e culturais, as concepções de gênero podem ser entendidas de formas diferentes nas diversas sociedades e momentos históricos, já que cada uma delas compreende o que é masculino e feminino de modos diferentes (LOURO, 1997; HALL, 1990; KNIJNIK, 2005, 2010).

Scott (1995, p. 21), uma das mais importantes autoras que trata este tema, divide o “gênero” em duas partes, como mostramos na figura 1 elaborado pela autora deste trabalho.

Figura 1 – Esquema explicativo sobre a definição do termo Gênero



Fonte: Scott (1995)

Elaboração: a autora (2018)

Na primeira parte, “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 21). Este conceito é constituído por quatro elementos, sendo eles: (1) símbolos culturalmente disponíveis que indicam múltiplas representações e, muitas vezes contraditórias; (2) conceitos normativos que realçam interpretações do sentido dos símbolos que procuram limitar e conter as suas possibilidades metafóricas, ou seja, torná-los como única posição possível; (3) inclusão de uma noção do político tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais de forma a acabar com a fixidade dos papéis tradicionais e da representação binária dos gêneros; e por fim, (4) identidade subjetiva, ao considerarmos que as identidades de gênero e o fato de elas serem construídas por conceitos formados socialmente e simbolicamente, tornam-se reféns destas formas regulamentarias de exercer sua subjetividade. A segunda parte é considerar o gênero como “forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 21).

Em síntese, o “sexo” remete às dimensões biológicas do indivíduo e o gênero à construção social e cultural deste indivíduo como masculino ou feminino, imbricada nas relações de poder (LOURO, 1996; KNIJNIK, 2010; DEVIDE, 2005). Ainda sobre esses termos, Devide (2005, p. 33) se posiciona de maneira interessante ao afirmar que não se deve negar a biologia ou considerá-la simplesmente como precursora do gênero. Os dois termos, “sexo” e “gênero”, não

devem ser entendidos de maneira totalmente isolada pois estão, de certa forma, relacionados. O autor explica que

ser uma mulher ou um homem é diferente de ser feminino ou masculino. Assumir práticas e comportamentos reconhecidos como femininos ou masculinos é um processo social, construído na interação entre os sexos na vida comum, enquanto ser um macho ou uma fêmea depende de características biologicamente definidas.

Pensando sobre as relações de poder e sobre essas ideias, práticas e comportamentos socialmente reconhecidos como femininos e masculinos é que iniciaremos a próxima seção.

3.1.1 As Relações de Gênero

É característico da natureza humana elaborar fenômenos socialmente e isso acontece com a identidade social de homens e mulheres que é construída pela concessão de diferentes papéis. Uma exemplificação disso é quando pensamos que cabe às mulheres apenas os trabalhos de casa, como lavar louça, passar roupa e aos homens, apenas trabalhos que exigem força. Podemos complementar ao dizer que atualmente são considerados como valores positivos para os homens a coragem, a competência profissional, a aventura, a inteligência, a força e para as mulheres, a sensibilidade, a delicadeza e a submissão. Essas ideias e estereótipos que determinam diferentes comportamentos para homens e mulheres reforçam a balança desigual colocada socialmente para estes dois grupos. Desta maneira, muitas vezes homens e mulheres inibem características e comportamentos que diferem destes valores aceitos socialmente como forma de vetar o risco de não adequação a seus papéis sociais (PARGA et al, 2001; SAFFIOTI, 1987, BOURDIEU, 2002). Estes valores transparecem nas mais diferentes áreas da vida social, tais como na divisão social do trabalho, nas atividades da casa, nas escolas, na política, nos esportes, etc. De acordo com Biroli (2014), é necessário compreender as relações tecidas em um desses espaços para se entender as relações de poder exercidas nas demais esferas. Por esse motivo, consideramos necessário debater, mesmo que minimamente, as relações de poder na vida familiar, no trabalho, na política, e em outras áreas da vida social, para compreendermos as relações de gênero no âmbito esportivo, o foco do nosso trabalho.

Às mulheres foram atribuídos o papel e o estereótipo de dedicação prioritária ou quase exclusiva à vida doméstica. Os cuidados com a casa, com a família e a maternidade, considerados como função social, eram destinados às mulheres e, aos homens, a vida pública. É neste espaço que a soberania masculina se apresentava de forma incontestável. Manter as mulheres no ambiente doméstico era uma forma de manter a relação de dominação do homem perante a mulher pois, além de ser um espaço privado para aqueles que pertenciam a ele, era uma forma de restringir o espaço da participação da mulher na sociedade, impedindo-a de conhecer novas possibilidades. Caberia a elas a subordinação ao marido, considerando que ao cuidar da casa, o marido ficaria livre para suas atividades profissionais. Realçamos que com essa ausência das mulheres no ambiente público e a privacidade no ambiente doméstico, tornaram-se mais difíceis as discussões e as visibilidades das questões relevantes para suas experiências, como a violência doméstica e o estupro no casamento (BOURDIEU, 2002; BIROLI, 2014; GOELLNER, 2003; 2006).

Esse estereótipo de que cabe única e exclusivamente à mulher a vida em casa se estende até os dias de hoje, de maneira que comportamentos realizados por mulheres que sejam diferentes a este são considerados como desviantes (BIROLI, 2014), assim como os comportamentos dos homens que atuam neste espaço. Isso também pode ser corroborado pela recente publicação da Revista Veja (LINHARES, 2016) que traz como manchete “Marcela Temer: Bela, recatada e ‘do Lar’”. A reportagem trata sobre os cuidados da primeira-dama com o filho, com a casa, e consigo mesma, mantendo sempre a discrição nos eventos em que participava e que, por esses motivos, o presidente é um “homem de sorte”. Desta forma, a revista destaca e reforça o estereótipo de gênero de que é papel da mulher ser recatada e cuidar da casa. Outro dado que comprova este estereótipo é que, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2014), em 2014, a média de horas semanais dedicadas às atividades domésticas da mulher ainda é muito maior do que dos homens, sendo 24,1 e 10,5 horas respectivamente, a saber, a mulher atua nas atividades da casa 150% de horas a mais do que os homens.

Aos poucos, as mulheres foram saindo da rotina da esfera privada para a vida pública, principalmente no que se refere ao mundo do trabalho. De acordo com Louro (1997), o trabalho das mulheres foi e ainda é controlado por homens, sendo que, essas funções além de serem tratadas como atividades secundárias, são relacionadas aos cuidados, auxílio e educação. Mesmo assim, houve um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos.

Em 1995, havia quase o dobro de homens no mercado de trabalho em relação às mulheres, sendo que, no Brasil, em 2014 foi reportado uma diferença de 25% nessa relação (IPEA, 2014). Apesar desse aumento, Biroli e Miguel (2014) e IPEA (2014) afirmam que as mulheres ainda recebem, mensalmente, duas vezes menos que os homens. Em 2014, a média de renda era de 912 reais para elas e 1.493 reais para eles. O autor e a autora destacam também que esse valor varia de acordo com a cor da pele: homens brancos ganham mais que homens negros, assim como mulheres brancas ganham mais que mulheres negras. Homens brancos e mulheres negras seriam os dois extremos da linha da renda mensal recebida (BIROLI; MIGUEL, 2014; IPEA, 2014).

Sobre a mulher no mundo do trabalho, Goellner (2003) afirma que socialmente ainda é tido como necessário que o trabalho fora de casa seja compatível com o trabalho na esfera doméstica. Isso significa que, ao entrarem neste universo, as mulheres não abandonaram a esfera privada. Elas, na verdade, passaram a ter uma jornada dupla de trabalho, pois, além da sua ocupação profissional mantém, suas atividades no ambiente domésticos, uma vez que este ainda é considerado como de responsabilidade das mulheres (BIROLI; MIGUEL, 2014; PIMENTA; LOPES, 2014).

Outro espaço em que há a possibilidade de discussão sobre as relações de gênero é na política. Inicialmente, a política era um espaço exclusivamente de homens. A participação das mulheres na política iniciou-se somente através do movimento feminista com a busca pelo direito de voto na segunda metade do século XIX. Entretanto, segundo Pinto (2010), há dois motivos pelos quais o espaço político era e é de difícil acesso para as mulheres: (1) o poder pessoal dos membros do governo, que auxiliam na reprodução da hierarquia desigual da sociedade; (2) a entrada de grupos que contrapõem-se a essa hierarquia é refreada por aqueles que intentam em mantê-la. Em outras palavras, a entrada de mulheres (feministas ou não-feministas) quebraria a hierarquia, e suas falas seriam marcadas pela oposição à fala universal, que é masculina e branca.

Por esse motivo, nas últimas décadas, leis foram criadas buscando a participação da mulher neste meio. Em alguns países da Europa, foi estabelecido um percentual de participação das mulheres em cargos políticos durante a década de 1970 (MIGUEL, 2014). O mesmo aconteceu no Brasil em 1995, quando a Lei Eleitoral 9.100, parágrafo 3º, artigo 11 determinou que “vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres” (BRASIL, 1995). Em 1997, a lei foi alterada, passando para 30% o número de vagas destinadas para candidatas mulheres.

Apesar do incentivo aos partidos políticos à participação da mulher, a presença delas ainda não tem atingido o mínimo obrigatório (BRASIL, 2012), tanto que é possível encontrar em redes televisivas propagandas que incentivam a procura das mulheres por cargos políticos para que suas vozes sejam representadas dentro de parlamentos e câmaras. Mesmo assim, no ranking do Fórum Global de Equidade de Gênero (2015), o Brasil encontra-se na 89ª posição no tópico sobre a política, sendo o 123º lugar de equidade nos parlamentos e 84º em posições ministeriais. Isso pode ser corroborado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (2013) que aponta que das 134 mil mulheres que se candidataram a cargos políticos nas eleições de 2012 somente pouco mais de 8 mil foram eleitas. Vale ressaltar também a difícil posição da mulher brasileira na política em 2016 com a passagem da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, que tinha status ministerial, para unir-se com o Ministério da Justiça, além da ausência de mulheres nos ministérios. Em outros países como por exemplo Finlândia, Suécia, Ruanda⁸ e Bolívia, a participação das mulheres na política é maior que a de homens no que se refere a posições ministeriais e posições no parlamento (FÓRUM GLOBAL, 2015).

Diante dos dados apresentados, é possível reconhecermos que, mesmo a despeito dos avanços obtidos mediante a revolução industrial e do movimento feminista, a mulher ainda apresenta uma condição inferior na sociedade, reforçando as situações de desigualdade de gênero nos mais diversos ambientes. Ainda se mantém a perpetuação dos padrões sociais sobre o que é considerado responsabilidade de homens e mulheres, sendo o ambiente doméstico considerado o destino social das mulheres, e a vida pública, como dos homens.

A escola também é um espaço importante para as reflexões sobre as relações de gênero, pois juntamente com a família, a igreja e outras instituições, apresenta aos alunos modos de agir. De acordo com Louro (1997), a escola é produtora e reprodutora das diferenças, distinções e desigualdades, sendo capaz de separar alunos em taxonomias, em especial, de gênero. Ela transmite onde meninos e meninas devem permanecer, o que pode e não pode desde a maneira de se vestir até a maneira de pensar e se comportar (LOURO, 1997; SOUZA, 2016). Regula, ainda, com quais atividades meninos e meninas devem se envolver, e em quais brincadeiras podem participar, disponibilizando carrinhos e soldados aos meninos e bonecas e utensílios de casa para as meninas, de quais esportes podem praticar nas aulas de educação física, naturalizando esses

⁸ Destacamos aqui que a grande participação das mulheres em Ruanda deve-se não só a leis de porcentagem de vagas, mas também devido ao genocídio ocorrido em 1994 que matou milhares de meninos, e dos julgadores que seguiram após o episódio (MIGUEL, 2014)

comportamentos como os únicos adequados para cada um dos gêneros (SANTOS; MAIO, 2013; LOURO, 1997). Mesmo assim, de acordo com Louro (1997), é nesse espaço em que aparecem as primeiras “violações” de um gênero se interessando em participar de atividades do outro. Por esses motivos, a escola deve ser um espaço de reflexão e desconstruções, com professores atentos e dispostos a ensinar diferentes possibilidades aos alunos.

Assim como nas demais áreas, no esporte, as relações de gênero também se manifestam. Como, por muito tempo, o esporte foi dominado e ocupado pelos homens, não é incomum pensamentos de que a prática de certas modalidades esportivas seja restrita a eles. (KNIJNIK, 2003). Desta forma, buscaremos discutir, no próximo tópico, sobre as relações entre o gênero e o esporte.

3.1.2 Registros de uma História: a inserção das mulheres no esporte

Certa vez, ao chegar com dores musculares na casa de uma parente, fui aconselhada por ela a praticar atividades mais femininas. Surpresa com a frase, respondi que não existiam modalidades masculinas ou femininas. Ao questionar sobre quais seriam tais atividades “mais femininas”, ela não soube responder.⁹

Não é de hoje que atletas ou praticantes de atividade física se deparam com situações como a citada acima. Apesar dos avanços no que se referem às relações de gênero no âmbito esportivo, ainda há lutas a serem travadas por mulheres e homens.

Para compreendermos como essas relações ocorrem atualmente, é necessário que façamos uma contextualização histórica sobre a participação da mulher nesse meio, já que nosso estudo é centrado em mulheres atletas. Buscaremos destacar, então, a inserção das mulheres na prática esportiva, seus avanços e lutas a partir do século XIX, por entendermos este período como o início do esporte moderno e por ser neste século o surgimento do Rugby.

A relação de gênero nos esportes “tem sido uma história cheia de acontecimentos compostos por rejeições, lutas, preconceito e um lento reconhecimento” (JONCHEREY; TLILI, 2013, p. 773 - tradução nossa). Desde a era moderna, no século XIX, o feminismo auxiliou as mulheres a trabalhar fora de casa e a ganhar mais espaço na vida pública. Não diferente, no esporte, o movimento feminista pode ter sido um propulsor. Neste período, o esporte de mulheres

⁹ Comunicação verbal da autora (MOURA, 2018)

era visto como inútil, perigoso à saúde e à moral feminina. Em alguns países como na França e na Alemanha, as mulheres foram proibidas de praticar esporte em função dos discursos médicos, aspectos estéticos, principalmente os relacionados às funções maternas, e pelo foco do esporte na preparação militar dos homens (HATMANN-TEWS; PFISTER, 2003). Apesar disso, em países como os Estados Unidos, o esporte de mulheres passou a ser mais aceito principalmente para mulheres das classes mais altas que, ao entrarem nas Faculdades Femininas, recebiam permissão para as práticas esportivas. Entre as décadas de 1820 e 1860, iniciaram-se as preocupações com as condições físicas das mulheres e, por isso, o esporte passou a ser visto como uma forma de aquisição de saúde e de vigor físico. Apesar do consentimento quanto a participação das mulheres, seu papel no esporte era secundário e as atividades permitidas eram somente aquelas que mantivessem sua feminilidade intacta, tal como no hipismo. Além disso, 90% das mulheres que praticavam atividades físicas neste período eram solteiras, o que ainda mostrava o receio dos homens quanto às mulheres fisicamente ativas (KNIJNIK, 2003; MACEDO; SIMÕES, 2003; COSTA, 2003; VERTINSKY, 1994).

No Brasil, o início da participação das mulheres nas práticas corporais sistematizadas se deu no âmbito educacional. Em 1882, Rui Barbosa, mentor da Educação Física no país, deu um parecer positivo ao projeto de reforma do ensino primário, afirmando que a ginástica deveria ser obrigatória tanto para homens quanto para mulheres por reconhecer as exigências da maternidade. Mesmo com esse parecer, ainda havia resistência de algumas escolas quanto à participação das mulheres (KNIJNIK, 2003).

No final do século XIX, mais especificamente em 1896, iniciaram-se as Olimpíadas da Era Moderna, idealizadas pelo francês Pierre Coubertin, também conhecido como Barão de Coubertin. De acordo com Romero (2003), Knijnik (2003), Macedo e Simões (2003) e Devide (2005), a segregação da mulher no esporte, nesta época, continuou a se manifestar. Coubertin afirmava que as competições esportivas tinham fins formativos na educação do homem e que os jogos deveriam seguir os moldes antigos, afirmando que a função das mulheres era apenas a de coroar os homens vencedores. Para ele, as mulheres perderiam seu charme se participassem de atividades esportivas. Por esse motivo, na primeira edição dos Jogos não houve participação de mulheres. Oliveira, Cherem e Tubino (2008) afirmaram, que apesar de inúmeros autores e autoras certificarem que Coubertin considerava inapropriada a inclusão das mulheres nos Jogos por ser um espaço de representação de força e virilidade, essas ideias foram descontextualizadas ao

longo do tempo. Segundo eles, o Barão reconhecia o direito de uma educação esportiva desde que fossem fora dos olhos dos homens.

A presença das mulheres em Olimpíadas iniciou-se efetivamente na sua segunda edição, em 1900, em Paris, com a participação de 22 mulheres nas modalidades de tênis e golfe. Anos mais tarde, foram inseridas outras modalidades como o tiro com arco, patinação e natação. Essas modalidades foram permitidas porque nelas não há contato físico, e para praticá-las as vestimentas deveriam cobrir todo o corpo (ROMERO, 2003; KNIJNIK, 2003; IOC, 2016; OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008). Um fato interessante de destacar é que, doze anos mais tarde, com a entrada oficial da natação de mulheres nos Jogos, os Estados Unidos, que já eram uma potência esportiva, não permitiram que suas atletas participassem da competição aquática pois não concordavam que mulheres pudessem competir em modalidades em que não fosse possível usar saias longas (DEVIDE, 2005; OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

Nos primeiros anos do século XX, na Europa, foi permitida às mulheres de classe média a prática de atividades físicas. O basquete era jogado em praças e nas escolas apenas como prática de lazer, assim como o ciclismo. Os esportes competitivos não eram considerados práticas “femininas” e por isso não eram aceitos.

No Brasil, no mesmo período, houve uma tentativa de implantar o sentimento nacionalista juntamente com o refinamento da raça, ou seja, manter a população branca com o objetivo de aproximação dos padrões europeus. A mulher da elite, branca, passa a ter um papel fundamental: a maternidade, considerado uma necessidade nacional, pois é por meio dela que seria possível o refinamento da raça e o fortalecimento dos filhos. A atividade física passou a ser aceita para as mulheres visando as condições maternas, preparando seus corpos para serem fortes, pois só assim gerariam filhos fortes, hígidos. Apesar do suporte inicial dado à prática esportiva para as mulheres, nem todas as atividades eram liberadas a elas, assim como havia diferenças entre as atividades para homens e para mulheres. Aos homens eram destinadas as atividades que buscassem o trabalho muscular. Para as mulheres, a prática deveria ser controlada de forma a manter as condições naturais da mulher, manter a graça e a delicadeza. O corpo feminino deveria ser construído com base no trinômio: saúde, força e beleza (GOELLNER, 2008; COSTA, 2003).

Esses discursos ficaram evidentes e se espalharam rapidamente pois também recebiam o apoio de médicos, políticos, professores e intelectuais. É neste início do século XX que o primeiro livro brasileiro foi escrito voltado para a educação física e o esporte para as mulheres.

Orlando Rangel Sobrinho, tenente do Exército brasileiro, escreveu “Educação Physica Feminina”, reafirmando que o preparo físico das mulheres deveria ser voltado para a procriação, sendo este mais importante do que a atividade intelectual (GOELLNER, 2008). Fica claro que a atividade física para as mulheres era aceita não com um caráter de liberdade, mas sim com um ideal político e intencional. Além disso, percebemos que desde esse período já se pensava que homens e mulheres deveriam ter atividades diferenciadas e que a mulher deveria ser feminina e manter seu corpo dentro dos ideais e valores socialmente colocados. Ainda assim, de acordo com Mourão (2000), o movimento higienista foi um dos grandes colaboradores para a aparição e o fortalecimento do esporte de mulheres.

Nas décadas que seguiram, mais precisamente a década de 1930, revelou-se o início da esportivização das mulheres no Brasil. Assim, apontaremos alguns marcos da participação das mulheres nos esportes, todavia devem ser vistos com cautela pois podem representar casos isolados e não corresponder à situação de um modo geral. O marco da participação das mulheres nos esportes se deu em 1932, em Los Angeles, quando Maria Lenk participou dos Jogos Olímpicos na natação nos três estilos do programa. Maria Lenk foi a primeira atleta mulher do Brasil e da América do Sul a participar de uma Olimpíada. Além disso, Lenk se destacou por ser a primeira mulher no mundo a utilizar o nado borboleta. Em 1935, no estado de São Paulo, foi criado o primeiro campeonato de bola ao cesto para mulheres com as mesmas regras de campeonatos de homens, além da criação dos Jogos Femininos do Estado de São Paulo. Estes eventos contribuíram não só para a inserção da mulher na prática esportiva, mas também para a tentativa de desconstrução do mito do sexo frágil e dos papéis sociais rígidos (ROMERO, 2003; MOURÃO, 2003; OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

Mesmo com a inserção da mulher brasileira nos esportes, e mais especificamente nas Olimpíadas, a participação das mulheres ainda não era bem vista. Segundo Goellner (2006, p. 88), a partir dos marcos acima mencionados, iniciaram os “discursos que alertavam para possíveis perigos que a prática competitiva poderia representar, entre eles, o da masculinização da mulher”. Discursos como este se estenderam durante o regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945), ainda governado por Getúlio Vargas, período em que o Estado buscava controlar a sociedade, e o esporte passou a ser um setor de atuação do poder público (STAREPRAVO, 2011). Como forma de controle, as mulheres foram proibidas legalmente de praticar determinados esportes. De acordo com o artigo 54º do Decreto-Lei nº 3.199 de 1941:

Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país (BRASIL, 1941).

O Decreto-Lei reforçava que às mulheres ainda eram destinadas questões da maternidade e de que ainda se considerava como natural e ideário a mulher feminina, delicada, graciosa. Mesmo assim, ao final da década de 1940 e início da década de 1950 foram criados, no Rio de Janeiro, os Jogos da Primavera também chamados de Olimpíadas Femininas. Mario Filho, seu idealizador, com o intuito de alavancar o esporte de mulheres no país, aproveitou das transformações que vinham sendo marcadas deste a década de 1930 no contexto do esporte de mulheres e deu início aos Jogos em 1949. Esses jogos eram realizados sempre no mês de setembro até o ano de 1972. A realização dos Jogos se tornou tão grande que, em 1965, foram realizados aqui no Brasil os Jogos Mundiais da Primavera, com a participação de atletas dos Estados Unidos e de países da Europa e América do Sul (MOURÃO, 2000).

No mesmo ano, o Conselho Nacional de Desporto institui a Deliberação 7 de 2 de agosto de 1965, que normatizava o artigo 54 do Decreto-lei 3.199. A deliberação passou a permitir a prática de atividades físicas para mulheres desde que liberada e controlada pelas entidades organizadoras da modalidade. No entanto, restringia a participação em outras modalidades que eram consideradas perigosas para o corpo feminino:

1. Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação.
2. Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo-aquático, pólo, **rugby**, halterofilismo e baseball.
3. As entidades máximas dirigentes dos desportos do país poderão estabelecer condições especiais para a prática de desportos pelas mulheres, tendo em vista a idade ou o número incipiente de praticantes em determinada modalidade, observadas, porém, as regras desportivas das entidades internacionais.
4. No caso de desporto que não seja dirigido por entidade internacional, a dirigente no Brasil deverá solicitar ao CND a devida autorização para que possa ser praticado pelas mulheres (BRASIL, 1965, grifo nosso).

Percebemos que apesar da permissão para a prática esportiva, algumas modalidades ainda eram proibidas às mulheres por não serem consideradas adequadas às características que uma mulher deveria ter, pois haveria o risco de ter seus corpos masculinizados e comprometer as

funções de maternidade (KNIJNIK, 2003; LOVISOSO; SOARES; BARTHOLO, 2006). Destacamos aqui a proibição do Rugby para as mulheres, foco de nosso estudo, por ter sido considerado também incompatível a elas. Além disso, quando a prática era permitida, estava nas mãos de dirigentes esportivos imporem condições especiais para a prática. Apesar da proibição, a criação dos Jogos Femininos de São Paulo possibilitou que alguns nomes importantes para o esporte de mulheres surgissem. Um desses nomes é Maria Esther Bueno, que se destacou entre os anos de 1950 e 1960. A tenista conquistou um espaço internacional quando venceu o torneio de Wimbledon nas categorias individual e duplas nos anos de 1958, 1959, 1960, 1963, 1965 e 1966, sendo que em 1959 chegou a ser a primeira do ranking mundial (GOELLNER, 2006; OLIVEIRA; CHEREM, TUBINO, 2008; PAIVA; JUNIOR; HONORATO, 2014).

A Deliberação 7 de 1965 só foi revogada em 1979, quando, segundo Knijnik (2003), uma equipe de judô de mulheres, que havia competido com nomes de homens, volta de um Campeonato Sul-americano com medalhas.

O final dos anos 1960 e início dos anos 1970 também merecem destaque. Em 1968, durante as Olimpíadas da Cidade do México, as atletas mulheres foram submetidas pela primeira vez ao teste de feminilidade. Após os testes, nenhuma mulher foi reprovada, mas o chefe da equipe de testes afirmou à imprensa que o exame foi possível verificar que o esporte as tornava feias e fortes (DEVIDE, 2005; OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008). Esse tipo de ação mostra que o esporte ainda não era bem visto para as mulheres e que os corpos femininos e sua sexualidade eram colocados à prova a todo instante quando não se ajustavam aos moldes de feminilidade. Já na década de 1970, surgiu o movimento *fitness*¹⁰ nos Estados Unidos, que venerava a beleza e a juventude do corpo feminino. Com isso, a força e os músculos passaram a ser mais aceitos. Entretanto, os esportes coletivos e de contato ainda eram associados aos homens. É neste momento que surgiu a expressão “masculinizar” ligadas aos jogos coletivos para as mulheres e questões ligadas à identidade de gênero (DEVIDE, 2005). A década de 1970 também foi representativa pelo aumento significativo de mulheres em Jogos Olímpicos, ultrapassando pela primeira vez a marca de 1.000 atletas (IOC, 2016).

Em 1972, nos Estados Unidos, uma emenda educacional foi criada buscando a equidade de gênero na educação do país. A política federal chamada de *Title IX*, determinava que “nenhuma pessoa nos Estados Unidos será, com base no sexo, excluída da participação, negado

¹⁰ Em português: aptidão de estar em forma.

os benefícios ou ser alvo de discriminação debaixo de qualquer programa ou atividade educacional que tenha apoio financeiro federal” (USA, 1972 - tradução nossa). Como nos Estados Unidos as atividades esportivas estão fortemente ligadas às escolas e às universidades, a *Title IX* passou a ser uma obrigação dentro do âmbito esportivo. Desta forma, a emenda permitiu que as mulheres praticassem quaisquer atividades esportivas, além de dar novas oportunidades, como a participação nos torneios interescolares. Além disso, possibilitou o aumento de mais de 70 mil mulheres participando de programas esportivos. Apesar desse acréscimo, houve uma redução no número de mulheres em outras funções como técnicas, administradoras e outras posições de liderança, já que elas deixaram estas áreas para ocuparem a posição de atletas (GREEN; CHALIP; BOWERS, 2013; USA, 1972; KNIJNIK, 2003; MACEDO; SIMÕES, 2003; COSTA, 2003).

Os anos da década de 1980 marcaram o início da independência das mulheres nos diversos segmentos da vida social, sendo o esporte um deles. Essa autonomia contribuiu para a melhora do esporte de mulheres de rendimento. Houve um aumento das modalidades oferecidas às mulheres em Jogos Olímpicos, assim como sua participação no evento e a entrada das primeiras mulheres como membros do COI. Apesar disso, as mulheres ainda participavam de menos eventos e suas premiações eram menores que as dos homens, além das questões referentes à sexualidade ainda serem mais salientadas do que suas habilidades atléticas. Cabe ressaltar que algumas modalidades que enfatizavam o contato corporal e/ou agressividade como o futebol, judô, boxe, levantamento de peso, hockey sobre o gelo, taekwondo e Rugby, ainda não faziam parte do programa olímpico para mulheres (COI, 2016). Em sentido semelhante, os homens não participavam (e ainda não participam) do nado sincronizado e ginástica rítmica, modalidades que para muitos representam graça e delicadeza, o que reforça o estereótipo de gênero no campo esportivo (DEVIDE, 2005; MACEDO; SIMÕES, 2003).

A década de 1990 é repleta de eventos e ações relevantes para a atividade esportiva para mulheres. Em 1991, foi determinado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) que todas as modalidades esportivas que fossem inclusas no programa olímpico deveriam ter provas tanto para homens quanto para mulheres. Em 1996, foi realizada a 1ª Conferência Mundial sobre Mulher no Esporte, na Suíça, buscando montar grupos de trabalho com pelo menos 10% de mulheres para que pudessem implementar um plano de ações para promover o esporte de mulheres. Ademais, foi neste mesmo ano que as primeiras medalhas olímpicas brasileiras foram conquistadas por

mulheres nas seguintes modalidades: vôlei, vôlei de praia e basquete. No ano seguinte, 1997, pela primeira vez uma mulher assumiu o cargo de vice-presidência do COI, Anita DeFrantz, que deixou o cargo em 2001 (IOC, 2016; IOC, 2017; DEVIDE, 2005; MOURÃO, 2003).

Outro marco importante dos anos 1990 foi uma publicação do Conselho de Esportes do Reino Unido: a criação de uma Política Esportiva voltada para as mulheres. Intitulado “*Women and Sport: Policy and Framework for Action*”¹¹ e publicado em 1993, o documento tinha como base dois princípios, sendo um deles voltado para a equidade esportiva:

Equidade Desportiva é sobre a justiça no desporto, a igualdade de acesso, reconhecer as desigualdades e tomando medidas para corrigi-las. Trata-se de mudar a estrutura e a cultura do desporto para garantir que se torne igualmente acessível a todos na sociedade, independentemente da sua idade, raça, gênero ou nível de habilidade (SPORT COUNCIL, *apud* WHITE, 2003 – tradução nossa)

O processo de desenvolvimento desta política só se iniciou em 1994 quando a *Women’s Sports Foundation* (Fundação de Esporte de Mulheres), fundada em 1985 com o objetivo de promover oportunidades iguais pra todas as mulheres no esporte, teve um grande crescimento e se tornou mais ativa como organização (WHITE, 2003). Percebe-se que, mesmo sendo o Reino Unido um dos precursores do esporte e do esporte de mulheres, as políticas que buscaram equidade de gênero no esporte neste país surgiram há pouco mais de 20 anos, enquanto nos Estados Unidos surgiram no início da década de 1970.

Já nos anos 2000, o cenário para o esporte de mulheres se tornou promissor. A participação das mulheres em Olimpíadas atingiu níveis nunca alcançados antes, inteirando uma participação em 25 a 28 esportes do quadro olímpico. Houve também um aumento significativo da presença das mulheres nos Jogos, chegando à quase metade dos atletas participantes, com presença maior que 4.500 mulheres. Na 2ª Conferencia Mundial do COI sobre Mulher no Esporte, foi adotada a resolução que determinava que até o ano de 2005 o movimento olímpico deveria reservar pelo menos 20% dos cargos de tomada de decisões em suas estruturas a mulheres. Cabe ressaltar que as instituições têm aberto espaço para as mulheres não simplesmente pela conquista de um lugar, mas também porque têm visto o potencial mercadológico das mulheres no esporte. Tal constatação foi apresentada pelo Repucom (2015),

¹¹ Em português: Mulheres e Esporte: Políticas e Sistemas de Ação

que pontua que as mulheres, em especial as de idade entre 30-49 anos, têm excedido o gasto médio dos homens em compras relacionadas ao universo esportivo.

Em 2009, o XIII Congresso Olímpico emitiu uma recomendação destinada à tentativa de fortalecer as políticas para o esporte de mulheres¹², no sentido de redução do assédio nos esportes e de promoção de equidade nas oportunidades tanto na participação dos esportes como nos cargos administrativos. Além disso, buscou proporcionar projetos educativos e treinamento para atletas e líderes esportivas. Em 2014, nos Jogos Olímpicos da Juventude da China, um recorde foi estabelecido com a presença de 49% de mulheres em relação ao total de participantes (IOC, 2016; IOC, 2017). Mais recentemente, em janeiro de 2017, no âmbito do futebol, a Conmebol, Confederação Sul-americana de Futebol) exigiu que, a partir de 2019, os clubes de futebol de homens que participarem da Copa Libertadores da América deverão ter equipes de mulheres. Os clubes que não se adequarem às novas exigências terão punições como multa e exclusão das competições (FERNANDEZ, 2017). Apesar dessa tentativa de promover o futebol de mulheres por meio da criação de novas equipes, alguns clubes não estão organizando a categoria feminina e sim emprestando sua camisa e seu nome para uma equipe já estruturada para que possam participar dos campeonatos.

A partir da história sobre a inclusão das mulheres nas atividades esportivas foi possível ver que houve avanços: uma constante busca pela maior participação das mulheres nos esportes, e pela igualdade de oportunidades e opções de prática. De acordo com Hartmann-Tews e Pfister (2003), em países da Europa isso têm se evidenciado. Na Alemanha, por exemplo, o envolvimento das mulheres em atividades físicas é maior do que a dos homens; na França e Grã-Bretanha tem se percebido um aumento da participação de mulheres nessas atividades enquanto houve uma redução ou estagnação da participação de homens.

Por meio da história da inserção da mulher na prática esportiva e das crescentes discussões sobre o tema mulher e esporte no campo científico-acadêmico é possível perceber a importância da discussão desse tema atualmente e que respalda a realização deste trabalho. Apesar da evolução, das conquistas e dos seus avanços, as mulheres atletas ainda sofrem com as dificuldades de estarem inseridas em um campo que socialmente continua sendo considerado

¹² Recomendação disponível em:

https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/IOC/Congresses/XIII-Olympic-Congress-Copenhagen-2009/Overview/EN-XIII-Olympic-Congress-Recommendations.pdf#_ga=1.238843904.149443375.1441028059

como masculino. Segundo Messner *apud* Devide (2005), o avanço das mulheres no esporte não quer dizer que tenham avançado também no que se refere à liberdade e à igualdade dos sexos neste espaço.

Como foi possível ver, o esporte desde o início era destinado aos homens. Ele foi criado por e para homens como uma forma de produção e reprodução da identidade masculina. Isso aconteceu porque o esporte representava e moldava a agressividade, força, virilidade, e honra, fatores estes que eram os que se esperavam de um “homem de verdade”. Desta forma, o esporte era visto como uma área de reserva masculina, carregado de valores patriarcais e que, por uma construção histórica e social, e principalmente pela mentalidade do determinismo biológico, as mulheres não se enquadrariam a eles. Ainda hoje o esporte é visto como expressão cultural de valores masculinos e como reforço de estereótipos de papéis femininos e masculinos. Isso é refletido na participação das mulheres neste espaço, já que, apesar de sua crescente atuação, não significou que este meio tinha deixado de ser de domínio dos homens e que a mulher deixou de ter uma posição marginal (DUNNING; MAGUIRE, 2010; DUNNING, 1985; BOURDIEU, 2002; KNIJNIK; FALCÃO-DELFINO, 2010).

Diante desse espaço, permeado de masculinidades e sempre considerado como um espaço para homens, Devide (2005) afirma que às mulheres que se inseriam neste meio caberia permanecer no esporte, conviver com esse conflito e serem vistas como pouco feminina ou então, se ausentarem desta prática. Mourão (2003, p. 131) complementa ao dizer que:

Os preconceitos associados ao gênero continuam presentes e os estereótipos do sexo frágil cercam as praticantes de esportes que exigem velocidade, força e impacto, a exemplo do futebol, do basquetebol e do handebol. É comum atribuir o rótulo de masculinizadas às mulheres que participam dessas equipes. Em princípio, do ponto de vista da lei, todos os esportes são permitidos para as mulheres; praticá-los no entanto, representa uma atitude cujo preço pode ser alto, dada a persistência do preconceito – por parte dos homens e também das mulheres – em relação ao envolvimento da mulher em esportes que foram associados à imagem do corpo e do movimento masculino.

Com isso, consideramos o esporte como um espaço de resistência às influências da sociedade e que cabe às mulheres lutarem contra esses padrões socialmente apresentados como naturais, garantindo seu espaço, como há tempos vem sendo feito. Assim, para que esse panorama seja debatido, viabilizando diferentes opções às atletas, é necessário que trabalhos

sobre as questões de gênero no esporte sejam realizados. Buscaremos aqui, então, abordar discussões relativas às mulheres presentes no âmbito esportivo.

3.1.2.1 As Relações de Gênero no Esporte

Ficaram nítidas, ao longo do que foi sumariamente apresentado sobre a história da mulher na prática esportiva, questões referentes ao corpo, à sexualidade, à moralidade, aos esportes gênero-estereotipados, quando se trata de esporte de mulheres. Assim, a seguir, pretendemos debater esses tópicos.

No que tange à mídia, ela é uma forte propagadora de informações e formadora de opiniões. Ao mesmo tempo em que ela pode contribuir para o crescimento e para a visibilidade do esporte de mulheres, também pode contribuir para a formação de estereótipos. Segundo Romero (2004), Knijnik e Souza (2004) e Wright e Clake (1999), a mídia auxilia na construção, propagação e naturalização em nível mundial de valores e hábitos do que é considerado feminino ou masculino, podendo evidenciar também as relações sociais e as diferenças entre os sexos. Cabe dizer que, por o esporte ter sido um espaço de domínio de homens, quando este assunto é abordado nos mais diferentes veículos midiáticos, a grande parcela das pessoas que tem interesse é homem. Assim, a mídia se preocupa em direcionar suas matérias aos leitores/ouvintes/telespectadores homens, apresentando notícias referentes ao esporte de homens e reproduzindo e refletindo os valores dos dominantes, deixando o esporte de mulheres em segundo plano (WRIGHT; CLARKE, 1999; DEVIDE, 2005; ROMERO; 2004).

Um desses valores é a noção de que existem esportes masculinos e femininos. Há uma construção histórica de que esportes que envolvem contato físico, impacto, força, velocidade e agressividade são mais apropriados para os homens e esportes que exigem leveza são apropriados para as mulheres (MOURÃO, 2003; BRANDÃO; CASAL, 2003; SCHMALZ; KERSTETTER, 2016). Tendo em vista estas noções, Devidé (2005) apresentou 4 possibilidades de como um esporte pode ser socialmente considerado masculino: (1) devido ao comportamento dos/das atletas a partir das regras da modalidade, como por exemplo, dominar um componente pelo contato corporal; (2) devido às atitudes relacionadas à prática do esporte, como disciplina e espírito competitivo; (3) devido ao sentimento de identidade com o gênero masculino; (4)

relacionado às capacidades físicas exigidas pelas modalidades, como as citadas acima. Isso também pode ser chamado como esportes gênero-estereotipados, ou seja, de que há esportes apropriados e inapropriados para homens e mulheres (BRANDÃO; CASAL, 2003; SCHMALZ; KERSTETTER, 2016).

Isso pode garantir a inserção e a exclusão de mulheres em determinadas modalidades esportivas, já que há a preocupação com a “fragilidade” da mulher. Além disso, a prática por mulheres de esportes tidos como masculinos podem ser considerados anormais ou uma anomalia social pela dificuldade das pessoas em aceitar contrariedades sociais. Ressaltamos ainda a ideia de que mulheres que praticam esportes tidos como masculinos serem caracterizadas como masculinas. Sobre essa ideia, debruçaremos nossas discussões com ênfase mais a diante em nosso trabalho (GOELLNER, 2007; KNIJNIK; SOUZA, 2004; SIMÕES; CORTEZ; CONCEIÇÃO, 2004).

A mídia esportiva também aborda de maneiras diferentes homens e mulheres atletas. Uma dessas maneiras é a marginalização do esporte de mulheres, ou seja, tanto as modalidades quanto as próprias atletas são mal representadas, a cobertura das modalidades praticadas por mulheres ainda é pequena, sendo apresentada sempre de maneira secundária e desigual em detrimento aos homens. Essa baixa exposição pode acarretar na não formação de novas atletas (KNIJNIK; SOUZA, 2004; MAGUIRE; DUNNING, 2010; DEVIDE, 2005; ROMERO, 2004). A desigualdade na exposição de homens e mulheres atletas é refletida também nos patrocínios e premiações. Knijnik e Souza (2004) afirmam que, devido à baixa exposição das mulheres na mídia, torna-se difícil encontrar patrocinadores para o esporte de mulheres. Como consequência, as premiações em campeonatos também passam a ser reduzidas, sendo estas menores que a dos homens.

Na década de 1980, as mulheres atletas já mostravam seu descontentamento com o tratamento diferenciado entre homens e mulheres dado pela mídia. Mais especificamente em 1985, a atleta de vôlei Jacqueline Silva, considerada “problemática” por organizadores, técnicos e colegas de equipe, não aceitava as diferenças relacionadas ao retorno financeiro, em que os homens atuavam da mesma maneira que as mulheres, mas elas tinham baixa divulgação e nenhum retorno. Jacqueline, em forma de protesto pelo baixo investimento, vestiu a camiseta da seleção brasileira do avesso de forma a esconder as marcas dos patrocinadores, sendo assim banida pela Confederação Brasileira de Vôlei. Passou, então, a jogar no exterior, iniciando sua

carreira no vôlei de praia e tornou-se uma das melhores jogadoras do mundo, chegando a conquistar o ouro olímpico, em 1996 (VLASTUIN, 2013). Apesar da baixa exposição das realizações atléticas das mulheres, o percentual de apresentadoras em programas esportivos televisivos é alto em comparação ao percentual de reportagens sobre mulheres atletas (DEVIDE, 2005).

Sobre a desigualdade na exposição midiática sobre o esporte, Devide (2005, p. 66) denuncia que:

A marginalização é a estratégia mais comum de exclusão da cobertura das mulheres esportivas pela mídia, que quando aborda o esporte feminino tende a cobrir a performance das atletas em termos de suas inabilidades físicas quando comparadas aos homens; a usar os padrões masculinos para avaliar e interpretar o seu desempenho e a rotulá-las de masculinas.

O autor apresentou, também, outro tipo de desvalorização do esporte de mulheres pela mídia. Há uma preocupação em realçar a feminilidade e os atributos físicos das atletas ao invés de destacar a performance. A mídia tem favorecido aquelas atletas que possuem um perfil estético mais “atraente” aos olhos do público, silenciando suas habilidades e qualidades técnicas. As atletas são representadas em um primeiro momento como mulheres e depois como atletas (ROMERO, 2004; KNIJNIK; SOUZA, 2004). Isto é reforçado por Bourdieu (2002, p. 75) ao afirmar que as mulheres “existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis”.

Nas palavras de Knijnik (2003, p. 85), as mulheres atletas ainda são “[...] julgadas não só pelos seus talentos esportivos, mas também pelo seu estado civil, sexualidade, moralidade e atributos físicos”. O destaque ao corpo das mulheres pode ser comprovado, por exemplo, pela reportagem apresentada pelo jornal Folha de São Paulo em Junho de 2013, cuja manchete era: “Quase perfeita – Maria Sharapova supera a chuva, mas não a celulite, e arrasa rival em Roland Garros”. Ao analisarmos a manchete, percebemos que a primeira parte aborda o corpo “não perfeito” da atleta, e a segunda parte, a vitória de Sharapova em um dos campeonatos mais importantes do tênis mundial. O destaque da notícia são os atributos físicos da atleta, e em segundo plano fica sua performance atlética.

Além disso, há também uma comparação entre homens e mulheres no mesmo esporte, principalmente no esporte de alto-rendimento, em que as mulheres são avaliadas a partir dos padrões de homens. Isto significa dizer que a performance masculina do esporte é tida como base

para avaliar a performance do esporte de mulheres, muitas vezes afirmando que as habilidades das mulheres não são tão desenvolvidas, ou que seu desempenho é menor em relação ao do homem, sendo estas maneiras de apresentar a inferioridade atlética da mulher frente ao homem (JONCHERAY; TLILI, 2013; DEVIDE, 2005; KNIJNIK; SOUZA, 2004; SIMÕES; CORTEZ; CONCEIÇÃO, 2004).

Esse tipo de comparação também leva a questionamentos a respeito da capacidade das atletas em praticar esportes. Muitas vezes as mulheres são consideradas inferiores, menos habilidosas que os homens, e que seus corpos não suportariam a prática esportiva. Desta maneira, a elas se reputa uma incompetência para se tornarem atletas (JONCHERAY; TLILI, 2013; HOWE, 2001). Bourdieu (2002, p. 84) afirma que as atletas encontram-se em uma situação de “[...] *double bind*¹³: se atuam como homens, ela se expõe a perder os atributos obrigatórios da ‘feminilidade’ e põe, em questão o direito natural dos homens às posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inadaptadas à situação”. Se nos atentarmos, é possível verificar que há uma desvalorização do esporte de mulheres, em que, ao mesmo tempo, que são consideradas incapazes da prática de determinadas modalidades esportivas, o corpo das atletas fica em evidência, principalmente a necessidade de se ter um corpo dentro dos padrões de feminilidade.

O corpo das mulheres está constantemente sendo vigiado e analisado, independentemente de ser uma atleta ou não. Mas tendo em vista a relação da mulher na atividade física, o corpo fica ainda mais em evidência pois está exposto a todo tempo como ferramenta de trabalho. Considerando que antigamente a função fundamental da mulher era a procriação, a atividade física para ela só passou a ser aceita devido aos benefícios que traria para o seu corpo, benefícios de ter um corpo forte e saudável para gerar filhos fortes. Além disso, de acordo com Goellner (2003), por tempos houve um padrão corporal para que uma mulher fosse considerada bela, como por exemplo, ter altura aproximada de 1,65 metros e a cintura entre 0,858 a 0,925. Para isso, era preciso que realizassem exercícios físicos, pois só assim teriam o corpo em harmonia. Entretanto, ao mesmo tempo acreditava-se que fortalecer o corpo da mulher e prepará-lo para a maternidade poderia, de certa forma, masculinizar sua estrutura física e seus hábitos. Por esse motivo, o corpo das mulheres precisava ser controlado, assim como as atividades corporais que levavam a ele,

¹³ Termo da psicologia que se refere a relacionamentos contraditórios, em que as duas pessoas não conseguem se desvincular uma a outra.

pois a feminilidade de uma mulher seria julgada não só pelo seu comportamento, mas em especial, pelo seu corpo (GOELLNER, 2003).

Sobre esse receio quanto ao que chamam de masculinização da mulher pela prática esportiva, Goellner (2003, p. 108) afirma que:

o suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, as competições, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os movimentos equivocados do corpo, os perigos das lesões, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionados à mulher despertam suspeitas porque parecem abrandar certos limites que contornam uma imagem ideal de ser feminina.

Quando um corpo feminino não se enquadra dentro dos padrões culturalmente estabelecidos como normal, dentro do discurso dominante, a mulher estaria se masculinizando. Fazemos aqui uma observação de que essa masculinização não se refere somente ao corpo, mas a todas as atitudes e comportamentos que ultrapassam as ideias dos papéis sexuais. Há uma naturalização de que um corpo forte, com músculos definidos é um corpo masculino¹⁴. Mas, como sabemos, para que um atleta seja capaz de realizar os exercícios e movimentos exigidos em uma modalidade esportiva, seu corpo deve estar fortalecido e devidamente preparado para todas as situações a serem encontradas em um jogo, evitando possíveis lesões. Seu desempenho e resultado dependem de seu corpo. Em função disso, aquelas atletas que possuem um corpo mais desenhado são consideradas como transgressoras dos padrões corporais tidos como femininos, sendo consideradas masculinas (GOELLNER, 2003; KNIJNIK, 2003).

Simões, Cortez e Conceição (2004) afirmam que devido à essa naturalização do que é considerado feminino e masculino, a sociedade aceitaria melhor mulheres atletas que tivessem um corpo e movimentos corporais esteticamente agradáveis e femininos. Isso é corroborado pela experiência vivida por Edinanci Silva, judoca paraibana que nas Olimpíadas de 1996, em Atlanta, foi obrigada a realizar teste de feminilidade pois seu corpo e aparência geravam dúvidas quanto ao ser mulher. Goellner (2003) declara que este corpo transgressor das regras sociais não questiona única e exclusivamente a beleza de uma mulher ou sua masculinização, mas também coloca em questão o seu sexo e sua sexualidade. Isto é, além da valorização do corpo em detrimento das habilidades técnicas, ao adentrarem em esportes considerados masculinos, as

¹⁴ Destaco aqui que apesar da atual pluralidade de corpos, de identidades, de gêneros, a sociedade ainda tem uma tendência em polariza-los somente em masculino e feminino.

mulheres que apresentam esses atributos de força e agressividade, ou cujos corpos transpassam as normas sociais de feminilidade, ou ainda pela simples participação em esportes com estas características são consideradas como lésbicas e masculinizadas. Como vimos, um corpo forte, musculoso e atlético é socialmente associado a um corpo masculino e a mídia tende a enfatizar o corpo em detrimento das suas habilidades técnicas. Desta maneira, as atletas procuram ou se “camuflar” e se manter em constante vigilância da sexualidade ou passam a assumir os padrões estéticos de feminilidade e de heterossexualismo como forma de garantir visibilidade e aceitação, apesar de ser claro que não há relação direta entre esportes de contato, por exemplo, e a orientação sexual (WRIGHT; CLARKE; 1999; KNIJNIK; SOUZA, 2004; HOWE, 2001).

Podemos citar como exemplo da valorização da sexualidade a participação da judoca Rafaela Silva nos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. A atleta garantiu o primeiro ouro brasileiro nos Jogos, sendo destaque nos mais diversos meios de veiculação de notícias e recebendo elogios pela sua atuação e performance esportiva. Dias depois, a aparição de Rafaela ao lado da namorada em uma foto nas mídias sociais fez reverter o rumo das notícias, que a partir daquele momento não era mais julgada pelas suas habilidades atléticas, mas sim pela sua opção sexual.

Outra situação que exemplifica as afirmações apresentadas no que tange à tentativa de feminização da mulher, foi a atuação da Federação Paulista de Futebol (FPF) que, em 2001, buscou de maneira questionável desenvolver o futebol de mulheres no estado. Por meio de uma seletiva para retomar o Campeonato Paulista de mulheres, chamado de Paulistana, a FPF buscava atletas que se enquadrassem em um “padrão de feminilidade” na tentativa de embelezar o campeonato e unir o futebol à feminilidade. Eram escolhidas apenas mulheres de cabelos longos e elas eram incentivadas a usar shorts curtos e maquiagem. Isso mostra que a busca pelas habilidades esportivas das atletas estava em segundo plano e que seus corpos e a aparência feminina eram mais importantes naquele momento (KNIJNIK; VASCONCELOS; 2003; KNIJNIK; SOUZA, 2004).

Essa tentativa de feminização da mulher, de acordo com Goellner (2001; 2003), é uma forma de controle sobre o corpo feminino, entretanto, ela não está restrita somente ao corpo. Ela diz respeito aos músculos, ao rosto, a voz, a postura, aos gestos e as vestimentas, como pudemos acima. Apesar das tentativas da mídia em mostrar a participação das mulheres em esportes considerados como de reserva masculina, ainda há uma tendência a que elas preservem sua

delicadeza, graciosidade, a “essência feminina” e a mantê-las dentro de uma conformidade social e sexual, ressaltando também características tidas como de heterossexualidade, além de continuarem a realizar os deveres tidos como o de uma mulher: vida doméstica e cuidado com os filhos. Isso significa dizer que as atividades físicas podem ser realizadas desde que garantam e revelem o seu jeito feminino, caso contrário, ela estaria se masculinizando (WRIGHT; CLARKE, 1999; GOELLNER, 2007; GOELLNER, 2001).

Em um trabalho recente, Fernandes *et. al* (2017) apresentam reportagens do programa Globo Esporte que salientam uma tentativa de feminizar a mulher atleta ou a mulher envolvida no âmbito esportivo. As matérias jornalísticas relatam que as mulheres deixam o ambiente esportivo mais bonito e colorido e que as atletas procuram se arrumar, pintar as unhas, arrumar os cabelos e passar maquiagem para a prática do Jiu Jitsu. Destacou-se que elas podem praticar uma modalidade tida como masculina, sem perder sua feminilidade.

Outro ponto que merece destaque é que, em conformidade com Wright e Clarke (1999) e Knijnik e Souza (2004), o esporte de mulheres tem sido banalizado e sexualizado, sendo que as mulheres muitas vezes são retratadas como símbolos sexuais. A erotização do corpo feminino tem como objetivo sexualizar a mulher de forma a torná-la desejável, como um objeto a ser alcançado e contemplado, podendo assim atrair um público maior e maior investimento, não somente na área esportiva, mas em comerciais de televisão, como os de cerveja (GOELLNER, 2005; 2003; BRANDÃO; CASAL, 2003). Knijnik (2003) cita, como exemplo dessa erotização no esporte, modalidades como o vôlei, por exemplo, em que FIVB (Federação Internacional de Voleibol) tentou exigir que os uniformes das atletas fossem sensuais, com as vestimentas justas e curtas e pensadas por “especialistas em *marketing*”, para que o número de espectadores aumentasse, reforçando a imagem de uma mulher-objeto, de desejo do olhar dos homens.

É comum ainda, ao nos depararmos com jogos de vôlei de praia, perceber que os *closes* das filmagens durante as partidas destacam determinadas partes do corpo das atletas, como pernas e bumbum; em uma simples procura em ferramentas de busca como o *Google* e *Youtube* com os indicadores “esporte feminino” (ou *women and sport*) ou especificamente por alguns esportes, como o *wrestling* feminino, por exemplo, é possível verificar fotos e vídeos que salientam a sexualização de seus corpos. Zoboli e Costa (2014) citam outros dois exemplos dessas situações. O primeiro refere-se ao concurso Musa do Brasileirão, em que uma torcedora de cada time da primeira divisão do Campeonato Brasileiro é eleita a partir da sua beleza,

sensualidade e conhecimento sobre o time e o futebol. O segundo diz respeito à participação de atletas na Revista Playboy, que em um período de 7 anos publicou fotos de 10 mulheres atletas.

As relações de gênero no esporte não dizem respeito exclusivamente à participação das mulheres como atletas. Elas são refletidas também na baixa participação das mulheres em cargos de decisões, como por exemplo, presidentes e administradoras em clubes e federações, e como técnicas esportivas e arbitragem. Essa discussão é central nos trabalhos de Mourão e Gomes (2004) e Oliveira (2004), que afirmam que a participação das mulheres nestes cargos é o novo desafio das mulheres no campo esportivo.

As mulheres enfrentam resistência das organizações esportivas quanto a seus trabalhos, sendo consideradas incapazes de comandar equipes, clubes, entidades e jogos. Isso se deve a ser esta a área do campo esportivo que manteve e se mantém quase que inteiramente dominada pelos homens. A restrição quanto a uma mulher no comando as leva a exercerem cargos secundários, como o de assessoria, secretaria e planejamento. A presença das mulheres em altos cargos de decisões geralmente está atrelada àquelas modalidades praticadas, em sua maioria ou totalidade, por mulheres, como o caso das ginásticas rítmica e artística (MOURÃO; GOMES, 2004; OLIVEIRA, 2004).

Podemos citar como exemplo da dificuldade da inserção e permanência das mulheres nos cargos de comando a ex-treinadora da Seleção Brasileira Feminina de Futebol, Emily Lima. Emily assumiu o cargo de treinadora da Seleção em novembro de 2016, sendo a primeira mulher a assumir o comando de uma Seleção Brasileira principal de Futebol. Ela, que já havia atuado como jogadora e como técnica em outras equipes, inclusive em categorias de base da seleção, em menos de 10 meses de trabalho com a equipe das mulheres, foi demitida do cargo após algumas derrotas. Emily foi a única a assumir o cargo nos últimos anos e que não teve a oportunidade de completar um ano exercendo o trabalho como técnica. O afastamento da técnica gerou conflitos e a saída de várias jogadoras do selecionado nacional devido à falta de explicações sobre a demissão.

As observações realizadas até aqui reforçam o que Willis (1994) *apud* Devide (2005) asseverou que o esporte é influenciado pela sociedade em que está inserido, refletindo e reforçando seus valores. Essas manifestações são transmitidas por gerações, fazendo com que, ainda nos dias de hoje, a mulher atleta tenha sua sexualidade, seus corpos e sua feminilidade colocados em xeque, além de um modelo que afasta as mulheres de atuarem como atletas e em

cargos de comando. Desta forma, vemos o esporte como um espaço de resistência a essas influências da sociedade e aos discursos normativos.

Assim, em síntese, podemos pontuar que o gênero:

- é um conceito móvel que surgiu durante o movimento feminista e que se refere a forma como as características biológicas e as relações entre homens e mulheres se constroem socialmente;
- Socialmente, há uma atribuição de papéis para homens e mulheres, sendo que para os homens foi designado a vida pública, e para as mulheres os cuidados com a casa e família. Estes valores transparecem nas mais diversas áreas da vida social, como no trabalho, na escola, na política, no ambiente doméstico e no esporte;
- Ao homem foi atribuído o papel do esporte, sendo o esporte reconhecido socialmente como uma área de reserva masculina;
- A história da inserção da mulher no esporte é cercada de preconceitos e situações discriminatórias desde seu início, mas há uma constante luta por espaço, visibilidade e equidade neste campo;
- As mulheres atletas são avaliadas de acordo com a sua sexualidade, moralidade, estado civil e pelos seus atributos físicos, sendo a mídia uma das grandes propagadoras desses valores;
- Mesmo com os avanços no que dizem respeito ao aumento no número de mulheres atletas, ainda há poucas mulheres como representantes em cargos administrativos em clubes, federações e confederações e como técnicas esportivas.

Desta maneira, alicerçado nas informações apresentadas que tangem ao gênero e às suas relações no esporte e sobre a história das mulheres neste campo, considerando a hipótese de nosso estudo, o próximo tópico terá como ênfase discussões a despeito do preconceito de gênero.

3.2 Entendendo o Preconceito

Há uns meses atrás, durante uma das aulas de Crossfit, um dos *coaches* juntamente com uma aluna disseram que eu não me enquadrava com o Rugby por ser uma pessoa delicada, uma vez que consideravam as jogadoras da modalidade todas “brutas e grandes”.¹⁵

¹⁵ Comunicação verbal da autora (MOURA, 2018)

Preconceitos e estereótipos como o mencionado na citação acima são comuns no âmbito esportivo, principalmente no que se refere ao esporte de mulheres. Mas por quais razões as pessoas consideram que atletas de determinados esportes são “brutas” ou “grandes”? Por que razão pensam desta forma? Isso acontece em outras áreas? Buscando compreender melhor como se dão esses fenômenos, este trabalho tem como um de seus temas chaves o preconceito. Para isto, é importante compreender os significados da palavra preconceito. Ao dividirmos a palavra “preconceito” nos aproximamos de “pré-conceito”. Desta maneira, antes de iniciarmos, cabe aqui uma ressalva de que, apesar de relacionados (CROCHIK, 1997), o conceito de preconceito muitas vezes é confundido com “pré-conceito”. Assim, neste primeiro momento tentaremos esclarecer as diferenças entre estes dois termos.

O conceito de preconceito está ligado à uma base teórica e a um processo de análise e síntese, sendo possível somente através da experiência e do conhecimento, e esse processo de conceituação pode envolver pré-conceitos. O pré-conceito, então, refere-se às experiências, percepções formadas e também às emoções que existem antes de uma experiência nova, ou seja, uma ideia formada anteriormente ao conceito. Consideramos o pré-conceito então, no sentido literal da palavra, como um conceito, ideia ou opinião formados antecipadamente sem conhecimento dos fatos, ou seja, um pré-julgamento. O pré-conceito é uma condição para o conhecimento. É a possibilidade de alteração dos pré-conceitos por um indivíduo que indica menor ou maior predisposição ao preconceito (CROCHIK, 1997; SAFFIOTI, 1987).

Na visão de Crochik (1997), o preconceito teve como base, em algum momento, um pré-conceito, mas que nem todo preconceito pode ser considerado um pré-conceito uma vez que há pessoas que têm conhecimento sobre determinado grupo, mas ainda assim tem atitudes hostis ou consideram um grupo como inferior.

Ainda no que tange ao preconceito, as primeiras teorias sobre este fenômeno surgiram durante o século XX, mais precisamente durante a década de 1920, vinculadas às lutas dos direitos humanos como forma de combate à perseguições aos negros (PEREIRA; TORRES; ALMEIDA, 2003; CROCHIK, 1997). Por esta razão, existem inúmeras definições que surgiram ao longo deste período que podem ser agregadas ao trabalho. Por conseguinte, traremos aqui algumas destas definições.

Inicialmente, o preconceito, ainda com redação em latim *praejudicium* (*Prae* = anterior e *judicium* = julgamento), era definido como um julgamento baseado em experiências e decisões,

muito similar a definição de pré-conceito. Depois, com o termo em inglês (*prejudice*) passou a ser um julgamento formado anteriormente devido à análise e à consideração dos fatos, possibilitando assim o saber (CROCHIK, 1997; ALLPORT, 1954). Anos depois, Mezan (1998) afirmou que o preconceito passou a ser considerado como crenças, atitudes e comportamentos negativos direcionados a um membro de um grupo por este pertencer a tal. Em estudos mais recentes como o de Camino e Pereira (2002), o preconceito é visto a partir das relações de poder entre grupos em que o grupo majoritário se expressa com atitudes e comportamentos depreciativos em relação ao grupo minoritário ou membros dele¹⁶.

Apesar de seus textos terem sido escritos há décadas, Jones (1973) e Allport (1954) são autores clássicos e conceituados nos estudos sobre preconceito. Suas interpretações são as mais aceitas na comunidade científica no que concerne ao preconceito e, por esse motivo, os teremos como base para este trabalho. Jones (1973) afirma que existem inúmeros sentidos dados à palavra preconceito. Ao citar seis desses sentidos, inicialmente apresentados pelo *Webster's New Twentieth Century Dictionary*¹⁷ (1965), o autor define este fenômeno como “o julgamento negativo e prévio dos membros de uma raça, uma religião ou dos ocupantes de qualquer outro papel social significativo, e mantido apesar de fatos que o contradizem” (JONES, 1973, p. 54). Destacamos aqui um fator interessante sobre esta definição quando o autor sustenta que uma pessoa preconceituosa mantém seu posicionamento errôneo e negativo sobre determinado indivíduo mesmo que os fatos provem o contrário. Neste momento, a diferença entre pré-conceito e preconceito fica explícita.

Jones (1973) ainda destaca três questões centrais para verificar se um julgamento pode ser considerado como preconceito: (1) É um julgamento prévio? (2) Há fatos que o contradigam? (3) Seriam esses fatos conhecidos pela pessoa no momento em que se apresentou seu julgamento? Apesar dos questionamentos, o autor deixa claro que ainda assim não é fácil fazer verificações exatas e objetivas de julgamentos preconceituosos.

¹⁶ De acordo com Allport (1954) o grupo minoritário também pode ter preconceito contra o grupo majoritário. Apesar de ser realizado em menor escala, isso costuma acontecer quando o grupo minoritário se sente vitimizados pela sua “adesão” ao grupo minoritário. Por ter sido vítima de intolerância, se tornam intolerantes também.

¹⁷ Definições apresentadas pelo *Webster's New Twentieth Century Dictionary*: (1) uma opinião ou julgamento formados antes do conhecimento dos fatos, ideia pré-concebida, favorável, ou mais usualmente, desfavorável; (2) uma opinião ou julgamento sustentado apesar de fatos que s contradizem; deformação pouco razoável, tal como ocorre em preconceito contra nortistas; (3) manutenção de tais opiniões ou julgamentos; (4)desconfiança, intolerância ou ódio com relação a outras raças, crenças, religiões, profissões, etc; (5) maus tratos resultantes de julgamento ou ação de outra ou de outras pessoas (6) previsão

Para Allport (1954, p. 9 – tradução nossa), que aborda o tema também a partir de uma perspectiva sociocultural, o preconceito¹⁸ é uma “antipatia baseada numa generalização errada e inflexível. Pode ser sentido ou expresso. Pode ser dirigido a um grupo como um todo ou a um indivíduo por ser membro deste grupo”, e concebido pelo grupo dominante em direção ao dominado. De acordo com o autor, para que uma definição de preconceito seja adequada, ela deve conter dois fatores essenciais: (1) uma atitude em favor ou desfavor e; (2) deve estar relacionada a uma generalização exagerada baseada em uma crença errônea (Idem). Esses fatores podem se alternar nas expressões do preconceito, como exemplificado nas frases: “Mulheres não são capazes de praticar esportes” e “Todas as mulheres praticantes de esportes de contato são lésbicas”.

Allport (1954) e Jones (1972) afirmam que o preconceito não é qualquer generalização ou pré-julgamento exagerado, mas esses somente se tornam preconceito quando não são reversíveis mesmo expostos a um novo conhecimento. Allport (1954) ainda destaca que uma atitude negativa só será considerada preconceito se servir como um propósito de recompensa a si mesmo, ou seja, o preconceito é formado e sustentado pelas considerações auto gratificantes. A partir deste raciocínio, o autor (Idem, p. 12 – tradução nossa) complementa sua definição de preconceito, postulando o mesmo como “um padrão de hostilidade nas relações interpessoais, que é dirigido contra todo um grupo, ou contra seus membros individuais, cumprindo uma função irracional específica para seu portador”.

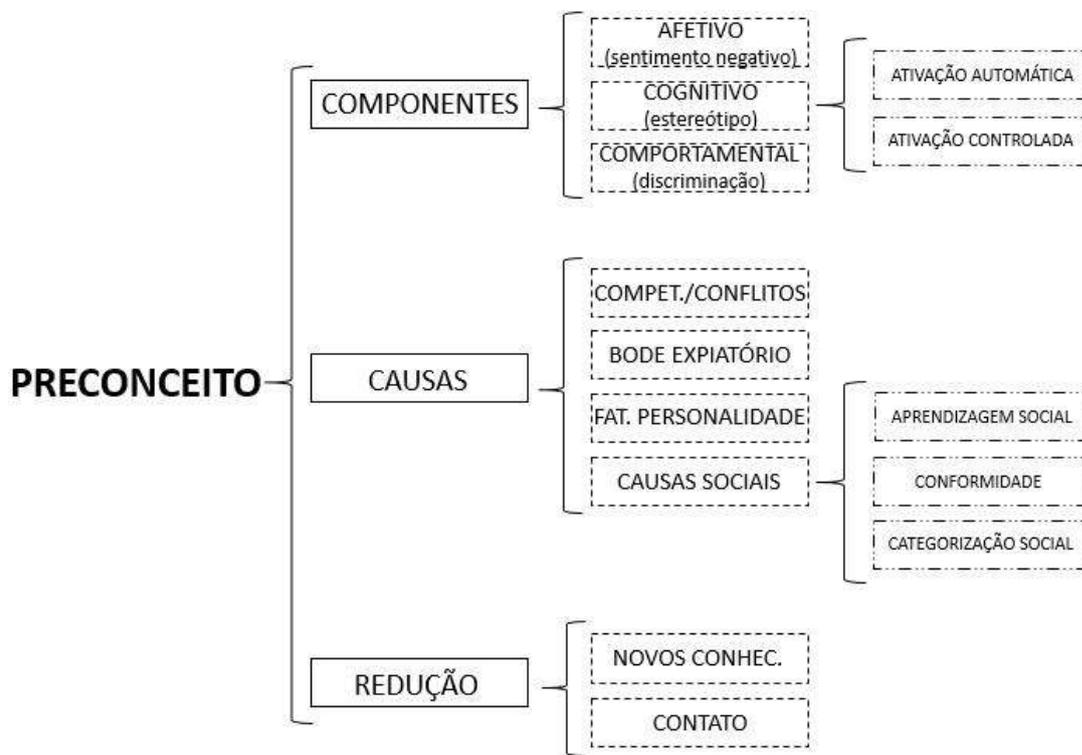
Em suma, o preconceito é entendido como uma avaliação generalizada e errônea que transita nas relações de poder entre grupos, em que o grupo dominante sente, atua e pensa de forma negativa ou hostil em relação ao grupo dominado dispendo de um propósito de auto recompensa e que, mesmo podendo adquirir novos conhecimentos, mantém sua posição desvirtuada. Mas por quais razões pessoas preconceituosas mantêm suas avaliações negativas?

¹⁸ O autor apresenta o preconceito étnico, mas a mesma definição pode ser usada para outras formas de preconceito.

3.2.1 Preconceito e Categorias de Causas

Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) classificam em quatro categorias as causas do preconceito (vide figura 2). São elas: (1) competição e conflitos políticos e econômicos, (2) o papel do bode expiatório¹⁹, (3) fatores de personalidade e (4) causas sociais do preconceito.

Figura 2 – Esquema explicativo sobre preconceito



Fonte: Allport (1954); Jones (1972) Rodrigues, Assmar, Jablonski (2009)
Elaboração: a autora

A primeira categoria diz respeito ao que Allport (1954) denominou “Competição Direta e Conflito Realista”, ou seja, quando ocorrem disputas, se torna mais simples atacar o outro grupo quando ele possui características negativas. Dessa forma, com as tentativas de depreciar o outro grupo com estereótipos, as disputas se tornam maiores. Essas situações de competição e conflitos são os caminhos que mais conduzem à formação de preconceitos, assim como são capazes de

¹⁹ A expressão “bode expiatório” refere-se a depositar a culpa em uma única pessoa pelos atos de outras pessoas, ou seja, definir uma pessoa sobre a qual recaem as culpas alheias.

provocar reações de hostilidade onde antes havia, minimamente, harmonia. O segundo pode ser considerado como um apêndice da primeira categoria. O papel do bode expiatório refere-se a frustrações deslocadas a grupos sem poder, manifestando sentimentos de repulsa. Em outras palavras, é quando o sentimento de frustração em relação a uma pessoa em específico é projetado para todas as pessoas de um grupo ao qual a primeira pessoa pertence.

Os fatores de personalidade dizem respeito principalmente à forma de criação e educação das pessoas. Pessoas com personalidade autoritária tendem a ser mais intolerantes ou ter opiniões muito rígidas, já que na infância, possivelmente, tiveram pais que exigiam disciplina de forma severa, muito punitivos, rígidos ou que usufruíam de manipulações e dessa forma, passaram a ter dificuldades de lidar com situações de ambivalência (RODRIGUES, ASSMAR, JABLONSKI, 2009; ALLPORT, 1954)

A quarta categoria, denominada de causas sociais do preconceito, relaciona-se com a concepção de que o preconceito é fundamentado social e culturalmente. Esta categoria é subdividida em três estratos: (1) aprendizagem social, (2) conformidade e (3) categorização social (RODRIGUES, ASSMAR, JABLONSKI, 2009).

Antes de darmos continuidade à apresentação dos estratos das causas sociais do preconceito, se torna relevante abordarmos a relação do preconceito com a cultura, já que é necessário conhecer esta relação para que se compreenda a quarta categoria das causas do preconceito.

O preconceito é um fenômeno que se localiza tanto no indivíduo quanto na sociedade, e cada sociedade possui uma determinada cultura. Portanto, este fenômeno tem suas raízes no universo simbólico da cultura, pois a ideia sobre o objeto do preconceito surge da própria cultura. Além disso, o que leva uma pessoa a ser ou não preconceituosa está em seu processo de socialização, e este é fruto da cultura e da história e uma ponderação moral colocado por uma cultura em algumas de suas práticas (MADUREIRA, 2007; CROCHIK, 1997).

Cabe ressaltar que algo que é tido como comum em uma cultura pode ser encarado como estranho em outra cultura. Da mesma forma, o que é considerado masculino e feminino, certo ou errado em uma cultura pode ser considerado diferentemente em outra. Entretanto, não podemos confundir os fatos objetivos do preconceito com um julgamento cultural ou entendermos como preconceito somente aquilo que eticamente é errado, exótico ou desaprovado por lei. Devemos reconhecer como preconceito sempre que uma atitude negativa for baseada em uma

generalização ilegítima (ALLPORT, 1954; RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009; KNIJNIK, 2010).

Outra questão significativa a ser apontada é que, quando há a transmissão de uma dada cultura para as novas gerações, os preconceitos são disseminados juntamente. Essas novas gerações desde a infância acabam assumindo como próprias essas crenças sem refletirem sobre o fato ou sobre sua adesão a elas. Além da influência familiar, os meios midiáticos, as artes, histórias curtas, a educação, seja ela formal ou informal, e a religião também exercem influência, não só na transmissão, disseminação e manutenção, mas também nutrindo opiniões e preconceitos (CROCHIK, 1997; RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009; SAFFIOTI, 1987; ALLPORT, 1954; CHALABAEV *et al*, 2013).

No que tange às redes sociais, elas têm reproduzido valores sociais e, dessa forma, acabam tendo um papel na reprodução dos preconceitos, já que o preconceito está presente na sociedade e as redes sociais podem torná-lo mais explícito. As mídias sociais são um espaço de liberdade de expressão e um importante meio de comunicação em que as pessoas manifestam suas opiniões sobre os mais variados assuntos. Por vezes, ao opinarem, as pessoas acabam por realizar declarações preconceituosas, como racismo, sexismo, transfobia, homofobia, preconceito linguístico, religioso, político, sem ter a preocupação com as consequências destes atos, já que se sentem “protegidos” por uma tela. Este tipo de ação no Brasil é considerado crime pela PLS 80/2016, prevendo de 2 a 5 anos de prisão (ARAÚJO; RIOS, 2012; GÓES, 2006, BELLEZE, 2016).

Retomemos à apresentação da quarta categoria das causas do preconceito e seus estratos. O primeiro estrato, chamado de teoria da aprendizagem, concerne à aquisição de preconceitos e estereótipos com base nas crenças ou na cultura de uma comunidade sobre aquilo que é considerado certo e errado. Por isso, em determinados lugares, o tratamento desigual de alguns grupos é tido como normal e em outros, como incomum. O segundo estrato, a conformidade, é quando as pessoas se conformam com sua situação de desigualdade e passam a aceitar como natural sua posição inferior. Isso se dá em resposta às nossas obediências a diversas formas culturais, sendo que muitas vezes as seguimos inconscientemente ou atribuímos um valor a elas. O terceiro e último estrato, denominado de categorização social, é quando separamos a nós e as demais pessoas em categorias. O simples fato de dividir pessoas em dois grupos distintos já pode

ser considerado categorização e isto é suficiente para gerar estereótipos e atos discriminatórios (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009; ALLPORT, 1954).

Visto que, no decorrer do nosso trabalho, os termos “estereótipos” e “discriminação” apareceram com frequência, se faz necessário distingui-los de “preconceito”, mas sem deixar de relacioná-los. É com este assunto que introduziremos o próximo tópico.

3.2.2 As Características do Preconceito

Ulterior a compreensão do significado de preconceito e suas possíveis causas, buscaremos nos aprofundar em algumas de suas características. A figura 2 sintetizou os pontos que foram abordados no tópico anterior e os que serão abordados neste tópico.

Como apresentado na Figura 2 (página 55), o preconceito é constituído por três componentes. Allport (1954) e Jones (1972) atribuem dois componentes: a base cognitiva e o componente comportamental. Algumas obras mais atuais, como a de Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) e Mansanera e Souza (2007), afirmam que este fenômeno possui três componentes: a base cognitiva, o componente afetivo e o componente comportamental. Estes componentes representam, respectivamente, o estereótipo, o sentimento negativo em relação a um grupo e a discriminação. Ao abordarmos sobre as relações de gênero no esporte, entendemos que os componentes considerados por Allport (1954) e Jones (1972) se sobressaem e por isso focaremos nestes dois aspectos.

No que concerne ao estereótipo, este é considerado um produto cultural que tem como característica central moldes que almejam encaixar-nos e que são elaborados sobre as características e comportamentos pessoais ou de um grupo (CROCHIK, 1997; SAFFIOTI, 1987; RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009; PEREIRA; TORRES; ALMEIDA, 2003). Allport (1954) define que os estereótipos são como crenças exageradas associadas a uma categoria (ex: homem, mulher, negro, branco, rico, pobre), sendo que sua função é racionalizar a nossa atuação frente à esta categoria. O autor complementa afirmando que os estereótipos são imagens criadas em nossa mente e que atuam de duas formas: (1) para justificar a aceitação ou rejeição de um grupo ou do preconceito em si e (2) para realizar uma triagem seletiva para manter o pensamento simples, sendo considerado como um papel importante do preconceito.

Segundo Rodrigues (1999, p. 150), os estereótipos acontecem através:

de uma representação mental de um grupo social e de seus membros, ou de um esquema, uma estrutura cognitiva que representa o conhecimento de uma pessoa acerca de outra pessoa, objeto ou situação – tendendo a enfatizar o que há de similar entre pessoas, não necessariamente similares, e agir de acordo com esta percepção.

Como exemplo de estereotipagem, podemos citar aquelas atividades que são consideradas socialmente exclusivas para homens ou para mulheres, como já mencionado anteriormente. Em relação aos esportes, podemos citar também algumas modalidades esportivas, como o futebol, as lutas, o levantamento de peso, a dança, a ginástica, que, de acordo com Devide (2005) e Brandão e Casal (2003), são classificadas como atividades apropriadas ou para homens, aquelas que envolvem o contato físico e a velocidade, ou para mulheres, aquelas que exigem leveza. Dunning e Maguire (2010, p. 72) ratificam tal pensamento alegando que:

Sobretudo em meios totalmente frequentados por homens, aqueles “desviantes”, que por alguma razão optam por seguir um caminho “antiesportivo”, são sempre categorizados negativamente como afeminados e “homossexuais” por seus pares. Isso acontece *pari passu* com a situação das mulheres que, por gostarem de esportes, são depreciadas com adjetivos como “masculinas”, “sapatonas”, ou lésbicas.

Além disso, as/os atletas também sofrem com os estereótipos relacionados aos corpos. Há estereótipos de que um corpo musculoso é um corpo masculino. Assim, quando uma mulher atleta tem seus músculos aparentes, esta pode ser considerada como masculina.

Em acréscimo, Barberá (1998) declara que o estereótipo aborda duas noções centrais: a primeira é que por se tratar de crenças e atribuições causais, nem sempre o estereótipo equipara-se com a realidade; a segunda diz respeito ao estereótipo tratar-se de um conjunto de ideias e pensamentos organizados. Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) complementam a afirmativa da autora ao dizerem que os estereótipos podem ser tanto positivos, neutros ou negativos, mas também corretos ou incorretos. Uma vez que tratam de generalizações, ao denominar um grupo com alguma característica, como por exemplo, inteligentes, bonitos, parvos ou estranhos, tais características podem remeter a uma condição positiva, neutra ou negativa. Há um destaque de Allport (1954) sobre a diferenciação entre uma generalização válida e estereótipo ao considerar que a primeira concerne a dados probabilísticos sólidos sobre os diferentes grupos.

Em relação ao componente cognitivo, o estereótipo pode ser alterado se o indivíduo que atribui esses moldes aos grupos adquirir novas informações, atingindo também os outros dois componentes ou, ainda, na medida em que se transformam as realidades da experiência social. Apesar de os preconceitos e estereótipos serem transmitidos culturalmente, as gerações mais jovens podem reduzir ou aumentar a formação de estereótipos em relação a seus pais por viverem em uma atmosfera social diferente e terem experiências diferentes (MANSANERA; SOUZA, 2007; JONES, 1972; ALLPORT, 1954).

Esta afirmação vai ao encontro do que assevera Devine (1989) ao dizer que existem dois tipos de estereótipos que estão interligados: (1) ativação automática, que se refere às crenças disseminadas culturalmente e que não há como controla-las, e (2) ativação controlada, que diz respeito ao momento em que uma pessoa pode refletir sobre a ativação automática e reavaliar sua primeira impressão.

Pensando nos tipos de estereótipos e em outras informações supracitadas, podemos considerar que os estereótipos podem ser alterados mediante a cultura e a educação, como também após uma reflexão sobre sua forma de pensar, podendo, com este último, reduzir sua formação. Por outro lado, apesar da possível redução, Jones (1972) sustenta que mesmo que os estereótipos populares pareçam estar se desvanecendo, a redução da tendência para o ato de estereotipar não ocorre.

Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009, p. 144) alegam que “quando o estereótipo é suficientemente forte, até os membros do grupo alvo tendem a aceitá-lo”. Azerêdo (2011), Saffioti (1987) e Crochick (1997) legitimam essa afirmação ao explicar que a aceitação é um dos pontos mais cruéis do preconceito, pois se refere ao processo de naturalização e apropriação das ideias do grupo majoritário. Isso acontece quando grupos estereotipados, após um longo período percebendo suas condições de desigualdade frente a outros grupos, passam a considerar as ideias a seu respeito como naturais, comuns, como por exemplo, um negro que passa a se considerar inferior pelo fato de algumas pessoas o considerarem assim. Crochick (1997) reforça que os estereótipos valem-se como uma forma de legitimar a dominação e, desta maneira, estariam naturalizando uma situação de opressão.

Este pensamento é muito destacado na obra de Bourdieu (2002). O autor ressalta que o ponto de vista do dominante é incorporado de maneira inconsciente, até o momento que nosso modo de pensar passa a ser produto da dominação, assim como seu ser social também é produto

da dominação e se torna “natural”, podendo levar a uma autodepreciação. O autor considera a naturalização como uma forma de violência simbólica, ao admitir que essa se processa:

[...] através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que se efetiva aquém da consciência e da vontade e que confere seu “poder hipotônico” a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem (BOURDIEU, 2002, p. 47)

Sobre esse processo de naturalização e dominação, Saffioti (1987) discorre sobre a participação reduzida das mulheres na ciência. Segundo a autora, existem pessoas que acreditam na inferioridade das mulheres em detrimento dos homens para fazer ciência. Tal situação pode ser exemplificada com o que mostra o filme “Estrelas Além do Tempo” sobre a presença de mulheres, brancas e negras, como cientistas na NASA na década de 1960.

Dessa forma, Saffioti (1987, p. 34), afirma que as:

[...] próprias mulheres acabam acreditando que são menos capazes de fazer ciência que os homens, uma vez que não sabem usar a razão. Acabam por desenvolver desproporcionalmente a dimensão afetiva de sua personalidade, em prejuízo do aspecto racional. Logo, não sentem, via de regra, confiança em si mesmas, o que as impede de lutar mais vigorosamente para mudar a situação. A ideologia machista, que considera o homem um ser superior à mulher, não entra apenas na cabeça dos homens, também as mulheres, majoritariamente, acreditam nestas ideias e as transmite aos filhos.

A naturalização também se reflete no campo esportivo, quando é dito às mulheres que elas não se adequam a certas modalidades, que este é um campo masculino e que pode pôr em perigo a feminilidade. Como dissemos acima, muitas vezes, as próprias mulheres passam a acreditar e acatam esse discurso como natural, deixando, ocasionalmente, a prática esportiva, se aceitando como frágeis e sem competência para o esporte (KNIJNIK, 2010; GOELLNER, 2006; DEVIDE, 2005).

A fim de fechar a discussão sobre os estereótipos, convém ressaltar que, de acordo com Crochick (1997), existem dois fatores que contribuem para a utilização dos mesmos. O primeiro diz respeito às respostas rápidas exigidas pelas inúmeras esferas sociais que são dadas sem ou com pouca reflexão. O autor afirma que nos últimos anos são solicitadas às pessoas que se posicionem sobre os mais variados assuntos, e por esse motivo, elas muitas vezes preferem responder a determinado assunto, mesmo sem ter conhecimento do que aparentar não saber nada sobre o assunto ou ter uma falha em sua formação. O segundo concerne à autoestima e à

necessidade de não mostrar fragilidade, ou seja, para se valorizar e apreciar suas ideias, um indivíduo mantém seu ponto de vista para não ser considerado vulnerável, mas isto não quer dizer que não considere outros pontos de vista como aceitáveis também.

No tocante à discriminação, também chamada de componente comportamental, ela refere-se às ações do preconceito, ou seja, desgostar de determinados grupos ou pessoas e se comportar de forma ofensiva no que tange a eles, seja com condutas agressivas, expressões verbais hostis, dentre outros atos (RODRIGUES, ASSMAR, JABLONSKI, 2009). Jones (1972) complementa esse pensamento ao afirmar que a discriminação é destinada a manter as características e posições privilegiadas do grupo que as têm em confronto com os indivíduos do grupo a que se compara.

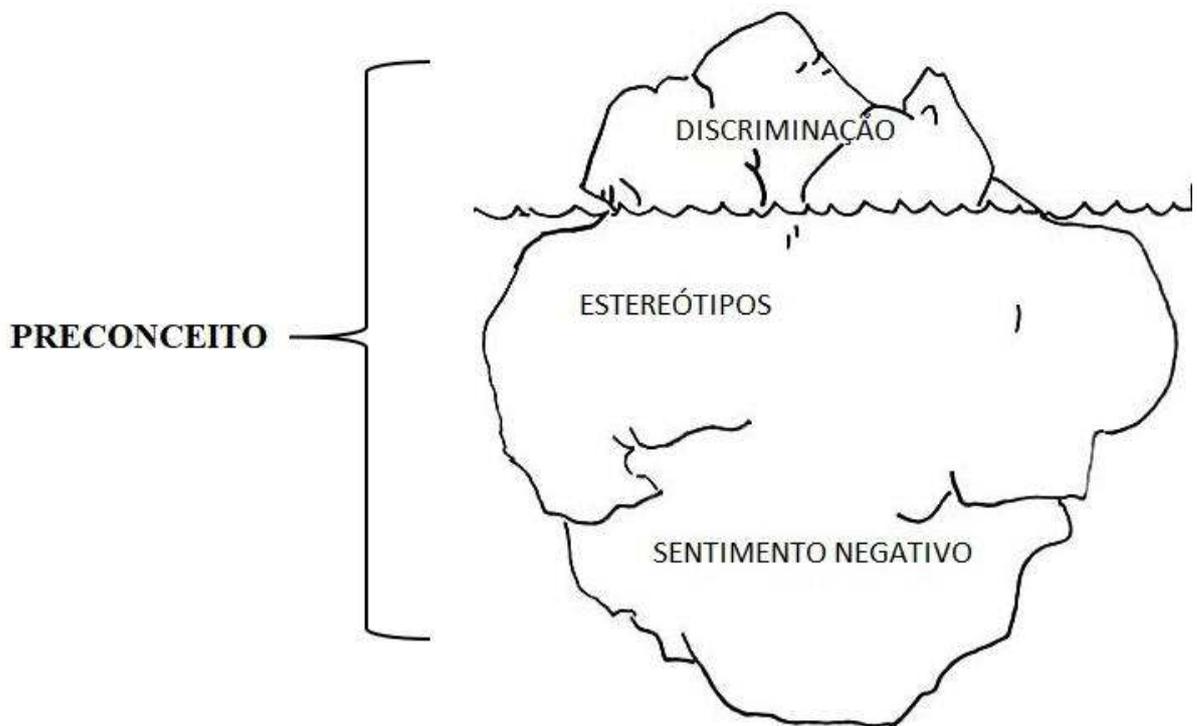
Allport (1954, p. 54 – tradução nossa) define a discriminação como “qualquer conduta baseada em uma distinção feita por razões de categorias naturais ou sociais que não têm relação com as capacidades ou méritos individuais, nem com comportamento concreto da pessoa como indivíduo”, ou seja, a discriminação não diz respeito às características individuais de uma pessoa, mas a diferenciação das pessoas relacionadas ao grupo ou categoria a qual pertencem, a seus aspectos sociais. O autor acrescenta que a discriminação acontece quando negamos um tratamento de igualdade requerida por uma pessoa ou um grupo. Podemos citar como exemplo quando uma empresa ou associação esportiva deixa de contratar uma mulher para cargos de decisão ou como integrante da comissão técnica por considerar que mulheres não têm condições de atuar neste meio.

Myers (2000) afirma que a discriminação é um comportamento dirigido a um grupo que pode ser exercido pela segregação, disseminando, assim, o preconceito. Allport (1954) faz, então, a distinção entre discriminação e segregação ao declarar que a segregação é uma forma de discriminação, entretanto, a primeira estipula demarcações para acentuar a desvantagem de um grupo ou pessoa. Como exemplo, podemos citar como as mulheres durante seu processo de inclusão no esporte, chegaram a ser excluídas e proibidas de participar das atividades esportivas, sendo tratadas com desigualdade por não serem consideradas capazes de realizar tais ações e que essa não era uma atividade que caberiam a elas.

Retornando às definições de preconceito, Jones (1973) afirma que as atitudes e os comportamentos têm sido centrais nas pesquisas que apresentam o tema preconceito, de forma a sugerir a adequação de sua definição, substituindo a palavra “juízo” por “atitude”. Munanga (2002) citado por Formiga (s/d) apresenta uma analogia interessante quando se refere

ao preconceito e à discriminação. Este autor considera o preconceito como um *iceberg* em que sua ponta visível e de menos tamanho é a discriminação, e sua parte mais extensa e submersa, as demais manifestações do preconceito.

Figura 3 – Iceberg: componentes do preconceito



Fonte: disponível em nota de rodapé (15)²⁰
Elaboração: a autora

Apesar de Allport (1954) garantir que a discriminação possui consequências mais sérias e imediatas que o preconceito, em alguns países, como o Brasil, tanto a discriminação como o preconceito são proibidos por lei. A Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989 (BRASIL, 1989) institui que:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. [...]

²⁰ Imagem disponível em: <http://www.tudodesenhos.com/uploads/images/16156/iceberg-no-fundo-do-mar.jpg>, editada pela autora.

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

A intenção da legislação é, por certo, restringir o ato discriminatório e o preconceito objetivando, de alguma forma, diminuí-los ou coibi-los (ALLPORT, 1954). De fato, poderíamos pensar em outras maneiras de redução destes fenômenos. A primeira sugestão diz respeito a apresentar novas informações e novos conhecimentos ao preconceituoso o que já bastaria para que a situação mudasse. Mas, como vimos anteriormente, o preconceito se dá mesmo quando um indivíduo obtém novos conhecimentos. Dessa forma, como apresentado por Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009), as primeiras campanhas antipreconceito fracassaram por terem como base o acréscimo de novas informações. Pensando nisso, de que forma então poderíamos reduzir o preconceito?

Ao citar Kutner, Wilking e Yarrow (1952), Allport (1954) reforça a ideia que um tratamento discriminatório é reduzido quando a pessoa que discrimina e o discriminado se posicionam frente a frente. Allport (1954) e Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) reiteram que a principal ideia para a redução do preconceito se deu pela hipótese do contato. A hipótese dava-se pela crença de que posicionar o preconceituoso e a pessoa que sofre o preconceito em contato reduziram os estereótipos, a discriminação e por consequência, o preconceito. Allport (1954) destaca que, em um estudo sobre o contato, 37 casos de preconceito foram reduzidos com esta técnica. Entretanto, em outros 34 casos, o preconceito aumentou. Dessa forma, o autor garante que o efeito do contato dependerá do tipo de associação e de pessoas envolvidas no processo, considerando, então, que o:

Preconceito (a menos que profundamente enraizado na estrutura de caráter do indivíduo) pode ser reduzido pelo contato de igual status entre grupos majoritários e minoritários na busca de objetivos comuns. O efeito é reforçado se este contato é sancionado por suportes institucionais (isto é, por lei, costumes ou condição local), e desde que seja levado à percepção de interesses comuns entre membro dos dois grupos (ALLPORT, 1954, p. 281 - tradução nossa)

Para que o preconceito possa ser reduzido o grupo majoritário e o grupo minoritário devem ser postos em contato de forma que não haja a relação majoritário/minoritário, ou forte/fraco, por exemplo. Os dois grupos devem ser postos com igualdade de status e serem definidos objetivos em comum, para que juntos, em uma situação de interdependência mútua e de cooperação, possam alcançar o objetivo esperado.

Ponderando sobre o preconceito e as relações de gênero, não foi possível encontrar na literatura autores e/ou autoras que discutam centralmente o preconceito de gênero assim como sua definição. Desta forma, buscaremos tecer aqui uma breve relação entre eles.

Tomando como base a literatura já estudada e apresentada, pudemos verificar que o preconceito pode ser definido como uma generalização errada de um grupo dominante frente a um grupo dominado, resultando em pensamentos e ações negativas e hostis. Assim, o preconceito de gênero seria esse julgamento errôneo baseado nas relações sociais de poder entre homens e mulheres em que uma categoria se considera superior a outra. Por serem consideradas como uma espécie totalmente diferente dos homens, as mulheres podem ser julgadas como inferiores sendo, geralmente, as mais afetadas pelo preconceito de gênero (ALLPORT, 1954; PARGA *et al*, 2001; EAGLE; DIECKMAN, 2005). Cabe ressaltar que isso não quer dizer que homens não possam sofrer com esse tipo de preconceito, assim como não quer dizer que os homens são dominantes e as mulheres dominadas. Há mulheres que dominam homens, homens que dominam outros homens e mulheres que dominam outras mulheres (SAFFIOTI, 1987).

Assim como nas demais áreas, no esporte, o preconceito de gênero também se manifesta. Como por muito tempo o esporte foi dominado e ocupado pelos homens, não é incomum pensamentos de que a prática de modalidades esportivas seja restrita a eles (KNIJNIK, 2003). As mulheres no esporte podem sofrer com o preconceito, no sentido de que (1) há estereótipos (1.1) quanto à atividade esportiva não ser apropriada para mulheres; (1.2) de que alguns esportes são considerados como masculinos e somente outros como femininos; (1.3) as mulheres podem ser consideradas como masculinas e homossexuais e que perdem sua feminilidade somente por praticarem uma modalidade, (1.4) há uma naturalização de que elas não são capazes de realizar atividades esportivas. Ainda, podem ser (2) discriminadas, (2.1) pela distinção feita em relação aos homens já que estão presentes em um espaço tido como masculino; (2.2) pelo tratamento de desigualdade relacionado à disponibilidade de modalidades e ao tratamento pela mídia; (2.3) por serem excluídas da prática esportiva ou de determinados esportes, de posições de poder dentro do espaço esportivo, dentre as inúmeras situações que poderiam ser citadas.

Desta maneira, sinteticamente, podemos dizer que o preconceito neste trabalho:

- É compreendido como uma generalização errônea que resulta em pensamentos e ações hostis e que, apesar dos novos conhecimentos, o grupo dominante pode manter sua posição errada em relação ao grupo dominado;

- É engendrado pela cultura assim como é transmitido por ela, com auxílio da família, mídia, educação formal e não-formal, jornais, novelas, rádio, etc;
- Pode ser dividido em três componentes: (1) componente afetivo; (2) o componente cognitivo ou estereótipo e; (3) o componente comportamental;
- Pode ser reduzido a partir do contato de igual status e da busca por objetivos comuns entre dois grupos;
- Pode ser direcionado às mulheres no esporte, principalmente, no que diz respeito ao estereótipo e discriminação.

Apresentadas as informações a respeito do preconceito e as relações de gênero no esporte, colocaremos em evidência no próximo capítulo sobre o Rugby e as relações de entre homens e mulheres que permeiam este esporte, levando-se em conta a relevância destes temas para o trabalho proposto.

4 APONTAMENTOS SOBRE O RUGBY

Ao chegar com ralados e roxos em uma reunião de família logo após minha primeira participação no Rugby e justifica-los pela prática dessa modalidade, escutei algumas vezes que: “este esporte é muito (com ênfase) violento”. Aquela foi a primeira mas não a última vez que ouvi essa frase.²¹

Frases como a acima apresentada são comumente ouvidas pelos/as praticantes de Rugby. Além disso, ao observamos no capítulo anterior, esportes que demandam contato físico entre jogadores/as, como o Rugby, são considerados socialmente como masculinos. Tendo em vista o que já foi apresentado, e o objetivo do nosso trabalho, que é analisar a trajetória de atletas mulheres praticantes do Rugby a partir de uma perspectiva de gênero, reconhecemos a necessidade de discutir sobre a modalidade, história, regras, o modo como passou a ser reconhecido como um esporte de domínio dos homens e também a sua relação com as mulheres praticantes do Rugby.

O Rugby é um esporte que surgiu na Inglaterra e que, assim como o futebol, tem sua base em antigos jogos com bola (DUARTE, 2000). Há pelo menos quatro jogos diferentes que podem ter sido os precursores do Rugby ou as principais influências para o seu surgimento. O primeiro é um jogo chinês chamado *Cuju*. Semelhante ao futebol e com 12 jogadores/as para cada time, 6 atacantes e 6 defensores, o seu objetivo era marcar o maior número de pontos chutando ou passando a bola com as mãos em um dos 6 gols disponíveis no campo adversário (RILEY, 2015). O segundo jogo era chamado de *Mob Football*. Este jogo era praticado entre as vilas da Inglaterra entre os séculos 5 e 16, e seu objetivo era levar a bola até o perímetro da vila oponente. Por ser jogado entre vilas e cidades, por equipe havia um limite de 1000 jogadores, e poderia durar até 5 dias (RILEY, 2015). Um outro jogo, denominado *Haspatum*, surgido em Roma, tinha como objetivo levar a bola até a outra extremidade do campo, sendo que para isto, os/as jogadores/as poderiam empurrar e derrubar seus oponentes. E por fim, o jogo chamado *Calcio*, originado em 1500, com regras semelhantes ao *Haspatum* e que tinha como característica 2 equipes formadas por 27 jogadores/as cada, em dois tempos de 50 minutos (DUARTE, 2000; BORSARI, 1989; PORTAL DO RUGBY, 2017a; RILEY, 2015).

²¹ Comunicação verbal da autora (MOURA, 2018)

Destacamos aqui que os esportes geralmente criam alguns “mitos de criação” e que, apesar de pontuais e descontextualizados, podem ser as versões mais aceitas para narrar o surgimento de modalidades esportivas. Este é o caso da outra possível influência para o surgimento do Rugby: o futebol. Segundo Riley (2015), durante o século XIX, o futebol era a principal modalidade nas escolas inglesas e cada escola possuía suas próprias regras e seu próprio estilo de jogo. Na escola de Rugby, na cidade de Rugby, o futebol era praticado durante os intervalos e tinha como principal regra os passes e corridas com bola sempre para trás. Para avançar com a bola, um *Maul*²² era formado de modo a empurrar a bola até o gol adversário. A história conta que em 1823, durante um jogo nesta escola, um estudante de nome William Webb Elis, cansado da monotonia do jogo e por nunca conseguir manter a posse de bola, decidiu pegá-la com as mãos e correu para frente, em direção ao gol adversário. Apesar de inicialmente estranharem a atitude do estudante e terem tentado derrubá-lo das mais diversas maneiras, os demais alunos reconheceram que, neste formato, o jogo havia se tornado mais interessante. O novo jogo foi chamado de Rugby por ter seu início nesta escola e nesta cidade, e Elis ficou conhecido como o criador da modalidade. Por isso, a Copa do Mundo de Rugby leva seu nome (OLIVEIRA *et al*, 2011; WORLD RUGBY, 2017; RILEY, 2015).

Com a expansão da modalidade na Inglaterra e na Europa, aos poucos foram sendo realizados jogos interescolares e criadas novas equipes. Foi necessário, então, que se regulamentasse o esporte com regras e entidades organizadoras. Dentre as 37 regras instituídas em 1845, estavam a pontuação apenas por meio do chute de conversão, tempo regular em duas metades de 50 minutos e 20 jogadores/as em cada equipe. Posteriormente, em 1871, a regulamentação também resultou na criação da primeira entidade organizadora do Rugby alguns anos depois, chamada de *Rugby Football Union* (RFU). Quinze anos mais tarde, entidades de diversos países se uniram, a saber, Inglaterra, Escócia, Irlanda e País de Gales se uniram para criar a primeira entidade internacional para organizar a modalidade, a *International Rugby Board* (IRB). Em 2015, a entidade passou a ser chamada *World Rugby* que hoje conta com 103 confederações associadas e mais de 8,5 milhões de jogadores/as (RILEY, 2015; WORLD RUGBY, 2017, CENAMO, 2010).

²² Um amontoado de pessoas empurrando umas às outras, sendo um/a dos/as jogadores/as o portador da bola. Esse tipo de formação ainda é presente nos jogos de Rugby.

O final do século XIX até a metade do século XX foi marcado pelo grande crescimento do Rugby no mundo. As equipes nacionais começaram a realizar tours em diversos países na busca da conquista do título de melhores equipes, como a pioneira Nova Zelândia, em 1884. Esses giras pelo mundo favoreceram o conhecimento do Rugby, aumentando assim o número de jogadores/as e também de expectadores/as da modalidade (RILEY, 2015; CENAMO, 2010).

Este período também foi marcado pela participação do Rugby pela primeira vez no quadro dos Jogos Olímpicos. De acordo com Riley (2015) e World Rugby (2017), o Barão Pierre de Coubertin, idealizador dos Jogos da Era Moderna, era apaixonado pelo Rugby e por ensinar princípios e valores. Além disso, chegou a arbitrar competições do esporte na França. Quando os Jogos Olímpicos foram reavivados, Coubertin incluiu o Rugby na segunda edição, no ano de 1900, em Paris. Nesta edição, participaram equipes da França, Alemanha e Reino Unido. A modalidade esteve presente também nas edições de 1908, 1920 e 1924. No ano seguinte, após a saída do Barão da presidência do Comitê Olímpico Internacional, o Rugby deixou o quadro olímpico por aproximadamente 90 anos, sendo um dos possíveis motivos da ausência da paixão por esse esporte e da falta de incentivo a modalidades coletivas pelos líderes do COI (RILEY, 2015).

Somente em 1987 foi realizada a primeira Copa do Mundo de Rugby de homens, realizada em Auckland, na Nova Zelândia. Durante os meses de maio e junho, participaram da competição 16 equipes, sendo elas, Nova Zelândia, Austrália, França, Inglaterra, Irlanda, Fiji, País de Gales, Escócia, Itália, Argentina, EUA, Canadá, Romênia, Japão, Zimbábue e Tonga, com a Nova Zelândia sagrando-se campeã. Destacamos ainda que grande parte das equipes participantes da primeira Copa do Mundo continuam sendo grandes potências no mundo do Rugby. A Copa do Mundo de Rugby se tornou tão grande que hoje é o 3º evento esportivo mais assistido no mundo, perdendo apenas para as Olimpíadas e a Copa do Mundo de Futebol (WORLD RUGBY, 2017).

Atualmente, o Rugby tradicional, também conhecido como Rugby XV, possui regras um pouco distintas daquelas oficializadas em 1845, seguindo o movimento geral de alterações de regras dos esportes. Hoje o esporte é jogado com 15 jogadores/as em cada equipe, em dois tempos de 40 minutos. O objetivo do jogo é conseguir o maior número de pontos, chegando ao outro lado do campo e apoiando a bola no chão ou chutando a bola entre os postes em forma de

H. Vale ressaltar que marcar o *try*²³ é a forma de conseguir uma pontuação maior (5 pontos), sendo que, quando o Rugby começou a ser jogado, não era pontuado. Os chutes de conversão, ou chutes ao gol, realizados após o *try* valem 2 pontos e as conversões realizadas durante o jogo valem 3 pontos. A bola só pode ser passada para trás, com exceção dos chutes que podem ser realizados para qualquer direção. As regras também permitem a disputa e continuidade durante todo o jogo, sendo estes os princípios básicos (WORLD RUGBY, 2017).

Quanto às dimensões do campo de jogo, estas não devem ultrapassar 100 metros de comprimento e 70 metros de largura. A área de *in-goal*, onde a pontuação é marcada, deve ter no máximo 22 metros. Os postes, comumente chamados de H, são posicionados no centro da linha do início do *in-goal* e devem ter 3 metros até o travessão e altura mínima de 3,4 metros acima dele, com uma distância de 5,6 metros entre os dois. A bola de jogo tem formato ovalado e deve ser feita de couro ou material sintético (WORLD RUGBY, 2017).

Uma das características mais marcantes do Rugby é o *tackle*, ou placagem, definido como o momento em que um/a jogador/a leva ao chão o jogador/a adversário/a portador/a da bola, garantindo um elevado nível de contato físico entre os/as jogadores/as das duas equipes. Por esse motivo, todos os/as jogadores/as devem ser conhecedores/as das regras que preveem a sua segurança e dos/as outros/as jogadores/as, garantindo que sejam cumpridas. Assim, preza-se por um jogo limpo e leal, sendo responsabilidade dos/as jogadores/as, treinadores/as e arbitragem assegurar esse caráter dentro e fora de campo, por meio dos princípios de integridade, paixão, solidariedade, disciplina e respeito. Salientamos, assim, a popularidade do Rugby por ser um esporte dito democrático, o qual permite que pessoas de diferentes portes físicos, assim como idade e gênero, o pratiquem (WORLD RUGBY, 2017).

Além do Rugby XV, existem outras modalidades do Rugby, como por exemplo o *Rugby Sevens* (seven-a-side ou 7's), que consiste em uma das modalidades mais conhecidas do Rugby. A modalidade foi criada em 1883 em Melrose, na Escócia, em um evento beneficente organizado pelo clube de Rugby da cidade, o qual passava por dificuldades financeiras. Foi sugerido que realizassem um torneio de apenas um dia, mas seria difícil que os jogadores jogassem vários jogos de Rugby XV em um único dia. Desta forma, foi acordado que as equipes fossem reduzidas pela metade, passando para 7 jogadores de cada lado, e que o tempo total de jogo fosse de 15

²³ Segundo Riley (2015), esta forma de pontuação leva o nome *try* (tentativa em inglês) pois inicialmente, para que pudessem realizar o chute de conversão, única forma de pontuação, era necessário chegar até o outro lado do campo. Desta forma, ao chegar ao fim do campo, o time garantiria a chance ou tentativa de chutar ao gol.

minutos, isto é, dois tempos de 7 minutos e um minuto de intervalo, mantendo as dimensões do campo (WORLD RUGBY, 2017; COCHRANE, 2017, RILEY, 2015). O formato do jogo favoreceu a prática da modalidade em campeonatos de um final de semana, pois as equipes conseguem jogar de 3 a 5 jogos por dia. Dessa forma, o *Sevens* foi incluso no programa Olímpico, com a estreia em 2016 nos Jogos do Rio de Janeiro.

Além do XV e 7's, são exemplos de outras variações o *touch Rugby* e o *tag Rugby* que, apesar de existirem campeonatos mundiais, são muito utilizados em treinos ou eventos comemorativos, pois não há contato físico entre os/as jogadores/as e exige movimentos rápidos. Há também o *beach Rugby* que, como o próprio nome diz, é praticado na praia em um espaço reduzido. Outras modalidades são o *10-a-side* e o *12-a-side*, jogados com 10 e 12 jogadores/as respectivamente, geralmente praticado pelas categorias de base. Um outro tipo é o Rugby em cadeira de rodas, que combina elementos do Rugby, basquete e handebol e é jogado em quadra. Tanto o *touch Rugby*, *tag Rugby* e o Rugby em cadeira de rodas podem ser jogados por times mistos (WORLD RUGBY, 2017).

Podemos citar ainda o *Rugby League*, jogo similar ao *Rugby Union*, que teve início logo após as discussões sobre o profissionalismo no Rugby. A *Rugby Union*²⁴, que coordenava as modalidades acima referidas e não aprovava a profissionalização do esporte, afirmando que recursos financeiros romperiam com seus valores. Rial (1998, p. 245) ponderou que “jogar por dinheiro seria algo menor nesse esporte que preza tanto a nobreza”. Desta maneira, em 1895, 22 clubes da Inglaterra passaram a oferecer incentivos financeiros aos jogadores e criaram a *Northern Rugby Football Union*, que, em 1922, passou a se chamar *Rugby League*. Há diferenças²⁵ entre o *Rugby Union* e *Rugby League*, como por exemplo o número de jogadores/as, ações após o *tackle* e pontuações. Apesar da profissionalização tardia do *Rugby Union*²⁶, esta foi a modalidade que mais se popularizou (CENAMO, 2010; RUGBY LEAGUE, 2017)

Como citado, uma das características do Rugby é o acentuado nível de contato físico entre as/os jogadoras/os. As imagens agressivas fazem com que pareça ser um esporte violento,

²⁴ É um estilo de jogo/modalidade mas também foi o nome dado a instituição que regulamentava o Rugby antes de se tornar IRB e, atualmente, World Rugby.

²⁵ As principais diferenças entre as modalidades são: Rugby Union: 15 jogadores/as; após o *tackle* o/a jogador/a portador da bola deve soltá-la; a pontuação máxima (*try*) vale 5 pontos; chute de conversão de penalidade vale 3 pontos; *drop goal* vale 3 pontos. Rugby League: 13 jogadores/as, após o *tackle* o/a jogador/a que derrubou o adversário deve deixá-lo se levantar com a posse de bola; a pontuação máxima (*try*) vale 4 pontos; chute de conversão de penalidade vale 2 pontos; *drop goal* vale 1 ponto.

²⁶ Se tornou um esporte profissional em 1995.

impressionando aqueles/as a que o assistem (ALMEIDA, 2008; JONCHERAY; TLILI, 2013). Isso acontece porque, de acordo com Bourdieu (1983, p. 146), “o conhecedor dispõe de esquemas de percepção e de apreciação que lhe permitem ver o que o leigo não vê, de perceber uma necessidade onde o simplório vê apenas violência e confusão [...]”, ou seja, para aqueles/as que não conhecem o Rugby, o esporte é visto como violento e confuso e por isso, têm uma visão errônea da modalidade.

Essas percepções de que o Rugby é um esporte violento permanecem até os dias atuais, uma vez que lá em seu início, de acordo com Dunning (1985), não era dada tanta importância à bola. Os confrontos corporais consistiam na parte mais importante do jogo, sendo considerados como atos de força, coragem e virilidade. Os homens que desviassem do contato ou passassem a bola eram considerados afeminados e desleais. Dunning (1985, p. 397) esclarece que:

“dar caneladas” — dar pontapés nas canelas dos adversários — ocupava um lugar mais importante. Ao mesmo tempo, deplorava a opção pelo “passe”, uma vez que, em sua opinião, isso estava a conduzir a “emasculação” do jogo. O padrão de jogo anterior, que descreve, faz lembrar o antigo pugilato grego e a luta que, como Elias demonstrou, se baseavam num *ethos* guerreiro que considerava uma covardia a esquiva ou o desvio perante os socos do adversário. Dado o antigo estudante de Rugby considerar ser desleal e efeminado o ato de fingir ou passar a bola a um companheiro de equipa, a fim de evitar-se ser atingido pelos pontapés, parece que o raguebi, de início, se baseou num *ethos* semelhante. Nesta fase, a bola possuía relativamente pouca importância. Os confrontos eram jogos de pontapés indiscriminados, nos quais o fato viril consistia em enfrentar um adversário e envolver-se em caneladas mutuas. De onde se conclui que a força e a coragem, traduzidas em caneladas, eram a critério principal para o estabelecimento de uma reputação de virilidade no jogo.

Desta maneira, essas percepções de ser um esporte viril e duro, além da criação voltada ao universo masculino, trouxe ao Rugby a condição social de um esporte reservado aos homens, transmitindo os ideais masculinos de força, de um “homem de verdade”, sendo um espaço generificado (DUNNING; MAGUIRE, 2010; DUNNING, 1985; ALMEIDA, 2008).

Os praticantes da modalidade passaram a usar o desenvolvimento e a prática do Rugby como forma de reafirmar sua masculinidade, pois eram espaços restritos aos homens. Durante as festividades organizadas pelos jogadores, não era permitida a participação de mulheres que, quando permaneciam nestes espaços, eram consideradas desonradas. Essas reuniões eram também lugar para ridicularizar e macular a imagem das mulheres e homossexuais. Isto pode ter

acontecido porque grande parte dos jogadores era de classe média e alta, mesma classe social das sufragistas, as quais neste período passaram a ser uma ameaça aos homens e ao seu universo. Devido à essa crescente busca da mulher por espaços na sociedade, os homens também viram sua masculinidade ser ameaçada, sendo assim, as mulheres que antes eram excluídas deste espaço passaram a ser aceitas como forma de provar que os homens eram “homens de verdade”, heterossexuais. Isto não significa dizer que o Rugby deixou de ser um espaço de domínio dos homens (DUNNING, 1985). Apesar do início da participação das mulheres neste meio, suas funções eram restritas às atividades domésticas como lavar os uniformes, preparar e servir refeições para os jogadores e levar filhos/as e familiares para assistir aos jogos e jogar, além de admirar e animar os homens. Além do mais, a presença das mulheres só era permitida desde que permanecessem em uma posição subordinada (CARLE; NAURIGHT, 1999; ELIAS, 1985)

4.1 Antecedentes históricos das mulheres no Rugby: o início da participação como jogadoras

Sabemos que aos poucos as mulheres passaram a participar de jogos, mas escassas são as publicações referentes a esse início da história das mulheres no Rugby. Isso deve-se ao fato de que o jogo se manteve às sombras da sociedade e, desta forma, das publicações existentes. Estas publicações nem sempre possuem dados e datas unânimes, o que dificulta o conhecimento histórico sobre a participação das mulheres. O primeiro caso documentado de participação de uma mulher no Rugby foi em 1887, em Enniskillen, na Irlanda, com Emily Valentine, uma garota de 10 anos (RILEY, 2015). Segundo um pequeno documentário²⁷ organizado, em 2016, pela CNN e a *World Rugby*, o pai de Emily era vice-diretor da *Royal Portora School*, durante a década de 1880, quando a equipe de Rugby foi fundada e, por esse motivo, ela sempre acompanhava os jogos e acabou se apaixonando pelo esporte. Durante uma das partidas realizadas na escola, Emily estava trajada com roupas de jogo à beira do campo, quando seus irmãos a chamaram para participar, e ela, que há muito tempo queria jogar e pontuar, aceitou o convite. Em relatos feitos posteriormente sobre aquele momento, ela romantiza o início de sua participação na modalidade:

²⁷ Documentário disponível em: <http://edition.cnn.com/videos/sports/2016/06/17/spc-cnn-world-rugby-emily-valentine.cnn/video/playlists/rugby-intl-spc/>

Finalmente chegou a minha chance. Eu peguei a bola. Ainda posso sentir o couro úmido e o cheiro dela, e ver a etiqueta de laço na abertura. Eu agarrei e corri esquivando-me, movendo-me rapidamente, mas eu estava tão ansiosa para marcar um *try* que não passei a bola quando talvez eu devesse.

[...]

Eu continuava correndo, eu podia ver o menino vindo em minha direção. Eu me esquivei, sim, eu pude e sem respirar, com o meu coração batendo, meus joelhos tremendo um pouco, eu corri. Sim, eu tinha feito isso, um último surto e eu abaixei, bem na linha. Eu tinha marcado meu *try* (CNN WORLD RUGBY, 2016 – tradução nossa).

Até onde se tem conhecimento, nesse momento, os pais de Emily não sabiam de sua participação no jogo e isso permaneceu em segredo. Mas quando soube do interesse da filha na modalidade, seu pai a atendeu, fundou uma equipe de mulheres na escola e auxiliou na formação de mais equipes na Europa. Atualmente, tenta-se colocar o nome de Emily Valentine no Hall da Fama do Rugby ao lado de William Webb Ellis (CNN WORLD RUGBY, 2016). Vale destacar que assim como no caso de Emily Valentine, é por meio das experiências familiares e colegas homens que as atletas são apresentadas ao Rugby e a outras modalidades de hegemonia masculina (CHU *et al*, 2003; JONCHERAY; TLILI, 2013; MONTEIRO, 2016; FERNANDES, 2014).

De acordo com Riley (2015), nesse período já havia a participação das mulheres de forma exígua e sempre de maneira secreta, pois não era um esporte bem visto para elas. Há um registro de mulheres que tentaram formar uma equipe na Nova Zelândia e fazer uma turnê quatro anos depois, em 1891. Isso não aconteceu porque a tentativa foi descoberta pela população que protestou contra sua realização. Há também alguns sinais de participação no início do século XX, em 1903 e 1913, mas em segredo por conta da pressão social.

O primeiro jogo de Rugby de mulheres de que se tem notícia foi realizado em dezembro de 1917, durante a primeira Guerra Mundial, em Cardiff Arms Park, no Reino Unido. Neste período, foram realizados jogos de mulheres para caridade e a partida documentada foi entre as equipes de Cardiff Ladies e Newport Ladies, com vitória da primeira sobre a segunda (RILEY, 2015; GAUGE, 2017). Nas décadas que seguiram, houve indícios da participação das mulheres no Rugby na Nova Zelândia, França e Austrália. Gauge (2017) afirma que, em 1920, houve um jogo de Rugby League entre duas equipes de mulheres na Austrália, mas que este causou estranheza e repressão por parte das autoridades presentes e que, em 1925, surgiu a primeira equipe francesa, Toulouse.

Não há informações na literatura sobre o Rugby a participação das mulheres no nesse esporte entre as décadas de 1930 a 1950. Foi a partir da década de 1960, então, que o Rugby de mulheres passou a ser praticado com mais ênfase, com alguns marcos importantes. Foi nesse período que surgiram os primeiros clubes universitários na Europa, sendo a equipe da Universidade de Edimburgo a primeira registrada. No final da década, mais especificamente em 1968, o primeiro jogo de mulheres foi documentado e gravado em Toulouse. Com o aumento dos clubes após este jogo, foi necessária a criação de uma instituição que organizasse o Rugby na França, resultando, em 1970, na criação da primeira associação de Rugby de mulheres, chamada de Associação Francesa de Rugby Feminino (AFRF), tornando-se federação em 1984. Na década de 1970, associações também foram criadas em outros países, em grande parte dentro das universidades, como por exemplo, no Canadá em 1970, nos Estados Unidos em 1972 e nos Países Baixos e Espanha em 1975. Os primeiros clubes não-universitários surgiram somente ao final da década (RILEY, 2015; GAUGE, 2017).

No final do século XX surgiram os primeiros jogos e campeonatos internacionais. O primeiro registro de um jogo internacional foi em 1982, quando a França derrotou a Holanda durante uma turnê em Londres. No ano seguinte, foi criada a primeira instituição organizadora do Rugby de mulheres: a *Women's Rugby Football Union* (WRFU) no Reino Unido. Entretanto, pouco se sabe sobre as ações desta entidade ou sobre sua história. Cabe destacar aqui, também, a tardia inicialização do Rugby de mulheres na Nova Zelândia, no final desta década, mais especificamente em 1989, quando o país começou a incentivar mulheres a praticar a modalidade, criando no mesmo ano uma das mais fortes e tradicionais seleções: as *Black Ferns*²⁸ (RILEY, 2015; GAUGE, 2017; NZRFU, 2017)

O maior momento do esporte para as mulheres foi em 1990, quando a WRFU organizou o primeiro torneio internacional, chamado "*RugbyFest*" (ou *World Rugby Festival for Women*) na Nova Zelândia, na cidade de Christchurch. Neste evento, participaram poucas equipes, sagrando-se campeãs as atletas do país-sede que venceram a "equipe das estrelas" na grande final. O sucesso do evento foi grande a ponto de criarem a Copa do Mundo de Rugby para mulheres em 1991. O campeonato realizado em Cardiff contou com a participação de 12 seleções, a saber, Nova Zelândia, Canadá, País de Gales, França, Suécia, Japão, Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, Espanha, Itália e União Soviética. Entretanto, a IRB (*International Rugby Board*) não

²⁸ Em português: samambaias pretas. Nome dado como referência ao símbolo da Nova Zelândia.

reconhecia ou aprovava a participação de mulheres no Rugby tanto é que, na segunda edição da Copa (1994), a entidade aplicou sanções às equipes que participariam do evento. O não-consentimento da participação das mulheres por parte da IRB amedrontou seleções e oficiais da organização, levando à mudança do país que a sediaria (RILEY, 2015; GAUGE, 2017). Segundo Gauge (2017), dois anos depois foi criada o *Women's Advisory Committee*, um comitê consultivo para tratar sobre a participação das mulheres na modalidade. Dessa forma, com discussões e debates ocorrendo, em 1998, na 3ª Copa do Mundo de Rugby Feminino, a IRB aprovou a realização do torneio, além de validar os torneios anteriores. Com a entidade à frente da organização do campeonato, o número de equipes participantes aumentou (GAUGE, 2017; NZRFU, 2017; WORLD RUGBY, 2017).

Nas décadas de 2000 e 2010, foi notável a evolução do Rugby de mulheres. Um dos marcos desse período foi o ano de 2009, com a criação de um cargo de gerente de desenvolvimento de mulheres na IRB, e também com a realização da primeira Copa do Mundo de Rugby *Sevens* Feminino. A competição das mulheres foi integrada ao torneio dos homens, contando com 16 equipes, inclusive o Brasil (IRB, 2012; WORLD RUGBY, 2017). Tal evento contribuiu para o aumento da participação das mulheres no Rugby. Apesar desse aumento, a IRB reconhecia que o Rugby não era visto como um esporte popular nas escolhas de meninas e mulheres ao redor do mundo. Para a IRB, ainda existia uma percepção de que haviam pessoas que acreditam que o Rugby era violento e perigoso para as mulheres, não compreendendo, dessa forma, o porquê do interesse delas em praticar a modalidade. Além disso, em pesquisa, a IRB verificou que, em todas as confederações filiadas a ela, havia projetos e trajetórias bem definidas em relação ao Rugby de homens, mas para o Rugby de mulheres eram inexistentes ou ineficazes e que o Rugby de mulheres era considerado um fardo financeiro. Por esse motivo, em 2011, a IRB organizou um plano de desenvolvimento²⁹ para o Rugby de mulheres para um período de 6 anos (2011-2016) que tinha como objetivo investir significativamente no Rugby de mulheres para aumentar a participação das mulheres em todas as áreas que o jogo envolve, aumentar a aceitação e credibilidade sua na comunidade do Rugby e desenvolver estratégias para vender uma imagem positiva da participação das mulheres nesse esporte (IRB, 2012).

²⁹ Disponível em: <file:///C:/Users/usuario1/Downloads/120229LJWomensStrategyPlanv9.pdf>

No ano seguinte, como parte do projeto de desenvolvimento da categoria feminina, foi criado o *Women's Sevens World Series* com apoio do banco HSBC e esse campeonato tornou-se um dos mais conhecidos. Nesse mesmo ano (2012), o Rugby foi aceito como parte do programa olímpico para as Olimpíadas de 2016. A disputa pela vaga e pela possibilidade de medalhas nos Jogos Olímpicos aumentou a competitividade e a qualidade dos jogos de *Sevens*. O mesmo aconteceu com o Rugby de XV, em 2014, em que teve a Copa do Mundo de Rugby Feminino com maior número de expectadores e com maior audiência televisiva. Ressaltamos que a equipe vencedora, a saber, a Inglaterra, não possuía atletas profissionais, e que grande parte delas deixou de trabalhar e receber salários para participar do torneio (RILEY, 2014; WORLD RUGBY, 2017).

Segundo os dados mais recentes disponibilizados pela World Rugby (2016), atualmente, jogam em torno de 2,2 milhões de meninas e mulheres em mais de 110 países, representando mais de 20% do total de jogadores. Em 2015, aproximadamente 370.000 meninas entraram no programa *Get Into Rugby*, um programa de incentivo à participação de crianças do mundo todo no Rugby.

Esses programas de incentivos e a criação de campeonatos têm favorecido o aumento da participação de mulheres no Rugby. Hoje existe uma grande quantidade de campeonatos em nível internacional para o Rugby de mulheres, como por exemplo, o *Rugby World Championship* nas categorias XV e *Sevens*, o *HSBC World Rugby Women's Sevens Series*, o *Six Nations*, o *Women's Nations Cup*.

Sobre o Rugby de mulheres no Brasil, poucas informações existem sobre o início da participação das mulheres. As primeiras atividades do Rugby para mulheres iniciaram-se em Florianópolis, em 1997, no Desterro Rugby Clube e no Barra Rugby Clube (MARQUES; CAFEO, 2014). Ao longo do tempo, aumentaram o número de equipes e de praticantes, todavia, somente em 2012, foi organizado um circuito exclusivo para as equipes de mulheres, o *Super Sevens*, como forma de promover o Rugby Olímpico. Neste primeiro ano, o campeonato contou com a participação de 12 equipes, sendo 6 fixas, a saber, SPAC, Niterói, Desterro, Charrua, São José, Bandeirantes. Deste então, o campeonato vem crescendo em qualidade e quantidade, e em 2017 participam 16 equipes (8 fixas e 8 convidadas) (PORTAL DO RUGBY, 2012)

Quanto à formação da Seleção Brasileira feminina, em 2004, foi realizada uma seletiva com atletas de todo o Brasil com o intuito de formar uma equipe para a participação no

Campeonato Sul-americano. A Seleção Brasileira consagrou-se campeã e desde então conquista todos os títulos do campeonato, a saber, 13 vezes consecutivas. Em 2009, foi criada a primeira seleção de XV para a participação em um Campeonato mundial em Dubai. Também em 2004, a equipe de mulheres de 7's terminou como décima no ranking organizado pela IRB, após a participação na Copa do Mundo de Rugby Sevens. Em 2013, com a entrada oficial do Rugby no quadro olímpico prevista para as Olimpíadas do Rio, em 2016, a Confederação Brasileira de Rugby concentrou as melhores atletas do país em São José dos Campos, no centro de treinamento das Seleções Brasileira, com o intuito de garantir bons jogos e uma boa colocação na competição (MARQUES; CAFEO, 2014). A participação das mulheres nos Jogos Olímpicos, em 2016, garantiu que a Seleção Brasileira se mantivesse como equipe fixa no *Women's Sevens World Series*.

4.2 As Relações de Gênero no Rugby

Mesmo com as conquistas recentes das mulheres no Rugby que sempre foi considerado socialmente como de domínio dos homens, elas causam estranhamento ao participarem da modalidade. Pelo fato de o Rugby ter sido considerado como o esporte menos feminino e como antítese de feminilidade (FALLON, 2010), as mulheres praticantes da modalidade acabam gerando certas desconfianças que vão “desde a capacidade para jogar o jogo até a sexualidade [...]” (PACHECO, 2014, p. 2). Há uma preocupação de que por praticarem o Rugby, assim como outros esportes como o futebol e as lutas, as atletas se tornem masculinas. Dessa forma, as atletas de Rugby estariam quebrando as regras do contrato social por praticarem um jogo que vai contra tudo o que a sociedade já encorajou as mulheres a fazer e a ser, ameaçando os ideais femininos de ser preciosa, frágil, desajeitada e serem impróprias para a força que o esporte exige (JONCHERAY; TLILI, 2013; CARLE; NAURIGHT, 1999).

De acordo com a literatura sobre o Rugby de mulheres (PACHECO, 2014; ALMEIDA, 2008; MOURA, 2014; JONCHERAY; TLILI, 2013; WRIGHT; CLARKE, 1999; CARLE; NAURIGHT, 1999), pelo fato de o Rugby ser um esporte dito masculino e masculinizante, são direcionados às atletas discursos que colocam sua orientação sexual em xeque assim como seus corpos. Esses discursos remetem a generalizações de que as atletas praticantes dessa modalidade

são lésbicas e sobrepesadas. Como vimos no capítulo anterior, sempre foram criadas expectativas quanto ao corpo da mulher, e sempre desejou-se que estivessem dentro dos padrões sociais de feminilidade. No Rugby, assim como nos demais esportes, os corpos dos/as jogadores/as precisam ser bem treinados para que estejam preparados/as fisicamente para os impactos e ações dos jogos a fim de alcançarem sucesso no esporte. Além disso, durante e após os jogos, os corpos das/dos atletas tornam-se sujos, com ralados e hematomas. Desta forma, os corpos acabam tornando-se diferentes daqueles que eram esperados para uma mulher e as pessoas passam a ter um receio que seus corpos fiquem com aspectos considerados como de um corpo masculino, principalmente, na sociedade atual em que o corpo esteticamente padronizado é muito valorizado. Além disso, ao mesmo tempo em que se espera que a mulher não aparente ser forte e grande, as pessoas costumam achar que somente mulheres grandes, com sobrepeso, ou consideradas brutas pratiquem a modalidade, caracterizando mais um estereótipo das atletas na modalidade (JONCHERAY; TLILI, 2013. FALLON, 2010; ALMEIDA, 2008; GOELLNER, 2003; KNIJNIK, 2003).

Almeida (2008, p. 89) reitera tal ponto de vista ao afirmar que:

Os corpos das jogadoras quando entram na arena de jogo parecem transgressivos para os olhares advindos dos expectadores, tanto pela sua aparência, repleta dos itens que compõem a vestimenta de jogo (uniforme, protetores, entre outros), quanto pelas ações que desempenham durante as partidas – empurram, derrubam, chocam-se, utilizando de técnicas que exigem atributos como força e agressividade.

Percebemos que são colocados discursos normativos sobre os corpos e ações das mulheres atletas, e que quaisquer elementos que vão contra o que é aceito como natural é considerado como anormal e/ou masculino. Ao citar Hargreaves (1994), Howe (2001) reitera que essa pressão social para que as mulheres atletas mantenham seus corpos em conformidade com os padrões estabelecidos socialmente como femininos pode ter um grande impacto na vida das atletas, inclusive culminando no afastamento delas da prática.

Quanto aos discursos referentes à sexualidade, estes são os mais apresentados e ressaltados em vários artigos sobre a modalidade. Tanto a comunidade externa quanto interna do Rugby associa constantemente as atletas como “sapatonas”, lésbicas ou não femininas por praticarem um esporte que exige agressividade, contato físico e é considerado masculino. Frequentemente, são direcionados comentários sobre sua orientação sexual, referindo-se a elas no

sentido de não serem “mulheres de verdade” (WRIGHT; CLARKE, 1999; PACHECO, 2014; CARLE; NAURIGHT, 1999). Fallon (2010) salienta em seu trabalho sobre situações como essas, em que constantemente as atletas de Rugby são questionadas sobre a quantidade de meninas lésbicas que participam da equipe pelo envolvimento delas com esse esporte. Além disso, muitas vezes o Rugby de mulheres é considerado como um “gueto” em que as mulheres se envolvem em atividades homoeróticas.

Carle e Nauright (1999, p. 58 – tradução nossa) afirmam que a mídia tem um papel fundamental para a criação desse estereótipo, a qual

[...] rotineiramente retrata o Rugby feminino como uma novidade e, da mesma forma, as mulheres que jogam são representadas através de peças fofas ou fotos que as representam em poses altamente sexuais e/ou femininas ou o extremo oposto como “feias” ou brutas, como um tipo de que não são “mulheres de verdade.

Podemos citar alguns exemplos que corroboram essas afirmações. O primeiro deles foi a criação de um calendário das atletas da Seleção Brasileira Feminina de Rugby em 2009. Apesar de o propósito ter sido a arrecadação de dinheiro para a participação da seleção em um campeonato mundial que seria realizado em Dubai, as fotos do calendário eram sensuais e com insinuações de nudez (ver Figuras 4 e 5, p. 81).

Figura 4 – Calendário Seleção Brasileira de Rugby Feminino 2009: Capa



Fonte: Rugby de Calcinha (2017)

Figura 5 – Calendário Seleção Brasileira de Rugby Feminino 2009: Dezembro



Fonte: Rugby de Calcinha (2017)

No extremo oposto quanto à representação feminina e sexual das atletas de Rugby, as mulheres são apresentadas como brutas, fortes, “sem frescura” e sujas de terra. O caso de uma atleta australiana viralizou na internet em 2015 (Figura 6), retratando as mulheres do Rugby como “sem frescura” mas também destacando-a no sentido belo. Geogia Page teve seu nariz

quebrado após tacklear uma jogadora e, mesmo após o incidente, continuou a jogar até que a arbitragem a retirasse de campo por sangramento. A atleta ficou conhecida como a “deusa da guerra” em decorrência da sua atitude e suas fotos com o nariz sangrando se espalharam rapidamente. Cabe destacar que a jogadora também recebeu o título de “*Hottie*” (sexy em inglês), o que demonstra que apesar da tentativa em mostrar o lado bruto das atletas, a imagem de Geogia possivelmente viralizou não somente por esse motivo, mas também por ela estar dentro dos padrões de beleza e de feminilidade da sociedade atual.

Figura 6 – Geogia Page jogando após fratura no nariz



Fonte: USA Sevens Rugby (2017)

Um outro exemplo que se pode dar é a partir de uma página bem conhecida na comunidade do Rugby, a “*Pasion por Rugby*”³⁰. A página retrata bem as questões sobre essa dualidade da representação feminina no Rugby expressando nas diferentes redes sociais inúmeras fotos de mulheres praticantes da modalidade, tanto como brutas, grandes e fortes, como de forma a sexualiza-las, chegando a criar álbuns exclusivos para isso. Abaixo estão alguns exemplos de fotos apresentadas pela página.

³⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/PasionPorRugby/> e pelo instagram: @pasionporrugby

Figura 7 – Jogadora caindo na lama apresentada pela página Pasion por Rugby – “No hay delicadeza”



Fonte: Pasion por Rugby (2016)³¹
Edição: a autora

Figura 8 – Jogadoras com lesões faciais com sangramentos publicadas pela página Pasion por Rugby – “Un día duro para estas señoritas”



Fonte: Pasion por Rugby (2017)³²
Edição: a autora

³¹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/PasionPorRugby/photos/a.573008389399518.1073741846.114407675259594/1314938541873162/?type=3&theater>. Acesso em: 18 de Agosto de 2017.

³² Disponível em:

<https://www.facebook.com/PasionPorRugby/photos/a.573008389399518.1073741846.114407675259594/1486426148057733/?type=3&theater>. Acesso em 18 de Agosto de 2017.

Figura 9 – Jogadoras de Rugby realizando line-out de Sunquini apresentada pela página Pasion por Rugby – “Al line”



Fonte: Pasion por Rugby (2017)³³

Elaboração: a autora

Como pudemos observar, a *Pasion por Rugby* apresenta em suas fotos os dois lados da representação feminina no Rugby: o lado feminino, bonito e sexualizado e o lado “sem frescura” e “bruto” do esporte. As figuras 7 e 8 retratam este último lado, demonstrando que na modalidade há sujeita, terra, riscos de se machucar, de sangrar, sendo enfatizado, por exemplo, pela legenda da Figura 7: “*No hay delicadeza*”³⁴, em português, que “não há delicadeza”. Vale aqui uma observação sobre a Imagem 8 que mostra duas garotas que se machucaram durante um jogo. A foto publicada na página do Facebook recebeu comentários de indignação quanto à atuação de mulheres no Rugby devido aos sangramentos exibidos: “sem ofender, não me parece feminino”, “k femininas”, “A menstruação delas vem pela cara? Será que são alienígenas?”, “Deus não criou as mulheres para isto!”³⁵. Pelos comentários, percebemos a desaprovação da prática de mulheres na modalidade, mas em uma situação anterior, quando a atleta australiana continua a jogar mesmo com o nariz quebrado e com sangramentos, ela é endeusada, considerada sexy e um exemplo de jogadora. Isso nos leva a pensar que as primeiras mulheres não foram aceitas porque

³³ Disponível em:

<https://www.facebook.com/PasionPorRugby/photos/a.573008389399518.1073741846.114407675259594/1577024328997914/?type=3&theater>

³⁴ Legende em destaque vermelho na figura.

³⁵ Comentários em destaque vermelho na figura.

não se encaixam nos padrões do ser feminina, diferentemente da atleta considerada “deusa da guerra”. Já na terceira foto (Figura 9), transparece a tentativa de feminização, erotização e sexualização da mulher praticante de Rugby, destacando atributos como coxas, pernas e bumbum.

Essas situações mostram que as mulheres praticantes da modalidade são consideradas brutas e masculinas e que necessitam reafirmar sua feminilidade, sendo muitas vezes até erotizada, como maneira de romper com esse estereótipo. Além de Carle e Nauright (1999), essa auto-afirmação da sexualidade também é um tópico discutido nos trabalhos de Wright e Clarke (1999) e Almeida (2008). Os autores e autoras declaram que as jogadoras de Rugby estão em constante vigilância da sua sexualidade, e por isso, enfatizam características tidas como de heterossexuais para anular qualquer tipo de dúvidas ou rumores sobre sua orientação sexual, alegando que jogam Rugby “mas gostam de homens”, pois a heterossexualidade tem sido considerada a única forma legítima de sexualidade. Nas entrevistas realizadas nesses estudos, atletas homens da modalidade garantem que as jogadoras mulheres só continuarão a ser aceitas enquanto mantiverem os padrões de feminilidade e desde que se conformem com a cultura hegemônica masculina. De acordo com as atletas do Rugby, esses estereótipos dificultam a conquista e a entrada de novas atletas na modalidade, que buscam a todo instante alterar a visão das pessoas sobre o jogo. Segundo Moura *et al* (2017) e Fallon (2010), a busca se dá por meio de explicações sobre a natureza da modalidade, convites a familiares e amigos/as para assistirem aos jogos, demonstrações sobre a importância da modalidade e sobre o que o Rugby proporcionou de positivo.

Para além das questões relacionadas ao corpo e à sexualidade, como vimos no capítulo anterior, as atletas muitas vezes são julgadas como incapazes e incompetentes para a prática esportiva. No Rugby isso não é diferente. De acordo com Joncheray e Tlili (2013), Carle e Nauright (1999), Moura *et al* (2017) e Fallon (2010), a capacidade das atletas de Rugby também é colocada em questão. Muitas vezes, até mesmo os atletas do clube e membros das federações da modalidade acreditam que as mulheres não deveriam jogar da mesma forma que os homens e dentro das mesmas regras, expressando rejeição àquelas que praticam. Vale aqui uma ressalva de que o Rugby é um dos poucos esportes em que não há mudanças nas regras ou equipamentos para a categoria feminina (FALLON, 2010).

Fallon (2010) dedica parte de seu estudo sobre estas questões e destaca o fato de as pessoas acharem as mulheres muito femininas para jogar Rugby como um dos principais pontos da desqualificação. O fato de ser considerada feminina é logo associado à fragilidade e à passividade, que por sua vez é considerada incompatível com a modalidade considerada agressiva e perigosa e que exige tanto das/dos atletas fisicamente. As atletas consideradas fisicamente femininas podem ser consideradas incapazes de serem boas jogadoras não só pela comunidade externa ao Rugby, ou pelos jogadores e técnicos homens, mas também pelas próprias atletas, como é apresentado pela autora (FALLON, 2010).

Como exemplo dessas situações, posso citar algumas experiências que vivenciei durante minha participação no Rugby. Não foram poucas as pessoas que desacreditaram da minha participação na modalidade por entenderem que eu era muito feminina e não combinava com um esporte tão “violento”, inclusive colegas de equipe. Essas colegas também já afirmaram que não imaginariam que eu teria a capacidade e habilidade de jogo quando me observaram antes de assistir a um jogo com a minha participação. Estes posicionamentos mostram que há uma incorporação, também por parte das atletas de Rugby, de estereótipos relacionados à modalidade. Houve também uma situação em que uma foto tirada para a formatura em Educação Física, trajada com uniforme da modalidade, foi apresentada pela página *Pasion por Rugby*. Um dos comentários da foto (vide Figura 10, p. 87) pode mostrar esse pensamento sobre o ser feminina e jogar Rugby:

Figura 10 – Jogadora de Rugby maquiada e uniformizada apresentada pela página Pasion por Rugby – “Perfect”



Fonte: Pasion por Rugby (2017)³⁶
Edição: a autora (2018)

Um dos comentários apresentados sobre a foto diz: “não seja bobo Maldonado... lol [laugh out loud – rindo alto]... de qualquer forma não misture as coisas, se é boa é boa, se joga Rugby é outra coisa haha...”. Percebe-se que o autor ou autora do comentário dá a entender que não há compatibilidade entre ser “boa”, bela e jogar Rugby.

Outro ponto destacado pelos autores e autoras que abordam o Rugby de mulheres como tema é o questionamento sobre a incapacidade das atletas quando comparadas ao jogo de homens, a saber: (1) é dito que seus jogos assemelham-se aos jogos de categorias de base masculinas, como versões inferiores ao jogo de homens, (2) ou ainda o menosprezo de suas habilidades, tomando como base habilidades dos homens (CARLE; NAUGRIGHT, 1999; HOWE, 2001;

³⁶ Disponível:

<https://www.facebook.com/PasionPorRugby/photos/a.573008389399518.1073741846.114407675259594/1543576242342723/?type=3&theater>

JONCHERAY; TLILI, 2013; FALLON, 2010). Entretanto, ao mesmo tempo em que é contestado sobre sua aptidão atlética para praticar a modalidade, quando muitos/as assistem aos jogos de mulheres pela primeira vez ficam impressionados com as habilidades e capacidades das mulheres (CARLE; NAURIGHT, 1999). Isso é refletido em artigos sobre a modalidade, como afirmam Wright e Clark (1999) em que, dos que foram pesquisados por elas, quase todos relataram surpresa de ver os jogos, percebendo e reconhecendo a capacidade das mulheres atletas. As autoras destacam que apesar do reconhecimento, ainda há uma relutância em aceitar mulheres jogando um esporte considerado masculino.

Carle e Nauright (1999) alegam que esse processo de comparação de desempenhos entre mulheres e homens praticantes do Rugby e o desprezo e ofuscamento das capacidades das mulheres trabalham juntamente com o processo de marginalização das atletas de Rugby. A autora e o autor alegam que essa marginalização é expressa em revistas sobre a modalidade, como por exemplo a *Rugby World*, onde, geralmente, são publicadas reportagens mistas ou limitadas à uma página sobre o Rugby de mulheres. As reportagens são apresentadas de forma a demonstrar apenas a tolerância ao Rugby de mulheres e não como forma de aceitação. Essa marginalização também pôde ser observada durante nossas buscas por referenciais teóricos para este trabalho a respeito da história do Rugby, já que grande parte dos livros e artigos encontrados dedicavam apenas um pequeno tópico ou nenhum sobre a história das mulheres na modalidade. Carle e Nauright (1999) destacam também a marginalização expressa por meio dos espectadores dos jogos de mulheres e também pelos próprios jogadores homens do clube. Ao serem entrevistados afirmaram que só assistiam aos jogos das mulheres porque eles aconteciam logo após os jogos das crianças da primeira série e por já estarem ali com os demais colegas de equipe. Pacheco (2014) aborda as dificuldades encontradas pelas praticantes da modalidade em decorrência dessa marginalização, tais como a falta de infraestrutura, de recursos financeiros, e principalmente, falta de incentivo. Carle e Nauright (1999) reiteram que as atletas entendem essa marginalização, nos seus mais variados sentidos, como algo natural e apropriado, enquanto algumas não a percebem e acabam não se incomodando com a situação.

O comportamento das atletas também é questionado. Segundo Fallon (2010), as atletas de Rugby descrevem que as expectativas dos familiares, amigos e colegas de trabalho relacionadas à feminilidade estão em oposição direta ao comportamento que se espera delas como jogadoras de Rugby. As atletas entrevistadas na pesquisa afirmaram que esses grupos esperam delas uma

aparência feminina, tais como o uso de maquiagem e de roupas femininas, unhas pintadas e um comportamento feminino e delicado enquanto seus treinadores as cobram para que sejam agressivas e fortes.

Diante de todas essas ações, imposições e divergências apresentadas até aqui, percebemos as dualidades vivenciadas pelas mulheres praticantes de Rugby. Essas dualidades foram percebidas também por Bourdieu (2002) quando ponderou sobre as atletas em geral, e Joncheray e Tlili (2013) sobre as atletas de Rugby. O autor e as autoras afirmam que essas atletas são colocadas em uma posição delicada, em que, se, por um lado, elas agem de forma delicada, característica tida como de mulheres, são consideradas incompetentes para a prática do Rugby, por outro lado, se agem de forma mais agressiva, expondo força, características tidas como de homens, correm o risco de perder sua feminilidade. Esta afirmação vai, de certo modo, ao encontro com o que Pacheco (2014) e Almeida (2008) asseveram sobre o dilema das atletas praticantes do Rugby. Ao mesmo tempo em que querem ser afastadas de um modelo de sexo frágil, no sentido de que para praticar a modalidade não pode ter “mimimi”, “corpo mole” ou “serem frescas” e que, por vezes, recebem como elogio alguns discursos masculinizadores tais como “jogar como homens” e “ser forte”, elas também querem reforçar o padrão de feminilidade, de forma a se distanciarem das insinuações de masculinidade e homossexualidade, mostrando que podem jogar e serem femininas.

Fica evidente também que o esporte, e em especial o Rugby, é carregado de significações generificadas e estereotipadas de que este é um esporte inapropriado para mulheres por ser violento e, portanto, indicado para homens (ALMEIDA, 2008; MOURA, 2014; JONCHERAY; TLILI, 2013). Joncheray e Tlili (2013), Brandão e Casal (2003) e Wright e Clarke (1999) concordam com a assertiva supracitada ao sustentar que isto está ligado ao entendimento de uma cultura sobre o que pode ser considerado feminino e masculino e às atividades gênero-estereotipadas, enfatizando que estes processos de naturalização e normalização sobre o que é feminino e masculino, sobre o corpo, esporte e relações sociais são frutos, também, da influência da mídia e de instituições sociais como escolas e igrejas. Os autores e autoras afirmam que esta tem sido uma forma infligir controle sobre as atletas.

Por esses motivos, muitos pais e mães (elas em especial), familiares e amigos/as de atletas acabam opondo-se e desaconselhando a prática desse esporte mesmo sem impedi-las, possivelmente pela falta de conhecimento e pela má interpretação da modalidade. São pontuados

como principais motivos do não incentivo à prática (1) o medo de que as mulheres se lesionem durante jogos ou treinos e (2) os estereótipos de que o jogo é para homens (RIAL, 1998; MOURA, 2014; JONCHERAY; TLILI, 2013; CARLE; NAURIGHT, 1999; ALMEIDA, 2008). Além disso, Joncheray e Tlili (2013) ressaltam que os pais/as mães têm medo pelo risco social que as filhas podem sofrer por estarem praticando um esporte dito masculino e masculinizador. Cabe ressaltar que, mesmo quando pais e irmãos das atletas praticam ou praticaram o Rugby, ainda assim a família e eles mesmos se opõem a prática da atleta, o que pode ir contra ao ponto de vista sobre a falta de conhecimento da modalidade. De acordo com Almeida (2008) e Rial (1998), alguns/algumas familiares recusam-se a assistir as filhas jogando e, as vezes, assistem somente para ter certeza de que terminarão o jogo com saúde, podendo essas atitudes interferir e/ou limitar o envolvimento das atletas com a modalidade. Apesar disso, Fallon (2010) afirma que o apoio de familiares e amigos é considerado essencial para a carreira e para o sucesso dos/das atletas de Rugby.

Por fim, mesmo com todas as dificuldades envolvidas com sua prática, as atletas da modalidade afirmam que o Rugby não causou problemas nas áreas profissional, de relacionamentos e amizade, e que praticá-lo é considerado uma experiência positiva na vida e para a autoestima (FALLON, 2010).

A partir dos apontamentos feitos sobre o Rugby, podemos resumir:

- O Rugby é um esporte que surgiu em 1823, na Inglaterra, sendo esta a versão mais aceita pela comunidade do Rugby. É um esporte que possui várias modalidades e tem como característica marcante o contato físico entre os jogadores. Por este motivo, é considerado um esporte violento;
- Por ter sido inicialmente voltado e restrito aos homens, é considerado um esporte masculino e que transmite os ideais de um “homem de verdade”;
- No começo, a participação das mulheres no Rugby se restringia a atividades domésticas, sendo que sua primeira participação em jogos se deu somente no século XX;
- O Rugby de mulheres o Brasil teve início no final do século XX e a primeira seleção de mulheres foi criada há apenas 13 anos. Atualmente, ela é a melhor seleção de 7's da América do Sul e a que obtém os resultados mais expressivos das seleções brasileiras da modalidade;

- Por praticarem o Rugby, as atletas têm seus corpos, sua orientação sexual e seu comportamento questionados. Elas são consideradas brutas, fortes e homossexuais. Além disso, são consideradas incapazes de serem boas jogadoras;
- Há dualidades que envolvem a prática do Rugby por mulheres:
 - A) Visão do senso comum:
 - I) Serem incapazes versus agirem como homens
 - II) Serem brutas e feias versus eroticamente femininas e bonitas
 - B) Visão das próprias jogadoras
 - I) Querem se afastar do modelo feminino do sexo frágil versus querem reforçar o padrão de feminilidade.

5 A TRAJETÓRIA DAS RUGBIERS

Nos capítulos anteriores, foram discutidas questões referentes ao gênero e suas relações nos mais variados campos, em especial, o esporte, o histórico do Rugby e a presença das mulheres nesta modalidade. Além disso, foram apresentadas as possíveis dificuldades que as mulheres vivenciam durante a participação nesse esporte dito como masculino. Neste capítulo, abordaremos especificamente a trajetória de mulheres atletas de Rugby.

Para a realização desta pesquisa, foram entrevistadas 10 mulheres praticantes do Rugby que fizeram ou fazem parte da Seleção Brasileira de Rugby por pelo menos 2 anos e que ainda se mantêm envolvidas na modalidade. A fim de preservar a identidade dessas atletas, optamos por codificá-las em “Atleta 1”, “Atleta 2” e assim sucessivamente, até “Atleta 10”. Quanto às falas apresentadas no texto, selecionamos aquelas que melhor representaram as declarações dadas pela maioria das Atletas sobre determinado tópico.

A priori, elencamos as unidades de significado a partir do roteiro de entrevista, sendo elas: a inserção no Rugby, as dificuldades e potencialidades da prática, as motivações, o preconceito e o Rugby de mulheres no Brasil. Cabe ressaltar que, no decorrer da apresentação e discussão dos dados, outros elementos importantes emergiram e foram destacados no texto como outras unidades de significado, a saber, o interesse pelo Rugby, o empoderamento e o fim da carreira como atletas.

5.1 A Lista de Convocação: quem são essas Yaras³⁷?

Antes de discutir a trajetória das atletas praticantes de Rugby, faz-se necessário apresentar dados sobre quem são essas atletas entrevistadas, qual a relação que elas mantêm com o Rugby e outras informações que consideramos relevante para identificá-las. O Quadro 1 apresenta informações referentes ao Estado em que residem ou iniciaram sua prática no Rugby, o tempo

³⁷ Nome dado às jogadoras da Seleção Brasileira de Rugby. O nome refere-se às raízes indígenas do povo brasileiro.

que praticam a modalidade, o tempo e o período que permaneceram na Seleção Brasileira de Rugby e a função em que atuam.

Quadro 1 – Perfil das Atletas

Identificação	Estado	Tempo de Rugby	Tempo de Seleção	Período na Seleção	Função Atual
Atleta 1	SP/PR*	7 anos	2 anos	2014-2016	Arbitragem
Atleta 2	PR	6 anos	4 anos	2013-Atual	Atleta
Atleta 3	PR	7 anos	4 anos	2013-Atual	Atleta
Atleta 4	SP	8 anos	5 anos	2011-2015	Atleta
Atleta 5	RS/SP*	7 anos	6 anos	2012-Atual	Atleta
Atleta 6	RJ	19 anos	13 anos	2004-Atual	Atleta
Atleta 7	SP	17 anos	13 anos	2004-Atual	Atleta
Atleta 8	SC	13 anos	12 anos	2004-2016	Treinadora
Atleta 9	PR	7 anos	2 anos	2012-2014	Arbitragem
Atleta 10	RJ	21 anos	6 anos	2004-2009	Arbitragem

* Residiam inicialmente no primeiro Estado citado e atualmente residem no segundo Estado.

Elaboração: a autora (2018)

De acordo com o quadro 1, é possível perceber que todas as jogadoras entrevistadas residem nas regiões Sul e Sudeste, sendo que 6 residem/residiram na região Sul e 6 residem/residiram na região Sudeste. Isto pode se dar pelo fato de o Rugby ter tido seu início nessas regiões, sendo as mais desenvolvidas no esporte, com maior número de equipes concentradas. O mapa abaixo (Figura 11), disponibilizado no site da Confederação Brasileira de Rugby³⁸ (CBRu) e também no Portal do Rugby, comprova a distribuição dos clubes de Rugby no país, mostrando que há uma grande concentração nas regiões Sul e Sudeste:

³⁸ Disponível em: <https://ww2.brasilrugby.com.br/pages/onde-jogar-rugby-no-brasil>.

No que tange ao tempo de envolvimento das atletas, foi possível verificar o que segue: a atleta que está envolvida com o Rugby há menos tempo pratica a modalidade há 5 anos enquanto a que está há mais tempo pratica o Rugby há 21 anos. Somente 4 atletas entrevistadas estão há mais de 10 anos envolvidas com o Rugby, sendo que a maioria está envolvida há 7 anos. Isso pode ser explicado pelo fato de o Rugby ser uma modalidade que vem crescendo somente nos últimos anos no Brasil e principalmente pela entrada deste esporte no quadro olímpico para as Olimpíadas que aconteceram no Rio de Janeiro em 2016. Além disso, o tempo de prática das atletas também pode ser reflexo da recente organização e divulgação do Rugby no Brasil, com a criação da Confederação Brasileira da modalidade somente em 2010. Em estudos com mulheres atletas do Rugby nos Estados Unidos, Fallon (2010) apresenta resultados semelhantes. A maioria das atletas entrevistadas praticavam a modalidade há menos de 10 anos, sendo que somente duas praticavam o Rugby há 10 anos ou mais. Essa semelhança relacionada ao tempo de prática da modalidade por mulheres e a sua recente introdução no Rugby nas diferentes localidades também pode se dar ao fato de que, somente em 2011, a IRB (*International Rugby Board*), atual World Rugby, passou a organizar projetos para o desenvolvimento do Rugby de mulheres, conforme discutido no capítulo anterior.

O tempo de prática da modalidade refletiu na entrada dessas atletas na seleção brasileira. É possível destacar dois momentos dessa admissão: o primeiro, em 2004, quando a Seleção Brasileira Feminina foi organizada pela primeira vez para a participação no primeiro Sul-Americano de Sevens feminino, na Venezuela, momento em que 4 das atletas entrevistadas participaram da seletiva para a formação da equipe; e o segundo, quando iniciou-se a seleção e preparação das atletas para o ciclo olímpico a partir de 2011/2012, sendo estas atletas as que estão por menos tempo na Seleção.

Além disso, destacamos ainda que das 10 entrevistadas, apenas 5 ainda se mantêm como atletas da Seleção Brasileira. No entanto, todas as outras atletas continuam envolvidas com o Rugby: uma (Atleta 4) se mantêm como atleta em um clube, outra se tornou treinadora de uma equipe de mulheres (Atleta 7), e 3 tornaram-se árbitras (Atleta 1, Atleta 9, Atleta 10).

5.2 *Kick Off*³⁹: o início de uma trajetória

Como parte importante da trajetória das atletas, nesta seção discutiremos sobre o início da prática do Rugby pelas entrevistadas, como a modalidade lhes foi apresentada e sobre suas primeiras impressões. O quadro 2 resume como as atletas foram introduzidas a prática do Rugby.

Quadro 2 – Início da Prática do Rugby

INÍCIO DA PRÁTICA	ATLETAS
Convite de Amigos	Atleta 1, Atleta 5, Atleta 7, Atleta 8, Atleta 9, Atleta 10
Convite de Familiares	Atleta 2, Atleta 6
Projeto Social	Atleta 3
Recrutamento	Atleta 4

Elaboração: a autora (2018)

Diante do quadro acima, é possível verificar que foram reveladas pelas atletas quatro diferentes formas pelas quais o Rugby foi apresentado a elas, sendo: por meio de convite de amigos, por convite de familiares, por projeto social e por recrutamento. Percebemos que grande parte das atletas (6/10) foram apresentadas ao Rugby por meio de amigos e conhecidos já praticantes da modalidade.

Então, eu conheci o Rugby na verdade, por uma... através de uma amiga da faculdade. Eu nunca tinha assistido, não sabia com era, ela que me falou do Rugby e a gente só brincava. [...] eu e minha amiga a gente conheceu uma galera do Rugby, no caso lá de Curitiba, o [Clube W], e aí essas meninas do time convidaram a gente pra treinar (Atleta 9, 2017).

Eu conheci foi em 2000 através de um convite [...] eu estudava num colégio estadual perto de casa e aí tinha uns meninos que tavam jogando Rugby no [Clube X] e aí eles falaram “ah, tem time feminino lá, o [Clube X]. Vocês querem participar?” (Atleta 7).

Outras duas atletas foram apresentadas ao Rugby por familiares que também já tinham um envolvimento com a modalidade. A Atleta 2 (2017) explica:

³⁹ Nome dado ao chute inicial de um jogo; do inglês: começo, início.

[...] meu padrasto falou: “ah, vai fazer um esporte, você sempre praticou esporte desde pequena, então vou te apresentar pra um clube”. Ele foi treinador do [Clube Y] há muitos anos, e também jogou... já tinha jogado lá. E aí ele me levou pra um treino e aí eu curti muito e depois nunca mais parei, assim. Então eu comecei porque meu padrasto era jogador de Rugby e me apresentou pra um clube.

Pesquisadores e pesquisadoras que discutem a participação das mulheres no Rugby, como Joncheray e Tlili (2013), por exemplo, afirmam que quase 50% das atletas entrevistadas conheceram o Rugby por meio de amigos (25%) e família (23%). Tovia (2014) e Chu *et al* (2003) destacam que a maioria das mulheres pesquisadas iniciou as atividades no Rugby por meio de amigas/os da modalidade. Nos estudos de outras modalidades esportivas, como, por exemplo, o futebol (MONTEIRO, 2016), as experiências familiares apareceram como a principal via de acesso para a introdução das mulheres como árbitras na modalidade, assim como pais e irmãos atletas se mostraram relevantes para a inserção de mulheres no judô (SOUZA; MOURÃO, 2011 *apud* MONTEIRO 2016).

Uma de nossas atletas conheceu a modalidade por meio de um projeto social bem-conceituado e premiado pela World Rugby, o Vivendo o Rugby, conhecido como VOR. O projeto é realizado na cidade de Curitiba, no Paraná, e envolve professores, coordenadores e mais de 600 crianças e adolescentes. Este projeto, o Clube Z⁴⁰, em parceria com a Secretaria de Educação da cidade de Curitiba, apresenta a modalidade em escolas públicas e convida os alunos para a conhecerem e treinar, sendo que os treinos são realizados nas dependências do clube.⁴¹

Em sentido semelhante, uma única atleta teve seu primeiro contato com o Rugby através de um recrutamento realizado por um clube. Segundo a Atleta 4 (2017), o clube convidou diversas pessoas que ainda não tinham conhecimento sobre a modalidade para participar de um treino e, após o primeiro treino, a atleta decidiu manter-se na prática. Ressaltamos ainda que poucas foram as atletas que já tinham conhecimento sobre o Rugby antes de entrarem para a modalidade.

Destacamos também que em nossa pesquisa há um número equilibrado de atletas que conheceram o Rugby por meio de homens ou mulheres. Das que deixaram claro quem as apresentou à modalidade, 4 foram apresentadas ao Rugby por mulheres e 3, por homens,

⁴⁰ Os Clubes em que as atletas jogam serão identificados desta forma para ajudar a manter o anonimato das atletas.

⁴¹ Disponível em: <https://socialrugby.wordpress.com/vivendo-o-rugby/>

diferentemente dos estudos de Chu et al (2003), Monteiro (2016) e Fernandes (2014), onde há uma hegemonia masculina.

Outro ponto interessante de se destacar é que todas as atletas entrevistadas tiveram sua entrada na Seleção Brasileira de Rugby por meio de seletivas. Até o início do período pré-Olímpico, anualmente, a Confederação Brasileira de Rugby organizava uma seletiva no início do ano com o intuito de observar jogadoras de diversas partes do país, visando aumentar o plantel da equipe. Inicialmente, as atletas apenas se inscreviam e ficavam em avaliação durante um final de semana em São José dos Campos, no Centro de Treinamento da Seleção, realizando testes físicos e atividades táticas e técnicas e jogos propriamente ditos, como explica a Atleta 9 (2017):

[...] é... não sei como tá funcionando agora, mas na época todo ano tinha uma seletiva. Ai tinha os testes físicos que eles davam os valores assim, “ah, *beep test* você tem que alcançar tal valor”, um valor lá, uma pontuação, uma corrida de 100 metros tal pontuação, tal tempo e ai a gente ficava treinando pros teste físico e lá tinha também uma avaliação técnica, digamos assim. Ai como a gente tinha os índices do teste físico, a gente foi.

Nos últimos anos de seletiva, eram encaminhados à Confederação formulários com o histórico esportivo e as principais habilidades das jogadoras, sendo as melhores pré-selecionadas para participarem da Seleção, sujeitas à mesma avaliação física, tática e técnica anterior.

Todos os custos de viagem e deslocamento eram financiados pelas próprias jogadoras, que muitas vezes precisavam organizar promoções ou pedir ajuda ao clube para que pudessem participar da seletiva, como afirma a Atleta 5 (2017)

Aí eu fui pesquisar como é que eu faria pra fazer um teste da Seleção, era seletiva ainda naquela época, ai falei: “ah, vou pra São Paulo fazer uma seletiva então”. Ai eu não tinha dinheiro, eu dava na época... eu fazia faculdade e dava aula de natação, hidro e ainda de canoagem. Ai eu pedi ajuda pra galera, fizemos rifa pra arrecadar dinheiro. Vim pra São Paulo, fiz o teste, passei, ai comecei a treinar com a Seleção. [...]

Isso também foi observado pela Atleta 6 (2017) quando esta comenta sobre o início da Seleção Brasileira de Rugby Feminino:

[...] Não tinha muito... pô, não tinha grana, a gente se virava. Galera vinha do Rio Grande do Sul, galera de São Paulo pagava pra a gente que vinha do Rio. A gente sempre se virou [...] como a gente até se vira hoje. Galera faz trufa, faz as paradas, faz grana. Quem quer dá um jeito, quem não quer dá uma desculpa [...]

O tópico sobre questões financeiras será melhor abordado no item 5.4. Ressaltamos ainda que, atualmente, devido ao Campeonato Brasileiro Feminino de Sevens (Super Sevens) ser mais estruturado, já não são realizadas as seletivas. As atletas são observadas durante os jogos nas mais diversas etapas da competição.

5.2.1 “Como que a gente joga? Como treina?”: as primeiras impressões e o interesse pelo Rugby

Como parte do início da prática de um esporte novo, algumas atletas comentaram sobre suas primeiras impressões e sobre o primeiro contato com o Rugby, além dos motivos pelos quais elas se sentiram atraídas pela modalidade. Destacamos que apenas 8 atletas mencionaram suas impressões, sendo que uma atleta pode ter se interessado por mais de um dos motivos, demonstrado pelo Quadro 3.

Quadro 3 – Interesse pelo Rugby

INTERESSE PELO RUGBY	ATLETAS
Valores do Rugby	Atleta 1, Atleta 4, Atleta 5, Atleta 6, Atleta 7
Gosto pelo Contato	Atleta 3, Atleta 5, Atleta 10
Dinamismo	Atleta 6, Atleta 7

Elaboração: a autora (2018)

Pelo Quadro 3, percebemos que 5 atletas se sentiram atraídas pelo Rugby por conta dos valores que este esporte apresenta, sendo isso evidenciado pela fala das Atletas 1 e 5:

O Rugby, eu acho que é a parte da... dos princípios do jogo né? Eu acho que são lindas, assim. Ter o respeito, a solidariedade... Essa parte é muito legal, e é muito levado a sério. Diferente de muitos esportes coletivos, o Rugby, ele tem essa parte do time ser muito forte, você tem que jogar em time. Não existe nenhum esporte, nenhuma... nenhum time no Rugby que um atleta faça toda a diferença. Então isso é muito legal no Rugby, essa questão do respeito ao árbitro, respeito aos colegas, respeito... é o que mais me chamou atenção. E como eu sempre fui louca por esporte de contato, aí não teve jeito... apaixonei (ATLETA 1, 2017)

[...] Então isso é uma coisa que eu acho extremamente positivo, de... por ser um esporte de valores assim, não só pra ter mais atletas mas também ter melhores pessoas, que eu acho que isso o Rugby faz bastante. Então, tanto dele ta na favela, um projeto social, quanto em cidades menores trazendo mais pessoas pra um caminho melhor. É, acho que isso é um ponto extremamente bom do Rugby (ATLETA 5, 2017)

Pela fala da atleta, percebemos que os valores do Rugby são levados a sério como parte importante do jogo e do estilo Rugbier⁴² de viver. Desde seu início, o Rugby tem como seus principais pilares características educativas e formação de caráter, a partir de 5 valores: paixão, respeito, solidariedade, integridade e disciplina. Segundo Moura (2014), Dr. Thomas Arnold, diretor da escola de Rugby no período em que a modalidade foi criada, já entendia que, antes das habilidades de jogo, deveriam ser priorizados os princípios e uma conduta cavalheira. Essa conduta foi mantida até os dias de hoje, sendo fortemente destacada por pessoas envolvidas com este esporte, desde novos atletas até instituições que organizam o Rugby. Os valores devem ser seguidos dentro e fora de campo, tornando-se visíveis, principalmente, durante os jogos, como por exemplo, em situações em que somente a/o capitã/o da equipe pode se comunicar com o/a árbitro/a, assim como o/a árbitro/a só pode se comunicar com os/as demais jogadores/as na presença da/o capitã/o da equipe. Apesar de não ser uma norma oficializada pelas leis do jogo, tal atitude é tomada como regra.

Os outros motivos pelos quais as atletas se interessaram pelo Rugby também foram identificados na pesquisa de Chu *et al* (2003), sendo eles: a natureza do jogo, ou seja, o contato físico entre jogadores/as, e a dinamicidade/complexidade do jogo. Sobre o encanto das atletas pela natureza do Rugby, elas comentam que:

Por ser um esporte de contato, um esporte diferente, eu me interessei. [...] Ai desde então, o primeiro treino já teve alguns treinhos de contato, eu me dei meio que bem porque eu era um pouquinho maior que as outras meninas (risos). Ai eu gostei, me apaixonei e desde lá fiquei. (ATLETA 3, 2017)

Ai beleza, eu fui lá, foi tipo, amor à primeira vista [risos]. Primeiro treino foi treino de contato, foi no barro, foi tipo muito, muito legal [fala animada]. [...] eu falei “Bah, esse é meu esporte! Posso derrubar as pessoas, posso correr, posso chutar” [fala animada] (ATLETA 5, 2017)

⁴² Nome dado às pessoas que praticam o Rugby e seus valores.

Pelas colocações das atletas, percebemos que elas se interessam pelo Rugby justamente pelo motivo o qual as pessoas consideram a modalidade inapropriada para mulheres: o alto grau de contato físico entre os/as jogadores/as. Socialmente, como apontamos anteriormente, espera-se das mulheres que se envolvam em atividades que exaltem sua delicadeza, beleza e passividade. A participação e envolvimento das atletas no Rugby pode causar estranhamento já que a modalidade possui características consideradas como masculinas, como o contato físico, a agressividade, força e grande esforço físico.

Um ponto que merece destaque a respeito da percepção inicial de uma das atletas sobre o Rugby também pode ter relações com as questões de gênero. A atleta 6 destaca que em seu primeiro treino havia poucas meninas treinando, próximo a 6, em oposição a um número elevado de meninos praticando o Rugby: “[...] tinha muitos meninos treinando. E aí eu falava: “ah, né? Como que a gente joga? Como treina?”. A gente jogava num espaço tão pequeno e eles usavam o campo inteiro. Eles tinham uns 40 meninos assim, muita gente [...]”. Pela sua fala, percebemos que havia uma hegemonia masculina no clube em que a atleta pratica o Rugby. Possivelmente, este fato pode estar relacionado com as características da modalidade já anteriormente citadas e que, assim, na época em que a atleta iniciou, ainda era tratado como um esporte de homens. Além disso, a atleta comenta que, por haverem mais homens, eles ocupavam um espaço maior do campo, Isto, de certa forma, impedia as novas atletas de entenderem as regras e o funcionamento do jogo.

Além dos valores e do contato físico entre os/as jogadores/as, as atletas se interessaram pelo Rugby em virtude do dinamismo e complexidade que ele apresenta e, por ele usar diferentes segmentos corporais, com diversas ações e com regras diferentes daquelas apresentadas pelos demais esportes. Isso é possível de ser verificado pela fala das atletas 6 e 7: “[...] Mas o dinamismo dele foi o que me atraiu mais, esse negócio de levantar, derrubar, com a cabeça... usa a cabeça, usa tudo. Não era só, ah, só a mão, só pé, tipo, um esporte bem complexo” (ATLETA 6, 2017); “Ah, aquela impressão de tipo... você toca a bola e corre pra frente, que nem no futebol. E aí as meninas ‘Não! Não! Não! Você tem que voltar! Você tem que ficar pra trás!’, eu falei ‘Gente!’, eu não entendia” (ATLETA 7, 2017).

5.3 Carregadores de Piano⁴³: o suporte às atletas

Quando se pratica uma atividade esportiva, sempre existem aquelas pessoas que dão suporte, incentivam a prática desta atividade, apoiam a continuação dos treinos, participação de competições, etc. Neste tópico, abordaremos sobre quem são essas pessoas que auxiliam e motivam as atletas a se manterem no Rugby. O Quadro 4 resume os principais apoiadores das atletas entrevistadas.

Quadro 4 – Apoiadores

PRINCIPAIS APOIADORES	ATLETAS
Família	Atleta 2, Atleta 3, Atleta 4, Atleta 5, Atleta 6, Atleta 7, Atleta 8, Atleta 9, Atleta 10
Amigos	Atleta 4, Atleta 5, Atleta 6, Atleta 7, Atleta 8, Atleta 9, Atleta 10
Técnico	Atleta 1, Atleta 6, Atleta 7

Elaboração: a autora (2018)

Os principais apoiadores das atletas desta pesquisa são os familiares, amigos e os técnicos das atletas. Nove das dez atletas apontam que a família é a principal incentivadora para que as atletas continuem na modalidade, explicitado pelas palavras das atletas 8 e 3, respectivamente:

[...] minha mãe que é uma apaixonada pelo esporte. Quando eu falei Rugby ela achou, é... “vamo lá ver!” e ela adorou. Então hoje ela defende muito o Rugby feminino, se alguém fala alguma coisa ela fala “tu já assistiu? Porque ta falando?”. Então ela, sabe? Ela ajuda tudo bastante e... meus irmãos também me ajudaram bastante. Acho que família nunca foi contra eu jogar, sempre gostaram de esporte (ATLETA 8, 2017).

Então, meus pais me ajudaram bastante assim. Eu... quando eu falei “Pai, vou jogar Rugby”, ele “Que? Que que é isso?”. Ai eu fui mostrar, achei que eles iam brigar por ser um esporte de contato e ter mais chance de se machucar e tal. Mas não, me apoiaram sempre [...] (ATLETA 3, 2017)

É perceptível pelas falas apresentadas acima que ainda há uma certa desconfiança quanto ao Rugby por este ser um esporte de contato físico elevado. A Atleta 3 teve receio ao contar à família sobre a prática da modalidade e a Atleta 8 deixou transparecer que há possíveis comentários negativos direcionados ao Rugby de mulheres. Apesar disso, a família apoia a

⁴³ Nome dado aos jogadores responsáveis por dar maior apoio/suporte aos demais em campo

participação das atletas nesta modalidade, sendo a maior incentivadora das atletas nesta pesquisa. Chu *et al* (2003) ponderando sobre as atletas da Seleção Neozelandesa de Rugby, as *Black Ferns*, e Monteiro (2016), sobre mulheres árbitras de futebol, afirmam que o apoio da família foi essencial para o envolvimento das mulheres em seus esportes, mas o primeiro ressalta que inicialmente os membros de suas famílias se chocaram com a participação das atletas no Rugby.

Isso pode ser verificado pelos dizeres da Atleta 6 (2017), que afirma que, inicialmente, seus pais não incentivavam a prática do Rugby por considerarem um esporte agressivo e que, só passaram a apoiá-la e assisti-la a partir do momento em que reconheceram a importância da modalidade na vida da atleta como forma de sustento, profissão e paixão. Ela diz:

No início meus pais não me apoiaram muito, não. [...] porque era um esporte muito agressivo. Hoje eu vejo eles aqui com a minha vó de 90 anos, assistindo meu jogo, maravilha né? Meus sobrinhos todos, minha família sempre me apoiando, Olimpíada... Cara, foi lindo. Minha família hoje me apoia e entende que eu posso viver disso, que isso pode ser meu trabalho, minha profissão. Mas até chegar nesse processo, foi um pouco lento. [...] Então, a minha família teve que começar... que entender o meu processo dentro do negócio, e entender que era isso que eu queria, e me apoiar.

Em sentido semelhante, os estudos de Fernandes (2014) e Cardoso, Sampaio e Santos (2015) relatam que primeiramente os familiares das atletas se inquietavam com a participação delas nas lutas por terem medo de que pudessem se machucar, mas passaram a apoiá-las após verem as conquistas e resultados significativos dessas mulheres, além de compreenderem as oportunidades de crescimento e visibilidade das mesmas.

Assim como nos textos de Joncheray e Tlili (2013) e Almeida (2008) sobre mulheres praticantes de Rugby na França e no Rio Grande do Sul, respectivamente, a Atleta 1 conta que a família não apoiou a sua participação no Rugby. De acordo com a Atleta 1 (2017), sua família não dava suporte pois tinham medo que ela se frustrasse novamente, já que ela havia sido atleta da Seleção Brasileira de uma outra modalidade e não garantiu a participação dos Jogos Olímpicos em 2008, em Pequim. Ela afirma:

Assim, a galera não era muito fã, muito não, na verdade. Acho que por causa do meu trauma no judô o pessoal não dava muito apoio pra continuar [...] E aí eu acho que eles ficaram com medo de eu me frustrar de novo, que foi o que aconteceu teoricamente. Mas assim, de eu largar tudo de novo para isso, porque você se dedicar pra uma seleção é abdicar de muita coisa. Eu acho que eles estavam com medo de eu abdicar de tudo de novo, não dar certo [...]

Outras sete atletas afirmaram que os/as amigos/as foram/são as pessoas que mais deram/dão suporte à continuidade da prática do Rugby, como mostram as falas das atletas 6 (2017) e 9 (2017), respectivamente:

Mas muitas amigas também, no geral, assim, muitas amigas de seleção... Paulinha, uma pessoa que ta sempre, sempre jogou comigo. Tava querendo parar de jogar, eu falei “Não, vamo jogar esse mundial aí junto, também! Pelo amor de Deus, vamo jogar!”. Sempre... tamo na “*conection*” assim e são... é a galera que tá, é das antigas que te motiva a tá também, porque são seus amigos ao mesmo tempo e é... é sempre especial.

Dentro do Rugby foram os meus companheiros de time mesmo. [...] os meninos me ajudavam bastante assim, que eles não queriam que eu desistisse, que eles viam meu potencial digamos assim, pra treinar e competir. As meninas, lógico, sempre me davam apoio total, mas os incentivadores maiores foram os meninos.

É possível verificar a partir da fala das atletas que os/as amigos/as incentivadores das atletas são pessoas que eram e ou são envolvidas com o Rugby. São pessoas que já possuem uma vivencia da modalidade, conhecendo e reconhecendo os aspectos positivos dela. Por esse motivo, algumas atletas destacam que foram estes/as mesmos/as amigos/amigas que as ensinaram a viver o ambiente do Rugby, as ensinaram sobre os valores e princípios do Rugby e sobre o que é ser uma Rugbier. A atleta 5 (2017) admite que uma de suas amigas da modalidade a “ajudou muito, assim, tipo com questão de disciplina e muitas outras coisas. Ela me ensinou realmente o que é o espírito do Rugby”. Tal aspecto é corroborado também pela Atleta 7 (2017) ao comentar que a amiga a

[...] ajudava, e incentivava, aí e “não, vamo aqui em um lugar”, “ai, vamo assistir jogo de Rugby” e num sei o que. Ela com certeza foi uma das pessoas, assim, que eu tenho muito como referência, uma pessoa que sempre incentivou, né? E trazer essas coisas dos valores do Rugby também muito forte

A mesma atleta também apontou seus técnicos e ex-técnicos como apoiadores para a prática do Rugby juntamente com outras duas atletas, pontuando que:

[...] nossa, e os primeiros treinadores, assim, né? O... alguns caras do [Clube X] que foram e passaram e ajudaram. O Flávio também como um treinador que deu muita base assim, muito conhecimento. João Nogueira também na época que também ajudou bastante, o Milli... são pessoas que ali no começo, assim, no início, que se não tivesse dado, sabe? Um *start*, uma... um incentivo, acho que muitas de nós talvez não teríamos continuado (ATLETA 7, 2017)

Esses técnicos foram os primeiro treinadores e organizadores da Seleção Brasileira Feminina de Rugby, aqueles que se dispuseram a trabalhar com mulheres e que acreditaram no Rugby de mulheres no Brasil. Em pesquisa semelhante com atletas de lutas, Fernandes (2014) anunciou que os treinadores foram aqueles que identificaram a capacidade das atletas nas modalidades e que incentivaram a sua participação. Chu *et al* (2003) também verificaram a importância dos técnicos para que as atletas continuassem a praticar o Rugby na Nova Zelândia, reconhecendo-os como responsáveis por transmitir paixão e valores da modalidade.

Dessa forma, tendo em vista os estudos da área da Psicologia do Esporte (VILANI; SAMULSKI, 2002; NAKASHIMA; NASCIMENTO JUNIOR; VIEIRA, 2012; NUNOMURA; OLIVEIRA, 2014) que relatam que o comportamento de pais e técnicos em relação à prática esportiva de atletas pode afetar tanto positivamente como negativamente as experiências e o rendimento dos atletas, verificamos igualmente que, em nosso estudo, os pais e técnicos tiveram uma influência positiva, já que essas atletas chegaram ao topo da carreira esportiva e os identificaram como seus/suas grandes apoiadores/as.

5.4 As Barreiras Enfrentadas

Considerando a trajetória de atletas, é possível que neste caminho tenha havido dificuldades para praticar e para se manterem como atletas. Neste tópico, trataremos sobre quais foram os obstáculos encontrados pelas atletas do Rugby que fizeram ou fazem parte da Seleção Brasileira. O Quadro 5 apresenta quais são essas dificuldades e quais atletas as apontaram.

Quadro 5 – Barreiras

BARREIRAS	ATLETAS
Mudança de Cidade	Atleta 1, Atleta 2, Atleta 3, Atleta 8
Questões Financeiras	Atleta 1, Atleta 5, Atleta 6, Atleta 7
Lesões/Doença	Atleta 3, Atleta 4, Atleta 6, Atleta 8
Problemas com Técnico/Confederação	Atleta 1, Atleta 6, Atleta 8, Atleta 3
Embate Físico/Técnica e tática	Atleta 5, Atleta 8, Atleta 9
Preconceito	Atleta 10, Atleta 7
Dificuldade em aceitar sugestões	Atleta 5

Elaboração: a autora (2018)

Foram apresentadas como principais dificuldades na trajetória das atletas questões de logística e financeira, lesões, problemas com a equipe técnica, dentre outros. Três foram as dificuldades mais destacadas pelas atletas. A primeira se refere ao mudar de cidade para concentração das atletas em São Paulo a fim de se prepararem para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Isto é apresentado nas falas da Atleta 2 (2017) e Atleta 8 (2017):

Ah, umas das coisas mais difíceis foi, na verdade, me mudar né? Ter que morar numa cidade meio caótica que é São Paulo assim, viver longe da família, numa cidade completamente louca né? E... acho que isso foi uma das coisas mais difíceis.

Então dificuldade assim, eu... era mais a parte tipo [...] de ter que muda pra São Paulo. Isso foi o mais difícil realmente porque... e não por conta de distância de família, nada, mas uma rotina de morar junto com um monte de gente de ter que treinar com... um esforço físico [...]

Percebemos que o fato destas atletas mudarem de cidade e até de estado para tentarem garantir uma vaga nas Olimpíadas, para um lugar movimentado e “caótico”, possivelmente bem diferente das cidades de origem de muitas atletas, é agravado pela necessidade imposta de viver longe da família, de morar com diferentes pessoas, em ter uma rotina diferente do habitual e com treinos intensos que envolvem o mundo do Rugby. Essa quantidade de atividades e o viver o Rugby 24 horas por dia foi destacado como algo negativo pela atleta 3 (2017):

[...] foi difícil assim, mais pro final quando tava chegando perto das Olimpíadas porque eu fiquei quase que meio em depressão assim por causa do Rugby. Eu tava começando a não gostar mais de jogar Rugby por causa da pressão e tudo mais. Então, todo mundo tava meio que quase se matando pra conseguir uma vaga. Foi meio ruim assim pra mim, eu passava o dia inteiro no quarto.

Outro tópico bastante abordado está relacionado às questões financeiras. Pelo menos 4 atletas afirmaram ter dificuldades financeiras durante o processo de concentração em São Paulo, já que estas viviam longe das famílias e o valor recebido por mês era baixo, uma vez que era uma ajuda de custo. A Atleta 1 (2017) salienta exatamente sobre isso:

O mudar de cidade, sem ter muito apoio... o salário que a gente recebia nem era considerado um salário. A gente tinha um contrato de bolsa auxílio... então tudo é bem complicado. É muito amor, assim, que a gente falava né? A gente acabava gastando muito mais dinheiro do que recebendo. Então, o que a gente recebia era mais pra pagar conta e o resto era do bolso mesmo. A gente tinha que se virar, ter apoio de pai e mãe, ajuda de fora porque era que o tinha.

Quando a atleta declarou que “é muito amor”, refere-se a uma expressão comumente usada no meio do Rugby devido ao amadorismo da modalidade. Ela quis afirmar que atletas, treinadores e demais mantêm seu envolvimento com o Rugby pela paixão que têm pelo esporte, já que nem sempre há recursos financeiros. Esta informação vai ao encontro dos estudos de Dunning (1985) e Gonçalves e Vaz (2015) em que a prática e regras do Rugby buscam garantir uma prática prazerosa e divertida, em que o amor ao esporte supera a falta de remuneração e ganhos materiais. Os autores e a autora relatam ainda que, mesmo com a evolução do esporte e o apoio financeiro dados a alguns/algumas atletas, o espírito amador ainda permanece no Rugby e na identidade dos/as praticantes.

O mesmo sentido amador foi apresentado pelas atletas não como um problema exclusivo do período de concentração e seleção, mas principalmente pelos clubes em que participam, como mostra a fala da Atleta 7 (2017):

E acho que essa questão de as vezes de ter que ir de um lado pro outro, a gente ter que arranjar uma grana, mas a gente nunca encarou isso como [...] o problema principal. A gente sempre deu um jeito. O [Clube X] sempre inventou uma rifa, inventou alguma coisa, alguma festa, alguma coisa pra... A ideia era sempre tentar levar o máximo possível de pessoas pra participar de um evento, né? [...]

A atleta 5 reforça essa afirmação ao fazer uma comparação entre duas modalidades esportivas, Futebol e Rugby, ressaltando as dificuldades financeiras vividas no Rugby:

O primeiro foi questão financeira mesmo, de... que eu era do Futebol. Então no futebol, por mais que seja futebol feminino, tu sempre tem apoio, patrocinador e não sei o que. Eu não gastava nada, eu só jogava. Não ganhava nada também, mas eu também não gastava nada. E logo que eu comecei a jogar a gente tinha que pagar inscrição, tinha que pagar viagem e tudo. Então no começo foi meio complicado porque eu que ajudava minha família, então eu não tinha como pedir grana, mas eu tive bons amigos que me ajudaram bastante nisso [...]

O que percebemos pelas falas anteriores e que também pude verificar durante minha vivência na modalidade é que grande parte dos clubes possuem dificuldades financeiras para a prática do esporte. Além do amadorismo, o Rugby ainda é pouco conhecido no Brasil, sendo assim, são poucos os clubes que possuem patrocínio. Dessa maneira, em muitos clubes, as atletas pagam para jogar pois precisam investir em uniforme e materiais de treinos, pagar inscrições de

campeonatos, transporte, alojamento, alimentação, estrutura, etc, questões estas que também emergiram na equipe gaúcha pesquisada por Almeida (2008). Para reduzir os gastos das atletas, como visto pela fala das Atletas 6, 5 e 7, muitas vezes os clubes organizaram rifas, promoções e jantares, pedem dinheiro na rua, emprestam dinheiro de colegas e familiares para que possam participar de eventos e competições. Cabe a ressalva de que essa não é uma característica apenas do Rugby no Brasil. A pesquisa de Chu *et al* (2003) mostra que pelo menos 17 das 23 *Black Ferns* pesquisadas precisaram trabalhar para se sustentarem enquanto jogavam.

Vale destacar também que a Atleta 5 reconheceu que há uma diferença entre o incentivo financeiro de modalidades praticadas por homens e mulheres, já que, na maioria das vezes, as mulheres recebem menos incentivo que os homens, como o exemplo citado pela atleta, o futebol.

Outro motivo apresentado por 4 atletas como obstáculo durante a trajetória foram as lesões e doenças que ocorreram tanto durante treinos e campeonatos, quanto fora dos gramados. As atletas comentam:

[...] acho que questão de lesão também é uma coisa que tá todo mundo sujeito, né? Em algum momento pode acontecer, né? A gente deseja que sempre de tudo certo mas as vezes acontece. [...] (Atleta 7, 2017)

Na verdade, mais algumas dificuldades físicas de lesão né? Eu tive algumas lesões graves, eu passei por cirurgia. [...] mas a dificuldade maior mesmo foram algumas lesões, e não foram lesões de contato, foram lesões sozinha, sabe? Eu rompi o ligamento dos dois joelhos sozinha, eu rompi minha posterior no último jogo antes do Pan-americano. Então, essas coisas me... foram mais difíceis pra mim. (Atleta 8, 2017)

As principais dificuldades foi ter aceitado né que eu fiquei doente... Porque foi tipo assim, eu tava numa fase muito boa, aí eu fiquei doente a primeira vez. Ai beleza, opere... [...] Ai beleza, voltei tudo, [...] nossa, joguei vários torneios. Só que daí fiquei doente de novo, aí meu último torneio foi quando eu fui pra Amsterdam, que daí eu descobri que tava doente de novo e tive que fazer meu tratamento tudo. Depois não consegui voltar mais. (Atleta 4, 2017)

Como vemos, as atletas alegam que as lesões podem acontecer com qualquer atleta a qualquer momento. As lesões se tornam mais difíceis quando ocorrem próximas a eventos competitivos, após meses de preparação. As atletas relatam também que além das lesões, o voltar a treinar, e voltar às atividades também são difíceis e que nem sempre todas conseguem voltar ao alto nível e/ou à seleção brasileira, como os casos apresentados por Monteiro (2016), nos quais as lesões foram um dos principais motivos para a desistência da carreira de árbitras. Para isso, as

Atletas 7 (2017) e 4 (2017) enfatizaram também o suporte do clube e das demais atletas como essencial para motivá-las a continuar jogando:

[...] E aí é nessa hora que a gente em que ver como que... o time também reage e ajuda a pessoa... porque né, ela passou por um... tá passando por um processo eu ela vai precisar de ajuda, vai precisar de apoio. Então, nessa hora o clube também é muito importante pra manter ela... incentivando ela pra se recuperar tranquila.

[...] Mas tipo, o mais “da hora” foi que eu consegui e tô aqui [...] fiz meu tratamento de boa. Tive o apoio de muitas pessoas, tipo muitas pessoas, nossa... seleção, meu clube... nossa, tive o apoio de muitas pessoas mesmo antes e depois...

Outra questão indicada pelas atletas como empecilho está relacionada às limitações físicas das atletas em ações de jogos e treinos. As atletas comentaram sobre o esforço em permanecerem fisicamente bem, treinando horas por dia, tanto para se manterem na Seleção, quanto para participarem de jogos internacionais.

Uma das atletas (9) que não participou do período de concentração da Seleção Brasileira comentou que por ter participado de poucos treinos com a equipe, ela se sentiu inferior às demais atletas da Seleção:

[...] eu achava que o meu treino não era bom o suficiente da... das outras meninas que tavam na seleção, entendeu? Aí eu sempre sentia falta de um treino técnico mais forte, de um treino físico mais forte, aí eu tinha um respaldo do treino físico que me passavam aqui da seleção pra eu treinar e casa. Mas não é a mesma coisa né? Treinar com o time é uma coisa né, treinar com as meninas da seleção era outra. [...] A maior dificuldade acho que era essa, assim, eu me sentia sempre abaixo das meninas em questão tipo técnica e tática. (ATLETA 9, 2017)

A Atleta 5 (2017) reforçou sobre essa dificuldade física quando se tratava de torneios com outras seleções, em que inicialmente, não se sentia preparada devido ao seu corpo “[...] e depois quando foi um jogo internacional, eu acho que um embate físico no começo também era... foi um pouco complicado né? Porque eu era meio gordinha, mais lenta [risos] então, o treino ajuda muito a gente a melhorar”.

Essas dificuldades quanto ao aspecto físico das atletas podem se dar, primeiramente, pelo fato de o Rugby ser um esporte novo no Brasil e na vida das atletas, o que, num confronto internacional ou mesmo interestadual, já as deixa atrás de seleções/equipes de outros países/estados em que as mulheres praticam há mais tempo; segundo, por o Rugby ser uma

modalidade que exige muito fisicamente e mentalmente dos/as atletas, como afirma Ferreira (2012) e a World Rugby (2017). Durante um jogo, o/a atleta executa uma grande alternância de movimentos e tipos de atividade: precisa ser rápido/a, resistente, forte, ágil e inteligente, realizar ações de alta e baixa intensidade, rápidas e lentas (FERREIRA, 2012). Dessa forma, os/as atletas precisam de tempo e muito treino para estarem e se sentirem preparados/as para jogar.

Algumas atletas também enfatizam ter problemas com o técnico da Seleção e com a Confederação Brasileira de Rugby. As atletas apontaram que muitas vezes não concordavam com as decisões da CBRu, mas ressaltaram como ponto negativo um dos técnicos em questões relacionadas ao machismo, a constantes comparações com a equipe dos homens e ao dificultar a presença das atletas na Seleção. A Atleta 1 (2017) contou que:

[...] a gente tinha um problema sério com o técnico da seleção que era um cara extremamente machista. Era bem complicado. [...] Então por mais que você esteja no seu melhor e seja um muito bom atleta, o carro técnico tem que ir com a sua cara, ele tem que querer você no time... caso contrário isso nunca vai dar certo. Não depende só de você, acho que isso pra mim foi a pior coisa que teve na seleção.

Ela reforçou dizendo:

[...] Que ele era muito grosso, ele comparava muito a gente com masculino o tempo todo e etc. Então isso incomodava bastante... esse machismo dele, e ele era muito babaca, assim, era daquele de falar assim “ah tipo, mulher tem que ser gostosa mesmo”, essas coisas assim. Então isso era o tipo de coisa que eu não concordava, então eu sempre batia de frente com ele. [...]

A Atleta 6 também abordou questões semelhantes às da Atleta 1:

E as dificuldades psicológicas também da vida assim, de... de ter tido um treinador que não ia com a sua cara e você, “puxa vida” né? To aqui na seleção, a pessoa não quer que eu jogue e tentar... e a pessoa tentar tipo, te provar até o final que... te fazer provar pra ele que você merece ta ali entendeu? E é uma... é uma coisa que é complicada, porque você tem que se... se auto-afirmar o tempo todo, você tem que ficar naquela briga com você mesmo, “será que tudo isso que eu to fazendo vale a pena?”, sabe? Será que esse sonho vale a pena? Porque eu não preciso engolir essas coisas, sabe? Então várias vezes, porque o Rugby tem essa coisa do respeito, tipo, seu treinador, ele ta falando com você, você tem que respeitar, por mais que você não concorde. E isso passa por cima de alguns princípios seus, as vezes você fala “eu não mereço isso, eu podia ta fazendo alguma outra coisa que eu tivesse mais prazer”, mas assim... agora eu não to tendo e essas coisas de enfrentamento, de dificuldades, assim, de pô, da pessoa te fazer desistir do seu sonho, sabe? É muito complicado. Mas eu passei por isso, mas já passou esse momento da vida, assim (ATLETA 6, 2017)

A fala das atletas nos permite discutir sobre alguns pontos principais. Um deles está relacionado à decisão do técnico sobre as atletas que poderiam participar de jogos e campeonatos. A Atleta 1 relatou o que muitas atletas vivenciam no ambiente esportivo, em que nem sempre suas qualidades técnicas e táticas são valorizadas no momento da convocação dos técnicos. No caso da Seleção Brasileira de Rugby, como citado pela Atleta 1, independentemente de ser uma boa atleta ou não, o técnico selecionava aquelas jogadoras das quais ele gostava, ou como explicam as atletas: aquelas com as quais ele “ia com a cara”. Quando este não se identificava com as atletas, como o caso da Atleta 6, ele dificultava sua permanência, fazendo-as provar a todo custo que eram capazes e competentes para estarem ali.

O segundo ponto sobre o técnico da equipe está relacionado com comparações entre a equipe masculina e a equipe de mulheres do Brasil, considerado como machismo pela Atleta 1. Alguns autores e autoras abordam em seus textos que essa comparação é uma forma de desvalorização da performance das mulheres e que suas habilidades estão aquém da dos homens, e isto se torna o ponto de partida para a comparação (DEVIDE, 2005; KNIJNIK, SOUZA, 2004; WRIGHT; CLARKE, 1999). Este problema muitas vezes surge como desmotivação para as atletas que, além de se questionarem sobre sua participação no esporte, pensaram em desistir de um grande sonho, o sonho Olímpico, como apresentado pela Atleta 6. Isso vai ao encontro do que Brandão e Casal (2003) investigaram sobre a percepção de competência física, ponderando que em mulheres atletas, esta é menos positiva do que a dos homens e que, as influências sociais também podem contribuir para um sentimento de desvalorização dessas atletas.

Com relação ao machismo apresentado pela atleta 1, diante das definições apresentadas na seção 3.2, entendido como o pensamento de que homens são superiores às mulheres, podemos enquadrá-lo dentro de uma das definições de preconceito apresentada por Allport (1954, p. 12 – tradução nossa), considerado como “um padrão de hostilidade nas relações interpessoais, que é dirigido contra um grupo, ou contra seus membros individuais, cumprindo uma função irracional específica para seu portador”, mantidos mesmo após informações que provem o contrário. O machismo pode se encaixar dentro dos três componentes do preconceito, a saber, estereótipo, sentimento negativo e discriminação.

Esta questão envolve valores e princípios pessoais e da própria modalidade. Como o Rugby é um esporte que sempre prezou pelo respeito a todos, o que inclui equipe técnica e

dirigente, as atletas tinham dificuldades em enfrentar e discordar destas pessoas. Muitas vezes não concordavam mas acabavam aceitando por respeitá-los pela autoridade representada por eles, passando por cima de seus valores pessoais. Entretanto, percebemos também que há uma relação de poder entre treinador/atletas, em que o treinador detém poder sobre as atletas, fazendo com que sua palavra seja dada como verdade a ser respeitada. Isso vai ao encontro das informações apresentadas por Foucault (2008) de que, nos mais variados ambientes sociais, as relações de poder são marcadas pela disciplina, sendo esta uma forma de dominação.

É possível verificar também a objetificação do corpo da mulher quando a Atleta se manifestou sobre a fala do técnico “mulher tem que ser gostosa mesmo”. Neste caso, o corpo da mulher passa a existir para o olhar do outro como algo atraente, limitando-o como um objeto de desejo.

Ainda sobre as questões relativas ao corpo, uma atleta (3) citou como dificuldade as cobranças do técnico sobre seu corpo. A atleta comentou que seu corpo, assim como o de outras atletas, não era aceito como o corpo de uma atleta e que por esse motivo ela deveria emagrecer. Em um determinado momento, a atleta citou que mesmo aquelas atletas que ela considerava com um corpo atlético muitas vezes também eram cobradas:

[...] de ter que perder peso logo, umas coisas tudo rápido pra conseguir um sonho que talvez... de todo atleta que é participar de uma olimpíada... E foi o mais difícil. [...] Porque eu sempre fui... eu não tenho um corpo de atleta né? Tanquinho e tudo mais, e lá meio que foi bastante cobrado. Eu tinha que fechar a boca e tinha dias assim que eu ficava com raiva e eu comia ovo cozido no café da manhã, almoço e janta [fala com risos]. Era minha comida pra eu tentar, tipo, eu perdia peso, mas eu ficava fraca, eu me lesionava mais rápido. Então foi bem difícil (ATLETA 3, 2017).

Verificamos no relato da Atleta 3 que as atletas da Seleção Brasileira de Rugby eram cobradas para que tivessem um corpo magro, sendo que muitas vezes a performance ficava comprometida. A atleta enfraquecia, tinha dificuldade em treinar e, por esses motivos, se lesionava. Essa cobrança gerou um “estado de insegurança corporal” (BOURDIEU, 2002, p. 75), em que a própria atleta passou a acreditar que seu corpo era não adequado para ser uma atleta, se alimentando de forma não adequada, visando o emagrecimento. O que percebemos também é que houve uma tentativa de controlar o corpo das atletas de maneira a mantê-las dentro de um padrão social considerado como um corpo atlético, e isto se tornou muitas vezes mais relevante do que sua capacidade física e suas habilidades, como o caso da Atleta 3.

Uma das atletas também apresentou dificuldades referente ao preconceito. A Atleta 10 afirmou que quando ela começou na modalidade, em 1996, o preconceito era ainda mais aparente e as pessoas, tanto da comunidade do Rugby quanto fora dela, não compreendiam a participação das mulheres no Rugby:

Foi principalmente no início que tinha um preconceito muito, muito [fala com ênfase].... Hoje em dia as pessoas falam “ah, tem preconceito de mulher jogando Rugby!” Num... vocês não tem noção do que era o preconceito de verdade... né? Quando eu comecei a jogar além de não ter muito, quase nenhum time feminino... todo mundo julgava muito a gente, tipo “por que vocês estão fazendo isso? Vocês estão atrapalhando o esporte...” enfim tinham um preconceito até realmente muito, negativo, não era nem preconceito de “ai nossa! Sério que mulher joga Rugby?”. Era do tipo: “Cara, pra que que tá jogando Rugby?” (ATLETA 10, 2017).

A mesma atleta ainda evidenciou que tradicionalmente, no Brasil, o Rugby era um esporte considerado de homem, assim como, por exemplo no Uruguai e Argentina, mas que atualmente os grandes resultados do Brasil nessa modalidade vêm da categoria feminina, destacando, assim, a evolução das mulheres.

[...] uma coisa mais engraçada é que você vê, hoje em dia, no Brasil, o nível feminino e o nível masculino, e você vê quem é que tá dando mais resultado ou não, né? Então, poxa, vamos parar para pensar neste preconceito ridículo [...] Não tem nada disso. É só questão de realmente tinha uma tradição de esporte, em vários outros países, não tem essa tradição também, na Argentina e no Uruguai você vai ver, normalmente mulher joga Hockey e homem joga Rugby, então... né? Por um acaso acharam que aqui seria assim, e não, não foi, não vingou, né? Então, eu acho bacana isso, de “ah, o Rugby realmente, feminino tá realmente bem, muito forte” (ATLETA 10)

O excerto acima ratifica o que Allport (1954) destaca sobre as causas sociais do preconceito (quarta categoria) em seu primeiro estrato, a teoria da aprendizagem. Nesta categoria e estrato, é salientada a cultura como importante elemento para a formação de preconceitos e estereótipos. Desta forma, o que pode ser considerado comum em um determinado lugar é considerado incomum em outro. No caso supracitado, a atleta destacou que em alguns lugares a prática do Rugby por mulheres é considerada incomum, sendo o esporte estereotipado como masculino.

Nessa mesma perspectiva, a Atleta 7 (2017) relata sobre a dificuldade inicial de atrair meninas para praticar o Rugby por um possível preconceito de ser um esporte de homens, já que

eles ainda são a maioria de praticantes no Brasil, e o Rugby ser visto como um esporte agressivo. A Atleta 7 fala ainda sobre as formas como explica o contato durante os jogos e sobre as regras aos (possíveis) novos praticantes do Rugby:

Putz, no começo, assim, acho que é a gente conseguir atrair meninas. Naquela época, quando eu fui, né, treinar, eu falo assim, os meninos chamaram a gente porque eles eram em maioria, né? E as vezes você trazer as meninas pra treinarem Rugby, elas... as vezes dá um pouco de um pré-conceito sobre o esporte, né? “ah, é um esporte de muita... é agressivo”... eu falo: não, não é que é agressivo, ele tem contato”, é... “esporte com contato, mas não significa que é liberado ali, né, você sair na porrada todo mundo”. Não é... não é isso. Tem muitas regras, é muito... é até, você demora um tempo pra pegar as regras e tudo. Então, não é assim, né?

A partir da fala das atletas, percebemos que as ações direcionadas a elas, sejam em falas ou pelo receio em praticar o Rugby enquadram-se nas informações apresentadas anteriormente sobre o preconceito do ponto de vista de Allport (1954). No primeiro caso, citado pela Atleta 10, são falas e atitudes em desfavor direcionadas ao grupo minoritário, a saber, quando os homens afirmam que elas estavam “atrapalhando a esporte...”. Além disso, há uma naturalização do estereótipo de que o Rugby é uma atividade masculina e que as mulheres não deveriam praticá-lo. No segundo caso, comentado pela Atleta 6, há uma avaliação errônea sobre a modalidade, um estereótipo de que o Rugby é violento e agressivo e, sendo estas consideradas socialmente como características de um homem, muitas mulheres se sentiam desconfortáveis em praticar esse esporte. Destacamos aqui que a Atleta 6 tenta reduzir esses comentários ao explicar sobre as regras da modalidade. Do ponto de vista de Allport (1954), essa é uma das formas de refrear o preconceito, aumentando os conhecimentos sobre o assunto.

Por fim, o último tópico manifestado na fala de apenas uma atleta foi referente a um obstáculo pessoal: a dificuldade de aceitar opiniões e sugestões de outras pessoas com mais conhecimento. A Atleta 5 afirmou que isso a prejudicou a aprender novas habilidades:

[...] um pouco de, assim, tipo pessoal mesmo, de dificuldade, era que eu era um pouquinho arrogante, eu achava que eu sabia mais que as pessoas. Então no começo eu apanhei muito por causa disso. Hoje eu ainda sou um pouquinho, eu já tô um pouquinho melhor [risos], acho já apanhei bastante, já dei uma melhorada. Mas isso acho que era uma coisa que no começo, tipo sei lá, as pessoas vinham falar comigo, eu: “ah, tá bom, eu sei, eu sei”. E tipo hoje eu vejo que isso era muita babaquice minha. Do tipo, escuta o que a pessoa ta te falando

porque ela sabe, não é porque ela tá vindo de fora. Então isso foi uma grande barreira que eu precisei quebrar (ATLETA 5, 2017).

Apesar dos embaraços, grande parte das atletas destacou que, assim como a fala das atletas em outros estudos sobre a trajetória (MONTEIRO, 2016; FERNANDES, 2014), sempre gostaram de praticar o seu esporte e passaram por cima de todas essas dificuldades. A Atleta 6 (2017) exemplifica:

[...] cara... eu acho que eu sempre tive muito... muito prazer de tá jogando, então por mais dificuldade que eu tivesse passando assim, eu sempre tentei levar da melhor maneira possível, tipo, o que não tem remédio, remediado tá. Cara, vamos dar nosso jeito, vamos aí jogar [...]

Sobre a motivação das atletas para continuarem a prática do Rugby, abordaremos com mais ênfase no tópico 5.7.2.

5.5 As Potencialidades da Prática do Rugby

No tópico anterior discutimos os obstáculos e os momentos difíceis da trajetória das atletas no Rugby. Neste segmento, apontaremos as potencialidades, os momentos bons e sobre o que a trajetória no Rugby trouxe de melhor para as atletas. O Quadro 6 apresenta quais foram as potencialidades citadas pelas atletas.

Quadro 6 – Potencialidades

POTENCIALIDADE	ATLETAS
Novos amigos	Atleta 1, Atleta 3, Atleta 6, Atleta 7, Atleta 8, Atleta 9
Viagens	Atleta 3, Atleta 5, Atleta 6, Atleta 7, Atleta 10
Vida de Atleta/Ser Atleta	Atleta 4, Atleta 6, Atleta 8
Evolução	Atleta 5, Atleta 9
Crescimento Pessoal	Atleta 6, Atleta 10
Autoconhecimento	Atleta 2

Elaboração: a autora (2018)

Foram salientados pelas atletas como pontos positivos de suas trajetórias esportivas o fazer amigos, as experiências tidas em viagens, o crescimento como atleta e como pessoa, dentre outros. O ponto mais citado pelas atletas foi conhecer pessoas e fazer amigos na comunidade do Rugby. Esses amigos de clube, de outras equipes, de outros estados e de outros países são considerados como aqueles com quem as atletas podem contar em muitas situações da vida e o que torna o ambiente do Rugby como um lugar agradável e “a melhor coisa do mundo” (Atleta 9, 2017). As atletas 1 e 6 comentaram:

[...] Conheci muita gente, tenho amigos eternos até hoje do Rugby, que moraram comigo, viajaram comigo. Então essas coisas pra mim não tem preço, sabe? Você conhecer, ter essa vivencia [...] (ATLETA 1, 2017).

[...] Acho que pra mim hoje, o principal, que faz muita diferença é a rede de pessoas, assim, que você conhece, rede de amigos, né? Por exemplo, to falando com você, e a gente se conhece através do Rugby e de outras meninas que... meninas que são super minhas amigas, né? Não são... não necessariamente são do meu time, mas são minhas amigas, assim, de vida, que eu conto com elas, é... a gente conversa de várias coisas. Já fui pra casa delas, já vieram pra minha casa, né? Acho que isso é uma troca que você não tem preço. Você não faz ideia das pessoas que você pode encontrar, né? E todo mundo é... ali lutando, também querendo que o Rugby cresça e tal. E isso é muito legal (ATLETA 6, 2017).

A relação entre amigos no esporte também foi apontada nos estudos de Monteiro (2016), Chu *et al* (2003), Moura (2014), Almeida (2008). Como afirmam Chu *et al* (2003), no Rugby há uma atmosfera diferente que nem sempre é encontrada em outros esportes. Esse sentimento forte de amizade vale não só para os colegas de clube, mas também no Rugby como um todo. Mesmo durante campeonatos em que há disputas entre equipes, o ambiente permite que as equipes conversem, se divirtam, dançam e brinquem juntas. O terceiro tempo⁴⁴ também contribui para esse espírito. Além disso, um outro exemplo é o fato de que, quando um/a atleta está em viagem, na maioria das vezes, procura uma equipe neste lugar para que possa treinar, sendo sempre bem recebida/o. De acordo com Almeida (2008) e Moura (2014), há um grande sentimento de família dentro dos clubes e no Rugby, de maneira geral, e que esse era o objetivo dos idealizadores da modalidade, a saber, “um local de lazer para um grupo de amigos que estava interessado em praticar este esporte, e que assim, foram chamando outros amigos, criando espaços [...]” (ALMEIDA, 2008, p. 100).

⁴⁴ Festa de confraternização após os campeonatos em que a equipe da casa prepara o ambiente, comidas e bebidas para as equipes visitantes.

Podemos considerar, ainda, esta rede de relações de amizade criadas no Rugby como o capital social proposto por Bourdieu (2007), definido como uma rede de relacionamentos duradouras e permanentes que um grupo ou indivíduo dispõem e que podem ser institucionalizadas.

O segundo tópico mais abordado, também debatido por Chu *et al* (2003), está relacionado às experiências e às viagens. As atletas salientaram que a participação na Seleção Brasileira e no Rugby possibilitou o conhecimento de diversos lugares no mundo e no Brasil, aos quais nunca imaginariam ir, menos ainda por praticar uma modalidade esportiva:

As viagens que eu fiz pra fora que graças ao Rugby, graças ao projeto do V.O.R. eu consegui viajar pra fora, coisa que eu nunca tinha feito. Tipo, a minha primeira viagem internacional foi pra Nova Zelândia que é tipo, o berço do Rugby. Então pra mim foi umas coisas assim muito legais e me abriu as portas. (ATLETA 3, 2017)

[...] essa parada de poder viajar o mundo, oportunidade de conhecer outras culturas [...] Tipo, tive essa oportunidade de viajar o mundo inteiro praticamente com o Rugby e jogando o Rugby, e pô, me pagando pra isso [risos]. Não posso nem reclamar (ATLETA 6, 2017)

[...] as viagens, assim, eu conheci muitos lugares no mundo que eu nunca imaginei, tipo, Dubai. Eu nunca imaginei ir para Dubai, eu não teria dinheiro para ir para Dubai. Nunca, nunca mesmo! Então, eu achei muito legal! Já fui para Amsterdam jogar a Gira de XV também que era uma coisa que eu nunca imaginei, mas se não fosse a seleção, se não fosse o esporte, acho que eu não iria. E até dentro do Brasil também. Vários lugares que eu já fui no Brasil que eu também não imaginaria ir, não teria a... Talvez não tivesse nem vontade de ir, mas fui e achei o máximo, achei muito bacana. Então isso é bem bacana. (ATLETA 10, 2017)

Vemos que o Rugby permitiu que as atletas tivessem conhecimento de outros países, outras culturas, ou seja, a participação no esporte abriu as portas para que as atletas ampliassem seu capital cultural (BOURDIEU, 2007), que se refere a apropriação de bens culturais e ao conhecimento.

Outro ponto também apresentado pelas atletas como positivo é ter tido a chance de viver como atleta de alto rendimento, ter uma rotina de treinos e de ter o esporte como profissão. Observe as falas das Atleta 4 (2017) e Atleta 6 (2017) que afirmaram que a potencialidade de sua trajetória foi

[...] chegar a ficar com o time né? Morando em São Paulo. [...] Descobri realmente o que é uma vida de atleta de alto rendimento, porque eu nunca tinha passado por isso. A gente começou a ter um policiamento por causa das Olimpíadas, a preparação, tipo, uns 3 anos antes e tudo. Eu acho que pra mim essa foi a... tipo o momento que eu mais evolui assim, bem mesmo, que eu fiquei forte, emagreci... foi cabuloso, foi da hora essa época. Pra mim foi a melhor época assim (ATLETA 4, 2017).

E também como atleta, poder ter a oportunidade de treinar no NAR hoje, que é um Núcleo de Alto Rendimento, ter um treinador neozelandês que é o croc das galáxias, sabe? Um preparador físico italiano que sabe o que ta fazendo, que me força fisicamente até eu chegar no meu limite pra eu poder performar bem. Então, como atleta atingir o que eu consigo atingir hoje por causa deles [...] (ATLETA 6, 2017).

Apesar de também ter sido considerado como uma dificuldade, a rotina das atletas foi considerada também como um aspecto positivo de suas carreiras, como duas faces de uma mesma moeda. As atletas também enfatizaram que por estarem envolvidas com um esporte em preparação para um ciclo olímpico, passaram a ter uma vida mais regrada, de treinos e preparação, além de ter excelentes profissionais acompanhando os treinamentos, e de desfrutarem de excelentes estruturas, possibilitando aprender e evoluir dentro do esporte, desenvolver melhor suas habilidades, crescendo dentro da modalidade e dentro do próprio grupo. O mesmo foi encontrado nas análises de Fernandes (2014), onde as atletas relataram com grande satisfação estar entre as melhores do país e ter o acompanhamento de profissionais qualificados na rotina de treinos. Cabe destacar que a realidade vivenciada pelas atletas da Seleção Brasileira de Rugby não é a mesma realidade dos clubes, que tem dificuldades em conseguir estruturas adequadas, profissionais especializados.

A melhora da performance ficou perceptível pela Atleta 9 (2017), quando afirmou que “meu jogo melhorou muito né, pelo contato que eu tive com as meninas, que era visível assim quando eu jogava com o [Clube W] de volta depois num treino, de um campeonato da seleção [...]”, e também a Atleta 5 (2017):

Eu acho que foi essa... essa ascensão assim, de eu passar da seletiva, na primeira seletiva que eu fiz e ta ali entre as melhores jogadoras do... do Brasil. E ai eu fui pra Kazan, quando eu fui pra jogar lá... tipo, eu tive uma boa evolução também de que eu comecei no banco, já consegui entrar, já joguei quase todos os jogos [...]

Todas essas situações vividas em torno dos torneios e treinos da Seleção, também permitiram que as atletas se conhecessem melhor no esporte e como pessoa, como apresentado pela Atleta 2 (2017):

Olha, eu acho que foi o auto conhecimento assim... morando longe, passando por vários desafios assim... e me superando em cada treino. Até porque a gente joga um esporte que é meio... é radical né? Exige muito, tanto mental quanto físico. E eu acho que conhecer meu próprio corpo e minha própria cabeça, foi assim, uma coisa que, sei lá, uma coisa que pra mim é muito válida. Assim, eu me conheço muito como pessoa dentro do Rugby, sabe?

Percebemos que todos os momentos que as atletas vivenciaram no esporte, sejam eles positivos ou negativos, acrescidos aos valores e princípios que o Rugby traz, fizeram com que as atletas se desafiassem, lutassem, aprendessem e crescessem como pessoas também. Elas tiveram a oportunidade de viver do esporte e para o esporte, e isso foi salientado pelas atletas, como afirmou a Atleta 6 (2017):

Mas poder viver disso, pra mim sair do... ai... beleza, eu ganhava bolsa atleta e tal, mas tava na casa dos meus pais e num sei o que. De poder realmente crescer como pessoa. Você virar mulher, e sair de casa, fazer as coisas que eu tenho que fazer jogando Rugby, sem ter que depender de outras coisas, “ah, não! Pô, tenho que trabalhar na loja pra poder jogar”, ou... sabe, eu me sinto muito privilegiada de ter essa oportunidade, de poder ter vivido tudo o que eu vivi, o perrengue da vida, toda a merda... [...]

Assim, é possível constatar que, apesar das lutas, as Atletas acreditam que o Rugby foi uma experiência positiva em suas trajetórias de vida.

5.6 O Momento mais Marcante

Apesar da gama de momentos positivos que foram apresentados pelas atletas durante sua trajetória, alguns momentos tornaram-se especiais. As atletas citaram pelo menos quatro momentos de suas carreiras que se tornaram marcantes, como mostra o Quadro 7 abaixo.

Quadro 7 – Momento mais marcante da Carreira

MOMENTO MARCANTE	ATLETA
Campeonato com Seleção	Atleta 4, Atleta 6, Atleta 7, Atleta 8, Atleta 9
Conquista com Clube	Atleta 1, Atleta 3, Atleta 9
Olimpíada	Atleta 5, Atleta 6, Atleta 7
Convocação	Atleta 2, Atleta 10

Elaboração: a autora (2018)

Foram apresentados como momentos marcantes os campeonatos com a Seleção Brasileira, as conquistas com o clube em que jogam, as convocações para a participação de campeonatos com a Seleção e a participação nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. O estudo de Monteiro (2016) indica resultados semelhantes em que as árbitras de futebol contaram que seus episódios marcantes na carreira foram as convocações importantes e a estreia no futebol profissional. Apesar de o Rugby não ser considerado um esporte profissional, entendemos que o início da carreira das atletas na seleção pode se equiparar à estreia no futebol profissional. Entretanto, todas as atletas citaram experiências positivas como momento significativo, enquanto no trabalho de Monteiro (2016) algumas atletas comentaram experiências negativas, como erros de arbitragem e violência verbal sofrida.

Pensando, então, nos momentos marcantes das atletas e ex-atletas da Seleção Brasileira de Rugby, pelo menos 4 atletas mencionaram como momento significativo um campeonato jogado com a camiseta da Seleção Brasileira de Rugby. Duas dessas disseram ser inesquecível a estreia no esporte de rendimento, ou seja, o primeiro campeonato com/da Seleção Brasileira, o Sul-Americano de 2004, realizado na Venezuela. Neste campeonato, a equipe brasileira sagrou-se campeã pela primeira vez e desde então nunca mais perdeu um jogo oficial em sul-americanos, tornando-se 12 vezes campeãs do torneio. Como diz a Atleta 7, este campeonato foi o início da Seleção Brasileira e de uma nova história no Rugby de mulheres no Brasil e que elas não tinham a noção de que iriam tão longe e com resultados tão expressivos. A atleta 8 comentou:

[...] que foi em 2004, o primeiro Sul-americano. Lá eu descobri o que era realmente o Rugby, eu nunca tinha jogado um torneio... sabe, de final de semana? [...] e lá eu vi o espírito do Rugby tudo. Então, o primeiro... e... ele foi inesquecível né? Então, o Sula de 2004 na Venezuela. (ATLETA 8, 2017)

A Atleta 6 destacou como momento marcante seu primeiro campeonato mundial e também a estreia da Seleção feminina de Rugby em campeonatos mundiais. O campeonato foi

realizado em 2009, em Dubai, e a equipe brasileira conquistou a 10ª colocação de 16 equipes participantes. A Atleta esclareceu:

[...] Assim, eu tive vários momentos muito bacanas, assim, muito marcantes: meu primeiro mundial, que eu era capitã também, [...] que a gente virou [...] jogo na final... [...] pô, nosso primeiro mundial ficar em 10º no mundo, sabe? Ninguém sabia que era, Brasil joga Rugby, tipo, que a gente chegar lá, num mundial que ta a elite do mundo rugbier e mandar um 10º, que [...] “não... nego não sabe nem o que que é o Rugby no Brasil”. (ATLETA 6, 2017)

A outra atleta (4) ressaltou que o momento mais marcante foi o campeonato mundial, conhecido como *Women Sevens World Series (WSWS)*, que nos anos de 2014 e 2015 teve uma de suas etapas realizadas em São Paulo, na Arena Barueri. Neste torneio, os familiares da atleta estavam presentes para torcer por ela e pela equipe:

Meu, o momento que eu mais fiquei feliz foi quando eu marquei... quando eu joguei Barueri. Sem maldade, foi quando eu mais fiquei feliz porque é o torneio da etapa mundial no Brasil, sua família ta toda lá, todo mundo que te vê, tudo o que você passou... tipo te vê bem. Essa foi a vibe mais da hora, que eu consegui marcar um *try* no “*fish*”, ai eu vi assim todo mundo: “eeee” [simula grito] galera vibrando, muito da hora, muito da hora. Foi o momento mais da hora pra mim.

Mesmo com a grande representatividade que é participar de um selecionado nacional e com as oportunidades de participar de eventos de internacionais de grande porte, momentos com os clubes também foram apresentadas como memoráveis, em especial conquistas de campeonatos. As Atletas 3 e 9 comentaram sobre o fato de se tornarem campeãs em torneios nacionais e estaduais, assim como a Atleta 1 (2017) citou o vice-campeonato nacional em 2015:

[...] eu acho que quando a gente foi vice-campeã brasileira com o [Clube Z] e muito legal. [...] Foi no final de 2015, em Florianópolis, que a gente foi vice-campeã brasileira com um time “*Under Dog*”⁴⁵ assim. Que era só reserva do reserva e a gente conseguir jogar muito bem. Eu acho que esse dia foi muito legal.

Outros dois tópicos a respeito do momento mais marcantes para as atletas pesquisadas também emergiram: a participação em Olimpíadas e a convocação para um campeonato com a seleção. Samulski *et al* (2009) e Monteiro (2016) destacam aspectos semelhantes em suas

⁴⁵ Pessoa ou grupo de pessoas consideradas fadadas à derrota; azarões.

pesquisas. Para Samulski *et al* (2009), a convocação para a seleção aparece em primeiro lugar nos aspectos mais relevantes durante a carreira esportiva de atletas adultos de modalidades individuais e a participação em Jogos Olímpicos, juntamente com as questões financeiras, aparecem em terceiro lugar de relevância. Já para Monteiro (2016), as árbitras de futebol no Brasil consideraram apitar nos Jogos Olímpicos e a convocação para arbitrar um Copa do Mundo como o 2º e 3º momentos mais inesquecível de suas carreiras. Ressaltamos aqui que estes momentos podem ter se tornado marcantes pois representam o ápice da performance de um atleta.

A participação nas Olimpíadas para as atletas pesquisadas em nosso estudo também se destacou pois, em 2016, no Rio de Janeiro, o Rugby retornou ao quadro dos Jogos Olímpicos de verão com a modalidade de *Sevens*, sendo que esta foi a primeira vez na história em que as mulheres participaram no Rugby. Este momento tornou-se único, já que as atletas estavam jogando em casa, contando com o apoio de todo o Brasil. A Atleta 7 (2017) remeteu aos Jogos como algo não esperado em sua carreira:

[...] Os Jogos Olímpicos realmente também foi muito marcante, foi uma coisa muito legal que eu nunca imaginava na minha vida, não tinha essa... essa... ideia de virar atleta e virar atleta nesse sentido e virar.. né? Chegar nas Olimpíadas nunca, nunca na minha vida imaginei. Nunca passava isso pela minha cabeça. Quando eu vi, eu tava tão envolvida com o Rugby e eu falei “é isso que eu quero né? Vamo lutar!”.

As atletas também contaram detalhes deste momento, com situações no jogo que o tornaram único. A Atleta 5 (2017) aponta sobre ser a primeira pontuadora da história do Rugby brasileiro em Olimpíadas:

A Olimpíada, né? É... quando a gente tá lá jogando, contra a Inglaterra a gente tava com um jogo muito parelho, tava 0x0, e era tipo finalzinho do primeiro tempo, um penal pra gente na frente do H, e aí tipo todo mundo no banco: “chuta, aos paus, aos paus”. E aí foi o primeiro ponto do Brasil numa Olimpíada, eu fiz chutando aos paus, tipo um penal, 3 pontos. Então pra mim isso é extremamente marcante.

A Atleta 6 (2017) também falou sobre os jogos durante as Olimpíadas, sobre ser a artilheira da seleção brasileira e sobre ter o apoio da família:

[...] mas a Olimpíada foi muito especial. Sabe, cara, eu fui a artilheira da Olimpíada. Então cada *try* que eu fazia eu falava “car***o! Que sonho”. Tipo, muito, muito, muito legal, sabe? Ter minha família lá... Pô, o último *try* que eu fiz, eu levantei, meu irmão: “Boooooa, [Atleta 6]!”, sabe? Minha família tava lá, tipo, em casa. Sou a única da seleção do Rio, tipo, muito, muito especial assim. Não tem... é uma parada que não tem... não tem pra onde correr, vai ficar marcado.

Cabe destacar que nessa oportunidade, ao conquistarem o nono lugar na competição, as meninas garantiram, pela primeira vez, uma vaga como equipe fixa no Circuito Mundial (*WSWS*). A seleção já havia participado do Circuito quatro vezes, mas como equipe convidada.

Duas atletas também citaram como momento marcante a convocação para a participação em um campeonato com a Seleção Brasileira. A primeira delas, a Atleta 10 (2017), proferiu sobre a convocação para o Mundial em 2009, em Dubai:

Foi quando o meu nome realmente saiu, que meu nome foi o último a ser dito [...] na lista pra ir para o mundial. Eu imaginei que “Poutz!”, nessa hora eu falei “Cara, beleza, meu nome não saiu até agora! Acho que eu não vou, não vou de jeito nenhum! Beleza, o esforço foi em vão” [...] Mas quando saiu meu nome realmente para mim foi muito especial.

Já a Atleta 2 (2017) abordou a convocação para as Olimpíadas do Rio da seguinte maneira:

O que mais me marcou, acho que foi o dia que saiu a lista das jogadoras olímpicas. [...] É, na verdade foi um trabalho, assim, constante né? De tipo, como seria lidar nesse dia se você não fosse convocada. E aí, tava tipo, todo mundo muito tenso assim, mas eu tinha claro na minha cabeça de que eu tinha feito o trabalho que eu tinha que fazer, e se fosse pra ir eu iria... E, foi muito rápido assim a sensação, na verdade. Porque a gente tava no auditório, sentada e aí ele lançou a primeira foto que foi da capitã, a Paulinha, e a segunda chamada já fui eu. Então eu não tive muito tempo pra sentir nada. Do tipo “caralho, já foram 10 e só faltam 2 e eu ainda não fui chamada”. Então eu falei “caramba, já tá... não tenho mais o que sentir”, sabe, já to ali?

Percebemos, a partir das falas, que houve também uma preocupação por parte das atletas em relação à convocação. As atletas buscaram se preparar emocionalmente para o momento da convocação no sentido de que poderiam não ser convocadas, apesar de toda a dedicação nos treinos. Além disso, a participação na Seleção Brasileira se destacou entre os momentos marcantes da trajetória esportiva dessas atletas, já que três dos quatro tópicos apresentados nesta seção são referentes à Seleção.

5.7 *Side Step*⁴⁶: driblando desmotivações

5.7.1 Desmotivações

As atletas foram questionadas se em algum momento se sentiram desmotivadas ou se pensaram em desistir da prática do Rugby. Oito das 10 atletas afirmaram já terem passado por uma situação de desmotivação e 3 atletas declararam inicialmente não terem se sentido desmotivada e que não pensaram em desistir.

O Quadro 8 apresenta os motivos pelos quais as atletas se sentiram desestimuladas com o Rugby.

Quadro 8 – Desmotivação

MOTIVO	ATLETA
Desmotivação de forma geral	Atleta 10, Atleta 8
Técnico	Atleta 1, Atleta 5, Atleta 6
Estudos/Horários	Atleta 7, Atleta 9
Doença	Atleta 4
Excesso de atividades do Rugby	Atleta 3

Elaboração: a autora (2018)

Duas atletas reportam terem se desmotivado e pensado em desistir durante sua trajetória de maneira geral, sem comentar especificamente sobre um fato ou situação. A Atleta 10 comentou sobre os altos e baixos no Rugby e sobre se questionar quanto a parar de jogar e arbitrar jogos:

[...] Mas sim, já tive muitos altíssimos e muitos baixíssimos do tipo: “Cara, eu vou parar agora!”, tanto na arbitragem quanto no jogo, mas ultimamente pra mim tem sido muito forte, assim, ah de “poutz, será que eu devo parar? Não devo? Posso ajudar ainda mais ou não?” [...] (ATLETA 10, 2017)

Um dos pontos fortemente sinalizados pelas atletas como desmotivador, sendo uma das razões para pensarem em desistir da carreira no Rugby foi relativo aos problemas com o técnico da equipe. Sobre isso, uma delas comentou sobre a escalação de um torneio específico em que não foi convocada, quando estava no auge de sua performance, se dedicando muito para conquistar uma vaga. Todavia, a equipe técnica inscreveu uma atleta lesionada:

⁴⁶ Ato de enganar o adversário com os pés, simulando uma mudança de direção; driblar com o corpo.

Teve. Na verdade, acho que foi um torneio que foi para mim crucial assim na seleção, que foi a hora que eu literalmente “larguei os bets” e falei “eu vou continuar enquanto der”, que eu não vou esperar mais nada. Teve um torneio que ia ser em Dublin, [...] e eu passei 4 meses treinando que nem uma condenada, assim. Eu fazia treino extra todo dia, eu me empenhei, tipo muito muito, muito. E na escalação do torneio a gente sempre fazia um *camp* [...] E no final de semana a gente jogava um torneio interno [...] e que teoricamente era ali que o técnico fazia a escalação. Isso era o que era passado para gente. Nesse torneio, nesse jogo, tudo que o técnico queria que a gente fizesse de excelência eu fiz assim, com muita excelência. [...] Eu joguei pra caralho, fiz tudo que o quê o cara queria. Tudo, tudo. E na hora da escalação, ele não me escalou e escalou uma menina lesionada. [...] Foi quando eu descobri que realmente não importava o que a gente fosse fazer, não importasse o quão bem eu jogaria o cara não ia com a minha cara e ele não ia me escalar. E foi ele, para mim, foi um divisor de águas assim, foi a maior decepção não ter ido pra Dublin, que eu falei “cara, quer saber? vou só treinar, vou dar meu melhor, vou curtir o caminho e se não der não deu e se der deu”, sabe (Atleta 1, 2017).

A atleta 5 (2017) confirmou ter se desmotivado com as atitudes do técnico perante às atletas, no sentido de que suas ações de jogo não eram consideradas boas, sendo repreendidas a todo momento:

[...] um pouco antes, tipo, início de 2016, não só eu, mas grande parte do time, a gente tava meio desmotivada assim na seleção, porque parecia que a gente não fazia nada certo. A gente treinava, treinava e a gente só tomava esporro⁴⁷, e a gente... nunca tava bom, a gente nunca recebia nenhum elogio. [...] Eu fui pra casa no natal e falei pra minha mãe: “não quero mais! Eu vou parar, vou voltar, vou voltar pra casa”. [...] falei: “ah, vou... deu pra mim, vou voltar num sei o que. Vou mandar um e-mail pra ele falando que não da mais”, e ai tipo, eu conversei isso com mais algumas meninas, tavam todo mundo meio assim. Então a gente se reuniu na verdade, ao invés de cada uma tentar desistir. [...] e tentou resolver isso. Então a gente conseguiu... um grupo unido, a gente conseguiu resolver nosso problema [...]

Apesar de apenas as 3 atletas terem comentado sobre o descontentamento com o técnico, outras atletas também afirmaram se sentirem desmotivadas e terem pensado em desistir no mesmo período em que estes problemas aconteceram, a saber, no início do ano Olímpico, como a Atleta 8 (2017), pontua: “o ano da olimpíada eu pensei pela primeira vez em parar. Isso foi muito chocante pra mim porque eu até chorei, tudo, porque eu nunca tinha pensado de verdade que eu queria parar”.

⁴⁷ Bronca, repreensão.

A figura do técnico constitui-se, assim, como relevante para o desejo das atletas de desistir da modalidade. Relembramos, aqui, o que foi apresentado no tópico 5.3, a saber, que as atitudes dos técnicos podem influenciar positiva e negativamente a experiência das atletas, sendo fator importante para motivar ou desmotivar as mesmas. No trabalho apresentado por Brandão *et al.* (2000), o relacionamento com a equipe técnica apareceu como o 4º principal motivo pelos quais as atletas deixam a carreira esportiva prematuramente. No caso das Yaras, este técnico quase comprometeu significativamente a experiência e carreira das atletas no Rugby.

Outro motivo pelo qual as atletas pensaram em não prosseguir treinando e praticando o Rugby está relacionado com a dificuldade em conciliar treinos com horários de estudos e outras atividades. As atletas precisavam se dedicar à faculdade, ao trabalho e à suas atividades pessoais, mas também aos treinos de Rugby. Fernandes (2014) encontrou resultados semelhantes em seu trabalho quanto as dificuldades das atletas. Todavia, a autora relata que em alguns casos, por algumas lutas estarem vinculadas a universidades, algumas atletas conseguiam se manter estudando.

Como o Rugby ainda é um esporte amador no Brasil, são pouquíssimas as pessoas que conseguem viver do Rugby, sendo necessário priorizar as suas carreiras profissionais, estudos, etc. A tardia profissionalização do Rugby em nível mundial, que teve início em 1995, tem sido uma das dificuldades do Rugby no Brasil, que começou seu processo de maior desenvolvimento a partir da década de 2000. Para Gonçalves e Vaz (2015), o fato de o esporte ainda ser amador no país, como forma de tentar manter os valores pregados, tem sido uma espécie de resistência para o crescimento da modalidade no Brasil. Com isso, a maior parte dos treinos é realizada no período noturno, período esse que está fora do horário comercial para que mais atletas possam participar. Ao mesmo tempo em que facilita a entrada e a participação de algumas pessoas, dificulta quando há pessoas que estudam no período noturno, como o caso da Atleta 7 (2017):

Ai, eu tive um pouco [de dificuldade] quando eu tive que estudar e ai eu tava trabalhando e estudando a noite. E ai eu tive que deixar o [Clube X] um pouco de lado, né? Não consegui porque não dava pra conciliar os horários. [...] Acho que foi um momento meio difícil.

Somado a esses fatores, a Atleta 9 (2017) argumentou que também se desestimulou porque as atletas do clube não compareciam aos treinos e por esse motivo, decidiu dedicar-se a arbitragem e ser atleta em outra modalidade esportiva:

Então, na verdade, em 2014 eu parei de jogar né, eu deixei de ser atleta pra ir pra arbitragem por causa dos meus horários e do clube eu tava meio desanimada, assim, as meninas quase não iam treinar, ficou meio turbulento assim os negócios... aí eu tava muito cansada e resolvi parar. Eu treinava jiu-jitsu junto na época e resolvi dar prioridade pra um esporte só, questão de treino né? Ai larguei.

É muito comum em equipes de Rugby que os clubes tenham seus altos e baixos quanto ao número de atletas frequentando os treinos. Além dos estudos e trabalho como razões para o deixar de treinar, o baixo número de campeonatos e a distância entre os jogos, que podem levar meses, como no caso do Rugby de mulheres, desestimulam a continuação de muitas atletas em treinos, já que a maioria delas se interessam em competir. Podemos citar também o estresse físico de uma temporada de jogos como, por exemplo, em alguns campeonatos de homens em que há jogos quase todos os finais de semana, e nos campeonatos de *Sevens*, de homens ou mulheres, em que os/as atletas chegam a jogar de 5 a 6 jogos em um mesmo dia ou final de semana. Além disso, as viagens, muitas vezes de longas distâncias, e as lesões também são aspectos importantes para a redução de atletas nos treinos.

As lesões foram um dos principais motivos, se não o principal, apresentados na obra de Monteiro (2016) para a desistência da carreira no esporte. Em nosso estudo, uma das atletas (4) comentou sobre se desmotivar e se afastar dos treinos devido ao tratamento de uma enfermidade e que esse foi o momento mais difícil de sua carreira:

Então, pra mim a parte mais difícil foi quando eu terminei a quimioterapia e eu fui liberada pra... voltar mesmo a ativa. Nossa, eu tava muito gorda, inchada, tipo, careca... tipo, perdendo o paladar por causa da quimio, várias coisas. Eu tava voltando. Pra mim foi a época mais difícil mesmo voltar depois do meu tratamento (ATLETA 4, 2017).

Outro ponto que merece destaque é que, ao mesmo tempo que algumas atletas apresentaram a vida de atleta como ponto positivo da trajetória, uma atleta afirmou que o excesso de atividades que envolviam o Rugby e a pressão exercida sobre ela para treinar e para render em treinos e campeonatos, tornaram-se as razões para desmotivá-las:

[...] nesse momento que eu fui pra São Paulo que eu fiquei em depressão mesmo. Eu tava de saco cheio de Rugby, eu não queria mais ver Rugby. A gente treinava a semana inteira, tipo... praticamente o dia todo... chegava o final de semana eu tava exausta. Aí eu ficava pensando “putz, eu quero sair. Só que daí se eu sair eu vou cansar pra segunda feira tipo, ter que correr. Não vou conseguir”. Nossa, minha cabeça ta tipo exausta (ATLETA 3, 2017).

As rotinas pesadas de treinamentos são comuns em todos os esportes com características de rendimento. De acordo com as atletas, as sessões de treino com a seleção eram diárias, de segunda à sexta, no período das 07h30 da manhã até as 17 horas e com torneios no final de semana. Isto caracteriza uma rotina intensa de treinos. Nos finais de semana a Atleta 3, que já estava cansada dos treinos semanais, passou a perder a vontade de sair para evitar o cansaço e não conseguir se mantêm 100% nos treinos da semana seguinte.

Ademais, das Yaras entrevistadas, pelo menos 3, As atletas 2, 5 e 8, afirmaram que inicialmente não se sentiram desmotivadas com a prática do Rugby. As atletas alegaram que não se desanimaram pelo fato de a vida de atleta ser um sonho que sempre tiveram, e por ser uma escolha do estilo de vida, como mostram as falas a seguir:

[...] eu sempre tive ali porque eu quis, assim. Então como foi uma escolha minha eu não tinha... a motivação era minha mesmo, sabe? Eu não tinha... não era alguém ou... que alguém fizesse eu estar ali. Então, acho que dentro de mim nunca faltou motivação. Essa auto motivação, e esse auto reconhecimento da atleta que eu sou [...] (ATLETA 2, 2017)

[...] eu sempre quis muito isso, então eu queria tanto que eu não via as dificuldades, eu passava por cima e queria treinar. Canso muito em todo treino físico, ainda morro até hoje ainda achando que eu tinha um bom físico, mentira... tu sempre vai morrer em todos os treinos. Então essa que é a principal dificuldade. As vezes a gente até brinca assim: “p**a, vou desistir”, mas daí a gente pensa: “ah, não vou trabalhar o dia inteiro num escritório não... vou continuar aqui, fazendo físico.” (ATLETA 5, 2017)

Podemos entender essa posição das atletas em se manterem motivadas como o estilo de vida proposto por Bourdieu e Saint-Martin (1976). Para os autores, a vivência das pessoas, a maneira como vivem e a postura perante a vida são geradas a partir do *habitus*, isto é, a partir de construções sociais, de um sistema de disposições interiorizados pelos indivíduos. Assim, o querer treinar, o superar as dificuldades e o se manterem motivadas são as formas de levar a vida das atletas por estarem envolvidas e se relacionarem com demais atletas de Rugby.

5.7.2 Motivações

Mesmo com os muitos motivos que fizeram as atletas pensarem em desistir da carreira no Rugby, elas resistiram e permaneceram. Como mostra o Quadro 9, os motivos pelos quais as

Yaras se motivaram a continuar jogando são o sentimento de equipe e o carinho que tem pelos/as colegas, pelo aprendizado e pelos possíveis desafios, dentre outros. Motivações similares foram encontradas por Chu *et al* (2003), que apresentam o prazer de jogar, os aspectos sociais, o sentimento de equipe e os desafios como importantes para a continuidade da prática pelas *Black Ferns*.

Quadro 9 – Motivação

MOTIVAÇÃO	ATLETA
Equipe	Atleta 1, Atleta 3, Atleta 7, Atleta 9
Retribuição de aprendizado	Atleta 7, Atleta 10
Objetivo/Olimpíada	Atleta 5, Atleta 8
Desafios/Se tornar melhor	Atleta 2
Cumprimento de Contrato (Profissão)	Atleta 8
Paixão por ser atleta/Rugby	Atleta 4, Atleta 5, Atleta 10

Elaboração: a autora (2018)

O Quadro 9 acima mostra que as motivações mais citadas pelas atletas foram a equipe, as atletas e as/os amigas/os e o ambiente do Rugby. O sentimento de “amizade, família, apoio” (ATLETA 4, 2017) e o companheirismo entre as atletas e o clube foram o que as manteve na prática da modalidade, como salientado na fala das Atleta 7 (2017) e Atleta 3 (2017), respectivamente: “Olha, o que me motiva acho que são as meninas. Tanto no grupo do [Clube X] quanto na seleção [...]”; “O meu time... que eu vinha aqui né? esvaziar um pouco a cabeça, via elas treinando ai eu falava “ah, é por isso que eu jogo Rugby”. E ver o jeito que elas jogavam... felizes [...]”.

A Atleta 9 (2017) salientou que esse sentimento não está restrito ao clube ou a um grupo específico, mas ao universo do Rugby e às pessoas que nele estão:

Putz, é o meio do Rugby mesmo. São as pessoas. É o quanto a gente conhece as pessoas, a diversão que é um fim de semana num campeonato. Por mais tenso que seja um campeonato, por mais que os times queiram vencer, o ambiente é muito legal e estar aqui e fazer parte da história do Rugby é muito legal.

Correia e Netto (2012) afirmam que o clima social tem uma influência importante e direta, tanto na performance atlética quanto no desejo individual. Paim (2001) reforça que as amizades também são fatores importantes para a motivação de atletas em seus esportes. Assim, verificamos

que o ambiente acolhedor e o clima de amizade e companheirismo foram influenciadores importante para a permanência das atletas no Rugby.

Este sentimento de pertencimento à uma família do Rugby e o entusiasmo em participar desse ambiente está relacionado a um de seus valores: a paixão (RUGBY READY, 2017). Segundo Cid e Louro (2010, p. 101), a paixão pode ser considerada como “a energia que sustenta o empenho e a persistência do atleta numa determinada modalidade (sendo esta energia a base de sua motivação)”. O sentimento de paixão expressos pelas atletas de Rugby se refere à paixão harmoniosa, que está ligada à prática de uma modalidade pelo gosto, desejo e por livre vontade. Essa paixão pelo esporte pôde ser expressa nos sonhos da modalidade, no entusiasmo em defender a camisa brasileira, como o caso de algumas atletas que entendem isso como fator motivacional para se manterem na prática do Rugby. As atletas comentaram sobre o objetivo de serem atletas olímpicas e fazerem bons jogos na estreia do Rugby de mulheres nos Jogos do Rio. As Atletas 8 e 5 explicam:

[...] eu nunca deixei ninguém me colocar pra baixo e sempre consegui... eu sempre traçava o objetivo, ai quanto tu tens um foco é mais fácil de tu continuar (ATLETA 8, 2017)

[...] o primeiro ponto que eu acho que era muito importante que era a Olimpíada. O querer se tornar um atleta olímpico. E... que nem eu falei, a gente até pensa assim as vezes: “p**a, vou parar”... “vou trabalhar”, “vou ser uma pessoa normal”. A gente pensa: “p**a, não conseguiria nunca na vida ficar um dia inteiro trancada dentro de um escritório”, ou só sair pra almoçar e voltar. É tipo... não, a gente tem o melhor emprego do mundo. Então, acho que essa é a maior motivação de que por mais que as vezes pode parecer difícil ainda é muito melhor do que fazer qualquer outra coisa. (ATLETA 5, 2017)

Ter uma meta, buscar conquistar um objetivo e gostar da modalidade são as alavancas que movem a vida das atletas. Fernandes (2014) corrobora que estas são umas das maiores e mais evidentes motivações na carreira de um/uma jogador/a. Além do mais, como vemos, o amor pelo Rugby transpareceu na fala da Atleta 5 ao dizer que amava treinar e não gostaria de ser ou fazer outra coisa como profissão. As Atletas 4 (2017) e Atleta 10 (2017) também justificaram sua paixão como principal motivação, sendo que a primeira comenta sobre porque voltou a treinar e a superar qualquer obstáculo encontrado pela frente:

[...] E isso foi o que me motivou a tipo, querer voltar, tipo provar pra eu mesma que tipo, isso não era nenhum obstáculo, tipo, perder o útero, fazer quimioterapia. [...] E eu me esforcei muito pra voltar e to aqui, tipo, eu quis provar pra eu mesma que isso não ia acabar com a minha vida no Rugby. [...] Como eu amo o esporte, como eu amo o Rugby, essa foi minha maior motivação: provar pra eu mesma. E isso não ia me atrapalhar em nada.

O amor pelo esporte também foi destacado pela a Atleta 10 (2017), que afirmou não conseguir se desvincular das atividades do Rugby. Cabe ressaltar que a Atleta 10 atualmente atua como árbitra. Ela comentou que:

[...] o que me motiva mais é o que realmente, não é nem o que motiva ou não. Eu não consigo largar o esporte, assim. A gente tenta, a gente vai ficando mais velha, vai pensando: “Ai não, chega uma hora que deu!” Não consegue. Você não consegue largar. Se deixar de jogar, vai começar a apitar, vai começar a dar treino, vai sei lá... virar menina da água, que se dane, mas você está sempre ali no cor..., no meio, sabe? Tá com corpo presente. Eu preciso tá ali! O que me motiva mais mesmo é não conseguir largar o esporte. Eu to tentando mudar faz muito tempo de esporte eu não consigo! Não adianta! [risos].

Foram citados pelo menos mais três motivos que encorajaram as atletas a continuar a prática do Rugby. A Atleta 2 (2017) relatou o desejo de se desafiar no Rugby e buscar ser uma atleta melhor:

É, esse desafio continuo da vida, né? [...] De “você pode, você é capaz de ser melhor do que você foi ontem” e continuar acreditando de que tem muitas coisas a serem melhoradas, sabe? Você não vai chegar no momento da perfeição, mas em pequenas coisas diárias assim você vai se tornando uma pessoa melhor...

Os desafios da vida e do esporte também foram destacados como motivação para as atletas de lutas de Monteiro (2014) e pelas atletas de Rugby de Chu *et al* (2003). Superar medos e limites, se colocar a prova, se conhecer como atleta, ter a convicção de que é capaz de realizar essa atividade e de praticar o Rugby que é uma modalidade que exige tanto de um/a atleta.

O segundo motivo, apresentado pela Atleta 8 (2017), está relacionado ao fato de a atleta considerar a prática do Rugby como uma profissão, com salários e contrato assinado. Desta forma, a atleta entendeu que deveria cumprir suas funções em treinos e se dedicar, assim como faria/deveria fazer se fosse qualquer outro trabalho:

[...] E era na verdade, nos últimos três anos tinha sido uma profissão pra mim, né? Porque eu tinha fechado contrato, tudo, pra treinar lá com a seleção. Então, querendo ou não eu sempre fui muito profissional. Se era minha profissão eu tinha que continuar porque eu tinha um contrato pra continuar.

Por fim, uma das Yaras afirmou que sua maior motivação estava relacionada a retribuir às pessoas, às novas atletas de clube e seleção tudo o que aprendeu durante a carreira no Rugby. A Atleta 7 (2017) se expressou da seguinte maneira sobre isso:

[...] E o Rugby, eu tenho como um sentimento, assim, uma coisa que eu tenho de tentar devolver alguma coisa que o Rugby me deu assim. Então, seja ajudando, sabe, num treino, seja ajudando num evento... eu tenha essa... eu sinto como uma responsabilidade, algo que eu gosto de fazer, de retribuir. Porque eu acho que é o mínimo que eu posso fazer porque o Rugby me trouxe muita coisa, então, eu quero de alguma forma devolver pro Rugby.

Esse sentimento de retribuição se dá não só pelas regras e habilidades técnicas e táticas do jogo de Rugby, mas também pelos aspectos dos valores que a modalidade propõe. Esta experiência positiva da Atleta 7 como jogadora transmitidas a outras pessoas podem contribuir para a entrada e permanência de novas e outras atletas.

5.8 “Masculino, violento e perigoso”: o Preconceito de Gênero no Rugby

Diante da literatura a respeito da participação das mulheres no Rugby e da hipótese de nosso trabalho de que as atletas poderiam sofrer com o preconceito de gênero durante sua trajetória no esporte, questionamos as atletas se já haviam vivenciado alguma situação de preconceito por praticar o Rugby. As atletas mencionaram pelo menos nove situações dessas, como apresenta o quadro abaixo.

Quadro 10 – Preconceito

PRECONCEITO	ATLETA
Esporte Masculino/ Não é esporte para mulher	Atleta 1, Atleta 3, Atleta 5, Atleta 6, Atleta 7, Atleta 10
Questões sobre o corpo	Atleta 2, Atleta 3
Violência/Perigo	Atleta 2, Atleta 5
Subestimação da capacidade das mulheres	Atleta 5, Atleta 7
Questões sobre a sexualidade	Atleta 6, Atleta 7
Tentativa de Feminização	Atleta 1
O fato de ser mulher	Atleta 3
Desconsideração do Rugby como esporte	Atleta 8
Falta de Reconhecimento	Atleta 4

Elaboração: a autora (2018)

Foram citadas como situações de preconceito de gênero vivenciadas pelas atletas comentários a respeito das ações de seus jogos, sobre a participação das mulheres no Rugby e também sobre o fato de serem mulheres e praticarem uma modalidade esportiva dita violenta. Em estudos similares, a saber, de Moura (2014), Joncheray e Tlili (2013), Wright e Clake (1999) e Howe (1999), foram encontrados resultados que destacam os mesmos aspectos mencionados pelas atletas: ser um esporte masculino e masculinizador, violento e perigoso, no qual suas habilidades, corpos e sexualidade são colocadas à prova.

Em nosso trabalho, a forma de preconceito que foi apresentada mais vezes pelas atletas está relacionada à fala das pessoas quanto ao Rugby ser considerado um esporte masculino e não apropriado para mulheres. A Atleta 7 reportou o que segue e confirmou as associações comuns do Rugby com a masculinidade no âmbito esportivo:

Olha, eu lembro no começo alguns... algumas pessoas, acho que até por falta de informação, questionam porque que a gente escolhe esse esporte, “ah, mas isso não é esporte pra mulher”, né? Já associam que o esporte é bruto, que mulher não pode jogar um esporte com mais contato, fazem essas associações, que pra gente que já tá lá dentro não faz sentido nenhum. Você fala: “Por que que a pessoa pensa isso, né?” (ATLETA 7, 2017).

As associações do Rugby com a masculinidade são comuns no âmbito esportivo. O esporte, de maneira geral, foi criado por e para homens a fim de ressaltar os aspectos considerados masculinos, reforçando os papéis sociais (DUNNING; MAGUIRE, 2010). Esta

relação se estreita quando falamos de esporte de/com contato, como, por exemplo, o Rugby e as lutas, em que autores e autoras como Wright e Clarke (1999), Joncheray e Tlili (2013), Fernandes (2014) e Moura (2017) identificam resultados semelhantes ao abordado pela atleta A7.

Ainda neste contexto, a Atleta 1 alegou que:

Toda vez que ia ter entrevista, era umas coisas que depois, com tempo, a gente reclamando com a Confederação, parou um pouco, por orientação da Confederação. Mas cara ia entrevistar a gente, a primeira pergunta era: “Como é jogar um esporte masculino?” Dai cê fala: “cara, desculpa. Ninguém obriga você a ter um pinto para jogar Rugby”, sabe? Não é um material necessário, não está escrito isso em lugar nenhum. E toda hora era isso (ATLETA 1, 2017).

A partir de sua fala, percebemos que os comentários relacionados ao fato de o Rugby ser considerado um esporte de homens vêm tanto da comunidade de fora do Rugby, e como das equipes de reportagem e pessoas que conhecem a modalidade, a saber, atletas homens das equipes. Para a Atleta 1, essas pessoas fazem associações de um esporte de contato, com brutalidade e que, por esse motivo, as mulheres não deveriam praticá-los, questionando-as quando o fazem. Ela também mencionou uma certa intervenção da Confederação de Rugby para que os entrevistadores evitassem perguntas do tipo “Como é jogar um esporte masculino?”, a qual indica um estereótipo, caracterizando, assim, um preconceito sobre o Rugby.

Como vimos nas discussões acerca da história do Rugby, a modalidade foi criada por homens, sendo um espaço em que provavam sua masculinidade, já que a presença das mulheres neste meio era proibida. A prática do Rugby era uma maneira de se mostrarem homens de verdade, já que exigia força, virilidade, e acentuado nível de contato físico durante o jogo. Desta forma, a criação do Rugby, seu processo histórico e as ações do jogo contribuíram para que a naturalização de um estereótipo e assim, para que, ao longo dos anos até os dias de hoje, as pessoas acreditem que o Rugby é exclusivamente de homens e que as mulheres não devem se envolver neste campo.

As atletas justificaram esses comentários de que o Rugby é um esporte de homens principalmente pela falta de informação por parte do público sobre o Rugby, sobre as regras e ações do jogo, assim como nos trabalhos de Moura (2017) e Joncheray e Tlili (2013). Destacamos que esta é uma percepção das atletas e que não, necessariamente, comprova a ausência de informação como o principal elemento para o preconceito. Isto pode ser percebido no

relato da Atleta 6, que apresenta esse olhar preconceituoso por parte dos próprios jogadores de Rugby:

É... era realmente um jogo mais feio, assim, a gente tava aprendendo junto, mas vários times tentando junto a aprender a jogar um esporte novo no país... não era uma coisa né? “Uau! Jogam muito Rugby!”, né? Era uma coisa meio esquisita, assim, no início. Não era esquisita, mas os homens tinham... já jogavam há muito mais tempo, então eles tinham muito mais noção e a gente começando não consegue ter muita noção e tal. Os caras “pô, vocês tão fazendo isso”, é... “pô..” sempre teve uma coisa tipo “pô, isso não é esporte pra mulher, cara!”, “ficar se batendo aí”. [...] Rolou uma insistência, tipo, vários times começaram, acabaram, começaram, acabaram porque não tem treinador, quem quer dá treino pra mulher? “C*****o...” tipo, só os cara querer pegar, aí sempre teve essa parada, tipo, ah, o treinador vem, “pega geral” do time e vaza, tipo umas coisas assim (ATLETA 6, 2017).

Observe que para a Atleta 6, as jogadoras que tentavam jogar na fase inicial do Rugby de mulheres no Brasil não foram poupadas de críticas pelos atletas. O fato de apresentarem uma forma de jogo elementar levou os jogadores e treinadores a pensarem que o Rugby não era um esporte para elas. Ao retomarmos as explicações de Allport (1954) e Jones (1972), podemos, então, reconhecer a fala dos atletas homens em direção às atletas mulheres como preconceituosas, uma vez que aqueles, mesmo expostos ao conhecimento da modalidade, não reverterem sua atitude negativa.

Neste sentido, a Atleta 8 (2017) tentou romper com esta imagem de o Rugby ser um esporte de homens:

[...] quando ele começou na mídia a gente já era campeã sul-americana. Então pra mim, o Rugby o Brasil é um esporte feminino porque as primeiras notícias foram das meninas ganhando. Então, não é que nem numa Inglaterra ou numa Argentina que ou... que nem o futebol no Brasil que “ai é um esporte de homem”. Não, é um esporte de meninas pra mim. Os meninos que tem que correr atrás da gente. [...]

A Atleta salientou que por as mulheres terem resultados mais expressivos que os homens no Brasil, diferentemente de outros países, o esporte é considerado por elas como um esporte de mulheres. Entretanto, mesmo com as grandes conquistas, o Rugby de mulheres no Brasil ainda não tem o reconhecimento devido. A Atleta 4 (2017) afirmou que isso é uma forma de preconceito:

Eu acho que falta um pouco de reconhecimento... às vezes as pessoas podem falar que não, “ah, que o adulto é o adulto, os caras é os caras”, mas... eu acho que as meninas levam muito mais o nome do que os caras e não é reconhecido igual os caras. Não tem a mesma prioridade que os caras... é bem complicado isso aí velho, porque só tipo, só quem tá ali sabe que... qual que é mesmo, sabe assim? É muito preconceito, acho que é muito preconceito. Os caras são muito machista nesta parte.

A falta de reconhecimento por parte das instituições que coordenam o esporte também foi apontada pelas árbitras do estudo de Monteiro (2016) como uma situação desconfortável e uma das dificuldades no/do esporte para mulheres. Estes segmentos, a saber, os resultados expressivos e o reconhecimento, serão melhor desenvolvidos na seção 5.11.

O resultado de os homens praticarem a modalidade há mais tempo, em grande parte dos clubes, é que eles se tornam os responsáveis técnicos da categoria feminina. Isso foi apresentado pela Atleta 6 (2017) como uma dificuldade, já que esse preconceito quanto ao Rugby de mulheres tem feito com que os homens nem sempre se interessam em dar treino para elas ou quando isso acontece, muitas vezes se dá com o intuito de se relacionar com as atletas. Esta ausência de interesses resulta no afastamento dos homens da função de técnicos e pode ser considerada uma forma de discriminação, já que esta é considerada como uma conduta com base na diferenciação de pessoas. Apesar disso, essa falta de interesses em algumas equipes no Brasil tem contribuído para que atletas mulheres com mais experiência e vivência no Rugby se tornem treinadoras, se desdobrando nas duas qualidades, atleta e treinadora, aumentando, assim, a quantidade de mulheres nesses cargos.

Retomando a questão do estereótipo do Rugby ser um esporte considerado masculino, são apresentados pelas atletas outros estereótipos também relacionados à modalidade, por exemplo, o fato de ele ser um esporte de ações violentas e perigosas e que, por isso, se tornaria estranho ver mulheres o praticando. Algumas pessoas as questionaram sobre praticar o Rugby, sobre os riscos de lesões, como mostram as falas das Atleta 3 (2017) e Atleta 2 (2017), respectivamente, em que expõem comentários direcionados a elas: “[...] é a galera tipo ‘nossa, tu joga isso?’, ‘mas tu não te machuca?’, ‘não é muito perigoso?’, ‘não é violento?’; ‘você é menina e joga um esporte tão violento’. [...] É óbvio que tem muitas pessoas que discriminam, né? De tipo ‘nossa, você é uma menina! Que que você joga esse esporte tão violento?’”.

Por esses motivos, e muitas vezes pela falta de conhecimento de suas regras, o Rugby não é considerado um esporte pelas pessoas, ou seja, o preconceito está direcionado à modalidade. Esse é o ponto destacado pela Atleta 8 (2017):

[...] Mas na verdade, o único preconceito que eu já sofri foi por jogar Rugby. Porque quando eu comecei, o Rugby não era esporte no Brasil. Então não importava o que você era homem ou mulher, ele não era esporte. Então quando eu falava o que que é, “ai, joga com cavalo?”, “ai, é num sei o que”, “ai, é futebol americano”.

A Atleta afirmou que, independentemente de ser homem ou mulher, a comunidade externa ao Rugby identifica a modalidade como perigosa e violenta devido aos confrontos corporais, sendo que nem sempre é considerado um esporte. Moura (2014) identificou que grande parte das atletas de Rugby de uma cidade no Paraná compartilham da ideia de que os homens praticantes da modalidade também podem sofrer com o estereótipo aplicado a ela. Isso vai ao encontro do que foi apresentado por Bourdieu (1983), em que o leigo enxerga no jogo apenas violência e confusão.

O corpo das atletas também foi vítima de preconceito: ou porque era grande demais e fortes quando aparentam diferentes do esperado, como os comentários ouvidos pela Atleta 3 (2017): “nossa, mas as mulheres são enormes”, “oh o teu braço”; ou porque são pequenas demais, como fala a Atleta 2 (2017) sobre o que escuta: “ah, você é tão pequena e joga Rugby”.

As falas das atletas corroboram o que foi abordado em capítulos anteriores sobre o corpo das atletas, em que há uma supervalorização de suas características, sendo constantemente vigiado no intuito de serem avaliadas quanto aos padrões corporais, principalmente porque para os/as atletas o corpo é usado como ferramenta de trabalho e está a todo tempo em exposição. Diante do público, as atletas devem ter um corpo “atraente”, magro e sem músculos. Sobre o corpo das mulheres no Rugby, Dunning e Maguire (2010, p. 94) afirmam que o Rugby é um esporte que envolve força, velocidade, agressividade e poder, sendo assim, as atletas “[...] se tornam obviamente mais fortes e entram em direta contradição com as noções dominantes de ‘feminilidade’, ideais estes que ainda predominam profundamente tanto entre homens mas também entre as próprias mulheres”. O excerto mostra que por necessitarem se preparar para um jogo, as atletas se tornam fortes, o que não é considerado uma característica feminina. Almeida (2008) também assevera que isto torna o Rugby um esporte considerado masculino e masculinizante.

Ainda, segundo a fala das atletas, percebemos que quando as atletas não se enquadram no estereótipo criado, isto é, que as Rugbiers são grandes, brutas e fortes, elas são questionadas quanto à sua capacidade de jogo, como o caso da Atleta 2, que é interrogada sobre ser pequena e jogar Rugby.

Um outro aspecto é que, como a Atleta 1 (2017) afirmou, há uma tentativa de feminização das atletas em manchetes de reportagens e também por parte da Confederação Brasileira, no sentido de reafirmar que são mulheres mas praticam um esporte de contato como o Rugby:

[...] Ah, mas... aí toda... toda manchete era “As belas feras do Rugby”, “Lindas mas jogam Rugby”, ah, “Elas fazem a unha mas são... fazem contato”, entendeu? Esse tipo de coisa, que putz, parece legal, é uma manchete bonita, mas é um p**a dum machismo. [...] porque se você for masculina e jogar Rugby, é o esperado. Agora você fazer a unha e jogar Rugby... “Oh, ela faz a unha e sabe tacklear”, entendeu? Tanto que as carinhas da seleção, se você reparar hoje, são sempre as meninas mais femininas [...] as meninas mais *ladies*, é o que eles tentam mostrar. É o que a Confederação oferece... pra dar e pra quebrar essa imagem, assim...

Como falamos anteriormente, há uma dicotomia no que tange ao corpo da mulher no Rugby: por um lado são consideradas masculinas pela prática do esporte e pelos seus corpos desenvolvidos; por outro, há uma tentativa de quebrar esse estereótipo de masculinidade das atletas, já que isso é o esperado delas, como afirmou a Atleta 1. Assim, são destacados nas reportagens elementos considerados como femininos, como o pintar as unhas, o ser delicada e bonita, sendo as atletas que se enquadram nesse perfil as que são “disponibilizadas” para participar de entrevistas. Isso pode ser corroborado por Simões, Cortez e Conceição (2004) e Goellner (2003), que afirmam que a sociedade tem a tendência a aceitar com mais facilidade mulheres atletas com características femininas, um corpo padronizado, cabelo arrumados, unhas pintadas, mas também as atitudes e comportamentos delicados.

Ainda associado à ideia de o Rugby ser tratado como um esporte masculino e masculinizante, de acordo com a fala das atletas sobre preconceito, elas são muitas vezes questionadas sobre sua sexualidade, já que as pessoas associam a modalidade como um esporte que não é praticado por “mulheres de verdade”, “pô, esporte de sapatão” (ATLETA 6, 2017), e que as atletas que o praticam são todas lésbicas:

[...] você ouve, assim né, as vezes não vem direto mas assim “ah...” questionando que a menina é lésbica [fala com cautela], ela joga Rugby, mas

isso se ela é lésbica, não é lésbica e daí? Tipo, ela tá praticando esporte e danese, né? Ela escolheu esse esporte, ela pode ficar aqui porque ela tem o time dela e o grupo todo aceita. Então, as vezes você ouve uma... que pra mim as vezes é uma brincadeira mas é uma brincadeira que você fala “meu, isso é desnecessário”, né? Não tem... não tem necessidade, assim. “ah, mas tinha e também parece homem” num sei o que... umas coisas assim que eu ouço que eu falo... “nossa, ela tem tanta competência quanto qualquer outra menina jogando”, sabe? (ATLETA 7, 2017)

Pelo excerto da Atleta 7, é possível corroborar o que Knijnik (2003) e Goellner (2003) afirmam, ou seja, que as atletas são julgadas também pela sua sexualidade e atributos físicos. Isso acontece quando as mulheres adentram em um esporte considerado masculino, isto é, aqueles que possuem contato físico, que exigem fisicamente de um/uma atleta ou quando seus corpos transgridem as normas sociais de feminilidade. Assim, podem ser avaliadas como masculinizadas ou como homossexuais. São os casos apresentados pela atleta supracitada. Ela comentou que as pessoas questionam se uma atleta é lésbica por praticar o Rugby, ou por terem características físicas consideradas como de um corpo masculino. A Atleta 7 esclareceu que a competência de uma atleta não está relacionada à sua orientação sexual. Além disso, também afirmou que o clube e a equipe dão suporte e aceitam as mulheres independente de sexualidade, de aparência, e que todas são bem-vindas.

Em se tratando de competência, duas atletas consideraram como preconceito o questionamento quanto à capacidade das mulheres de praticarem o Rugby. As Atletas 5 (2017) e 6 (2017) ponderam que as pessoas ficam surpresas e se impressionam quando estas dizem jogar Rugby, mas também subestimam a habilidade das atletas:

[...] Essas coisas e as vezes de questionar mesmo, né, da nossa capacidade, né? “ah, mas, né, não consegue... esse adversário num sei o que lá”, né? Um pouco disso. Eu acho que de subestimar um pouco as vezes, né, o nosso potencial (ATLETA 7, 2017).

Questões relacionadas à competência também puderam ser observadas nas falas da Atleta 3 (2017):

[...] mas meu time já escutou do próprio time masculino é... “porque que a gente tem time feminino?”, sabe? “mulher não sabe jogar Rugby” e essas coisas. Já ouvi mulheres árbitras sendo xingadas porque... são mulheres e “não sabem jogar Rugby, não sabem as regras”, então é pesado assim [...]

Pontos relativos à capacidade atlética de uma mulher no Rugby também estão relacionados às características do jogo. As pessoas consideram que por serem mulheres, elas não seriam capazes de serem boas atletas, habilidosas e de terem um bom tackle, um bom passe, sendo assim, consideradas inferiores aos homens. Assim como entende Bourdieu (2002), em que as profissões realizadas por homens são consideradas como qualificadas e as realizadas por mulheres, como desqualificadas e sem reconhecimento, percebemos que a afirmação pode estender-se ao campo esportivo.

Notamos, também, que muitas vezes pessoas imersas na esfera do Rugby concordam com essas afirmações de que mulheres não sabem jogar Rugby ou não são capazes de gerir e comandar um jogo como árbitras, insultando-as e ofendendo-as. Esses dados podem ser confrontados com os trabalhos de Moura (2014), Fallon (2010) e Carle e Nauright (1999) que realçam que mesmo colegas homens de clube e demais pessoas envolvidas neste esporte duvidam da capacidade das atletas de jogar o Rugby com a mesma qualidade que os homens.

Por fim, assim como nos estudos de Moura (2014) e Chu *et al* (2003), destacamos ainda que grande parte das atletas não se incomoda com as situações de preconceito. Sobre isso, as Atletas 2 e 8 afirmam que não se incomodam e não sofrem preconceito por terem um posicionamento diante desse tipo de comentários. A fala das atletas pode ser representada pelos dizeres da Atleta 8 (2017):

[...] E na verdade outra coisa importante é eu nunca sofri preconceito porque eu nunca me deixei sofrer um preconceito, sabe? Porque eu sempre me portei, não é me portei de comportamento, mas sabe? [...] Mas um posicionamento de tipo, “eu jogo Rugby e é isso aí”, não tem ninguém... eu não tenho o porque sofrer um preconceito. Eu acho que isso é muito importante. Quando alguém me pergunta do esporte eu já sei a resposta, eu já sei... eu tenho conhecimento do esporte também. Tem gente que não sabe nem a história do Rugby, como é que tu vai sustentar tudo o teu... a tua fala?

Percebemos, aqui também, que a atleta foi em sentido contrário ao processo de naturalização das ideias de dominantes pontuadas a ela. Não há a aceitação das falas preconceituosas. Ela sustenta suas falas a partir de seu conhecimento e vivência da modalidade.

A Atleta 4 (2017) também alegou não sofrer preconceito: “Ah, meu... ao contrário assim, eu falo pra galera que eu jogo Rugby e todo mundo fica: ‘nossa, não vou mexer com ela não’, tipo, agora preconceito ‘nossa, essa menina joga Rugby’ tipo, ‘só bate na galera’ essas coisas,

não...”. Apesar da fala da atleta, verificamos que sua assertiva diz respeito ao estereótipo. Estereótipos são considerados como crenças generalizadas de características e/ou comportamentos de um determinado grupo usados para justificar a aceitação ou rejeição do mesmo. Ao comentarem “não vou mexer com ela não”, estas pessoas estão caracterizando as jogadoras de Rugby como atletas brutas, verificando, assim, um preconceito.

5.9 Aprendendo a tacklear: o empoderamento por meio do Rugby

Segundo Bradshaw (2002), Cornwall (2013) e Theberge (1987), o empoderamento é um processo pelo qual as pessoas adquirem poder em suas vidas, ou seja, é o reconhecimento do seu poder “de dentro” e a sua capacidade para realização de coisas de seu próprio interesse, podendo acometer corpo e identidade. No caso do esporte, acontece quando as atletas passam a ter autonomia para suas decisões e a se sentirem confiantes consigo mesmas, resistindo às pressões. Desta forma, as atletas se sentem capazes de superar quaisquer desafios. Levando em conta o que foi exposto acima, questionamos as atletas da seleção feminina de Rugby do Brasil se elas se sentiam empoderadas por praticar esta modalidade. O Quadro 11 apresenta de quais formas o Rugby as ajudou a reconhecer o seu próprio poder.

Quadro 11 - Empoderamento

EMPODERAMENTO	ATLETA	ATLETA
SIM	Se expor/opinar/ enfrentar	Atleta 6, Atleta 7
	Superar limites	Atleta 8, Atleta 10, Atleta 4
	Relacionar com situações cotidianas	Atleta 2, Atleta 9
	Aceitar o corpo	Atleta 5
	Ter atitude em situações de jogo	Atleta 1
NÃO		Atleta 3

Elaboração: a autora (2018)

Foram apresentados como formas de empoderamento das atletas situações como: acreditar mais em si, aceitar e reagir com confiança, superar desafios, dentre outros. Essas circunstâncias são comuns às apresentadas por Chu *et al* (2003). Pelo menos 3 atletas afirmaram se sentir

empoderadas porque o Rugby faz com que passem a acreditar mais em suas habilidades e a se sentir capaz de realizar as atividades, a aceitar suas características e a usá-las com potencialidade.

A Atleta 5 (2017) explicita em sua fala:

Antes eu me achava tipo... eu era gordinha, bem gordinha. Então, eu jogava futebol, eu não era a melhor jogadora mas eu também não era a pior jogadora. Mas sempre tinha aquela tipo “ah, gordinha!” e num sei o que, “dá uma balança...”, “vou correr dessa gordinha” e tal. Isso no Rugby foi tipo a coisa que mais me motivou, porque o que era a minha deficiência se tornou uma fortaleza, na verdade. Porque “pô, a gordinha que corre... perfeito! Tá ótimo!” e num sei o que [fala animada], as pessoas falavam tipo... Isso que pesou muito pra eu realmente querer ficar no Rugby.

As questões relacionadas ao corpo são muito abordadas nos textos que discutem o empoderamento. O esporte é capaz de melhorar a autoestima das mulheres e seu bem-estar físico, além de fornecer um espaço para que as atletas e praticantes de atividade física explorem seus aspectos corporais de forma a experimentarem a capacidade e o poder de seus corpos (THEBERGE, 1987). Em outras palavras, o esporte as leva a sentir que tem um corpo capaz de realizar e responder a desafios (BRADSHAW, 2002). Esse aspecto do empoderamento ficou claro na fala da Atleta 5. Para ela, o Rugby é um esporte democrático, que aceita pessoas com os mais variados tipos físicos, e isso fez com que a atleta passasse a, em primeiro lugar, aceitar seu corpo, e em segundo lugar, a aceitar seu corpo capaz de praticar um esporte e ter um bom desempenho na modalidade.

Ainda no sentido de se sentir capaz, a Atleta 1 (2017) ponderou sobre como é importante reconhecer sua competência de fazer algo positivo pela equipe e de ter auxiliado as demais atletas em algum momento do jogo, como um tackle, um passe:

[...] Mas quando você faz uma coisa incrível, você faz um passe, faz um baita *try*, cê fala assim “Eu sei que eu tive participação”, “Eu sei que fui eu que peguei”, “eu sei que fui eu que tackeei”, “eu sei que...” Isso, você sendo parte de um todo é muito legal. Isso... com certeza faz diferença.

Bradshaw (2002) e Theberge (1987) destacam esta perspectiva do empoderamento no sentido de as atletas aumentarem a confiança e se orgulharem de suas realizações físicas e de terem desenvolvido todos os elementos para alcançarem o melhor como atleta ou como ser humano. Para a Atleta 1, o fato de ter uma participação efetiva em uma jogada ou em uma defesa

durante o jogo fez com que ela reconhecesse o seu valor como atleta e suas habilidades para contribuir com a equipe, passando a confiar mais em si mesma.

Segundo as Atletas 8 e 10, essa confiança expressa em empoderamento não é somente proporcionada pelo Rugby, mas pelo esporte em si, pois ele promove essa confiança e possibilita a superação de seus limites. Além disso, outras pessoas as inspiraram a se sentirem capazes, como revelou a Atleta 8 (2017):

Sim, na verdade, não só o Rugby, o esporte em si, né? O atletismo eu comecei com 9 anos e, ah, tu supera teus limites no esporte. Então com certeza tu fica mais alto confiante, tu... tu aprende que tu é capaz de fazer as coisas no esporte. Não importa se é o Rugby ou qualquer esporte. E eu também vim de uma casa que minha mãe era uma mulher que se superava, então eu já tinha dentro de casa, sabendo que a mulher pode tudo e que ela mesmo sozinha, mesmo separada, mesmo sozinha ela podia tudo. Eu não precisei só do esporte.

Como vemos, o primeiro tópico citado pela atleta refere-se a um dos aspectos mais abordados quando se trata de empoderamento, que é o saber ser capaz de praticar um esporte, e ir além do que acha que pode para conquistar um objetivo, aumentando assim a confiança em si mesma. O segundo ponto abordado na fala da atleta, sobre ser influenciada pela mãe a se empoderar, também é ressaltado nos trabalhos de Bradshaw (2002) e Cornwall (2013), em que as entrevistadas afirmaram que uma mulher empoderada é aquela, que além de ter poder sobre sua própria vida, é capaz de influenciar outras mulheres e exercer seu poder juntamente com elas.

As atletas deste trabalho ainda comentaram sobre como o Rugby as ajudou a enfrentar problemas, como foi dito pelas atletas 6 (2017) e 7 (2017), respectivamente:

[...] Acho que o Rugby [...] que é um esporte que tem essa coisa agressiva, que você ta muito, tipo, ainda mais o *Sevens*, que você ta muito exposto, tipo, que você tem que chegar ali, você ta num campo, cara... o XV você ainda consegue se esconder um pouco, vamos dizer assim, né? Você ta ali, você pode se esconder atrás do *ruck*⁴⁸, não aparecer muito no jogo... no *Sevens* cara, você ta ali, com a cara no sol mana. Então, você tem que se sentir mulher e fazer as coisas que você tem que fazer. Você tem que... ah, não dá pra você meio que derrubar, ou você derruba ou você derruba, entendeu? É uma parada que te empodera porque você fala: “mermão, tu tem que bota a cara”, tem que ser [...]

⁴⁸ Formação espontânea que acompanha um lance de contato com o objetivo de proteger a posse de bola. Após receber um tackle e ir ao solo, o atleta é obrigado a soltar a bola, seguindo-se um *ruck*, no qual os atletas das duas equipes disputam a posse da bola, que está no chão

Acho que o Rugby me deixou um pouco mais... é tipo, corajosa pra enfrentar as coisas, assim né? As vezes não ficar tão hesitante de... “não, pega e vai lá”, né? Eu já sou mais de querer fazer as coisas, não ficar esperando muito, de ter mais atitude. Acho que isso me... me... acho que me fez crescer nisso, né, voce ter mais atitude, ter mais voz, de você colocar e falar “não, eu penso diferente”, não ter vergonha de falar que voce pensa diferente. Que as vezes a gente fica querendo agradar todo mundo e as vezes a gente não vai agradar todo mundo, né? Então isso acho que me fez enfrentar dessa forma sem toda hora ficar pensando “ai, mas não vai agradar tal pessoa”. Acho que a gente encarar isso, ter uma... uma resistência tanto mental quanto física também. Isso me ajuda bastante.

Percebemos que as características do Rugby, tais como, o enfrentamento de um adversário e não fugir do contato físico, as ajudaram a expor suas opiniões sem medo e a ter mais atitude frente aos desafios. Em sentido semelhante, para a Atleta 2 (2017) e Atleta 9 (2017), o Rugby as ajudou em outras áreas da sua vida, como no campo profissional, já que as ações de jogo são refletidas nas suas decisões da vida:

Ah, com certeza. Se sentir capaz né? [...] Tudo eu trago do Rugby assim. Eu falo “cara, eu preciso decidir uma coisa e acreditar naquilo e botar toda a minha energia que aquilo vai dar certo”. Acho que isso assim, desse empoderamento mesmo, de confiar e acreditar de que isso funcionasse. De como você entra em campo e se você não acredita as coisas não dão certo. Ai quando você acredita e dá certo, você fala “é, eu precisava ter acreditado” (ATLETA 2, 2017)

Por fim, apenas uma das atletas, a atleta 3, afirma não se sentir empoderada por praticar o Rugby ao afirmar que não sente diferenças sobre o empoderamento por praticar uma modalidade esportiva ou não.

5.10 O apito final: encerrando a carreira

Após anos de dedicação ao Rugby, algumas atletas também explanaram sobre o processo de transição de carreira, do ser atleta para uma nova categoria profissional. Segundo Brandão *et al* (2000), este é um processo inevitável na carreira esportiva que pode causar desconfortos como ansiedade, medo e estresse, além de outros ajustes nas esferas financeira, ocupacional e social, tornando este um dos momentos mais difíceis na vida de um atleta.

A respeito deste processo, as Atletas 6 e 7 ressaltaram que amaram tudo o que viveram com o Rugby, realizaram sonhos mas que sabem que está chegando o momento de parar de jogar e o que acontecer daqui para a frente já seria além do esperado. A Atleta 6 (2017) comentou que:

Hoje eu tenho uma sensação de dever cumprido, assim, tipo “cara, realizei meu sonho”. Tô amarradona assim, se vier outra olimpíada, beleza, mas assim, eu já também tô meio... um pouquinho mais... experiente... Então meu objetivo é jogar o mundial do ano que vem e vamo ver. Se tiver tudo certo, jogar um Pan-americano... mas assim, eu não tenho pretensão de jogar uma Olimpíada mas assim, pra mim essa trajetória até aqui já me deixa muito feliz e eu hoje fico... eu tenho muito prazer de tá treinando, de tá com meu time.

Como vemos, uma das razões apresentada pela atleta para a aposentadoria é o fator idade. Agresta, Brandão e Neto (2008) apresentam a idade como o principal fator para o término da carreira esportiva. Outros fatores que podem desencadear a aposentadoria são os novos interesses, fadiga psicológica, dificuldades com a equipe técnica, resultados pouco expressivos, lesões e problemas de saúde e a não convocação para eventos (BRANDÃO *et al*, 2000; AGRESTA; BRANDÃO; NETO, 2008).

Assim como afirmam Agresta, Brandão e Neto (2008), e apresentado também pelas atletas, uma das grandes dificuldades deste processo de transição de carreira é a ausência de suporte por parte de dirigentes e instituições esportivas. As atletas pesquisadas abriram mão de estudos, de uma carreira profissional fora do universo do Rugby e agora precisam se reinserir no mercado de trabalho. As atletas destacaram que não há um trabalho de transição e uma preparação para o desligamento das atividades. A Atleta 7 (2017) explicou tal situação:

E talvez um momento agora que ta um pouco dificil pra mim, mas eu também to tentando me adaptar, que é essa transição. Depois de muito me dedicar pro Rugby, acabei deixando muitas coisas também da minha vida profissional de lado, então não sei, eu começo a pensar como eu vou entrar o mercado de trabalho de novo e ainda não tem esse trabalho de transição do atleta de alto rendimento pra uma vida normal. Você... você não é mais atleta. Então, ta chegando esse momento e eu ainda tô... um pouco tentando me localizar onde que eu vou me encaixar depois desse tempo.

Pensando na chegada desse momento, a Atleta 6 (2017) afirmou que, mesmo antes do ciclo Olímpico, começou a se preparar, dedicando parte de seu tempo para os estudos:

Agora eu também tô num outro processo que é também mudança de carreira, é “o que que eu vou fazer daqui pra frente?”. Então, tipo, já tô fazendo... comecei a fazer uma pós [graduação] um pouco antes do meu processo Olímpico, tô acabando minha pós agora pra estudar alguma outra coisa.

A conscientização da chegada da aposentadoria e a preparação para este momento, como feito pela Atleta 6, são fatores essenciais para que o processo de transição de carreira tenha um aspecto positivo (BRANDÃO *et al*, 2000).

Outro ponto de destaque para a vida do ex-atleta é a possibilidade de desempenhar uma nova profissão que tenha relação com o esporte. Sua importância se refere ao auxílio no processo de adaptação na transição e na nova carreira. Esse foi um dos aspectos apresentados pelas atletas pesquisadas. Apesar de inicialmente não terem “vontade de ser treinadora da seleção e nem [...] quer[er] trabalhar a performance [...]” (Atleta 6, 2017), elas não negaram que de alguma forma querem ajudar o Rugby de mulheres no Brasil, seja ensinando os valores e repassando conhecimentos ou se envolvendo com a organização e divulgação do esporte de mulheres. Cardoso, Sampaio e Santos (2015) encontraram resultados semelhantes no que diz respeito a manter o envolvimento com a modalidade que praticam. Entretanto, as atletas pesquisadas por elas pretendem ser técnicas, árbitras ou fazer parte da comissão técnica.

Ponderando sobre a possibilidade de se envolver com a modalidade posteriormente, a Atleta 6 (2017) explicou que pretende associá-la a seus estudos:

[...] a matéria que tô fazendo agora é comunicação e integrada de marketing [...] Então, tem muito marketing, comunicação, né? Facebook... que é interessante também, tipo, e voltar a estudar, e voltar pra um mercado, né? E talvez, provavelmente, voltar pro Rugby também, assim, né? Num... eu acredito que existe um mercado ainda principalmente pro feminino, grande, de... de comunicação. Não uma comunicação, uma comentadora feminina no Brasil, não tem... entendeu? Então eu vejo aí um lado também de entretenimento... falei demais mas tipo isso que penso, assim, também. Eu também tô numa transição assim. Eu não quero parar de jogar agora, não é meu objetivo, mas eu sei que né? Eu tô com uns 31 anos [risos] [...] E é um mercado que tá crescendo. [...] eu acho que precisa e eu tô aqui disponível pra isso.

Para a Atleta 8 (2017), diferentemente das outras atletas, o fato de ter a formação em Educação Física a auxiliou no processo de transição da carreira de atleta. Após decidir que não queria mais jogar, o envolvimento com o Rugby como treinadora de uma equipe de mulheres, foi uma das formas de entrar novamente no mercado de trabalho e melhorar seu currículo:

[...] e, na verdade eu tava, querendo ou não, eu fiquei com o meu currículo 3 anos parado por ser atleta e terminou Olimpíada acabou contrato. Eles não ajudaram nem um mês a mais. Então eu falei “Não... é uma forma também de eu melhorar o meu currículo, de eu ver se eu gosto dessa área” [...]

A atleta complementou que foi necessário buscar mais conhecimento para se especializar na área:

[...] E ah, penei bastante no começo e tô aprendendo bastante e não é só... não adianta eu ter toda experiência, porque você ter sido atleta não quer dizer que você vai ser um treinador... eu tô fazendo curso, tô fazendo curso de treinador nível 2 também e tô buscando conhecimento pra melhorar (ATLETA 8, 2017).

Além da carreira como técnica, a Atleta 8 também trabalha e coordena um projeto de Rugby infantil financiado pelo Ministério do Esporte em sua cidade.

Apesar do fator idade ter sido um dos maiores contribuintes para pôr fim à carreira dessas atletas, a Atleta 10 também apresentou outro motivo: a ausência de perspectiva como atleta. Como seu maior sonho era o de representar e defender a camisa do Brasil como atleta e ele foi realizado, não havia mais como crescer no esporte. Então, ela decidiu fechar a carreira atuando no primeiro mundial em que as Yaras participaram, como se pode perceber pelo excerto abaixo:

[...] aí a gente conseguiu fazer... em 2008, o qualificar a gente conseguiu passar e aí falaram que talvez eu tivesse chance de estar também na seleção para jogar. Ai eu falei “poxa, que bom! Vou poder participar e vou conseguir defender o Brasil no mundial”. E quando a gente voltou do mundial, algumas pessoas, né, enfim... que estavam... que pegaram logo em seguida a cabeça do... é... o head coach, falaram que quem tivesse trinta ou mais de trinta na... na época das Olimpíadas, que não poderia mais estar, que eles não iam escalar. E eu nessa época eu já tinha vinte e muitos, quase trinta, aí eu pensei “bom, quando eu tiver nas Olimpíadas eu vou tá com 34 ou 35 e não vai adiantar” [...] (ATLETA 10, 2017)

A Atleta 10 atualmente atua como árbitra nos mais diversos campeonatos no Brasil, sejam eles de mulheres ou de homens.

Percebemos que a transição de carreira das atletas para a aposentadoria tem sido um processo gradual e voluntário, e elas tomaram a decisão de encerrar suas atividades como atleta após o cumprimento de suas metas como atletas. Por este motivo, as atletas podem lidar melhor com esse processo (AGRESTA; BRANDÃO; NETO, 2008; BRANDÃO *et al*, 2000).

5.11 Oportunidades, conquistas e reconhecimento: o Rugby de Mulheres no Brasil

Para concluir a entrevista, as atletas também foram questionadas sobre a participação das mulheres no Rugby no Brasil, bem como sobre os avanços e dificuldades da prática da modalidade. Elencamos 5 tópicos abordados pelas atletas concernentes a estes assuntos, como mostra o Quadro 12 abaixo.

Quadro 12 – Participação das mulheres no Rugby no Brasil

TÓPICOS ABORDADOS	ATLETAS
Evolução e Conquistas	Atleta 1, Atleta 3, Atleta 4, Atleta 5, Atleta 6, Atleta 7, Atleta 8, Atleta 9, Atleta 10
Falta de Oportunidade	Atleta 2, Atleta 3, Atleta 4, Atleta 6, Atleta 9
Problemas com a Confederação	Atleta 1, Atleta 4, Atleta 8, Atleta 9, Atleta 10
Exposição/ Mais voz ativa	Atleta 6, Atleta 7
Falta de Reconhecimento	Atleta 4

Elaboração: a autora (2018)

O ponto mais destacado quanto à participação das mulheres no Rugby no Brasil se refere à constante evolução em jogos e às grandes conquistas das mulheres em campeonato nacionais e internacionais. As atletas comentaram sobre o aumento do acesso às informações e aos jogos do Rugby de mulheres na internet e sobre o aumento do número de etapas no campeonato nacional, o *Super Sevens*, que anteriormente era realizado em apenas um final de semana. Foi mencionado também o aumento do número de clubes com equipes de mulheres, mais mulheres tornando-se árbitras e o fato de os times terem evoluído quanto às habilidades táticas e técnicas. Essas informações são retratadas na fala das Atletas 1 e 5:

[...] As mulheres, elas individualmente, os times em si, tá cada vez melhor assim, eu acho. [...] se você ver São Paulo cara, São Paulo tá tendo que ter duas divisões do estadual. O estadual Paulista tem 16 times no Paulista A, o Paulista B tem mais 8 ou 9 times sabe, então isso é muito legal... femininos assim, tá crescendo muito, tem muito potencial (ATLETA 1, 2017).

Eu acho que cresceu muito desde que eu comecei a jogar, tanto em quantidade quanto em qualidade. Eu acho que melhorou muito e... com os clubes também ajudando e incentivando as gurias mais novas a começarem a jogar, principalmente o Curitiba, o São José que tem uma base, e eu acho que as

meninas tão melhorando, tem muito mais meninas vindo jogar e.... é... tipo mostrando uma boa qualidade de time.... O próprio Super Seves que tu vê, de dois anos há trás, a qualidade, o nível que era pro nível que é hoje. Então eu vejo muito isso, de muitas meninas e mais meninas com um perfil mesmo de jogador, de atleta. (ATLETA 5, 2017)

Percebemos ainda que as atletas citaram o potencial e o futuro do Rugby de mulheres do Brasil, no sentido de que ele ainda tem muito a evoluir. As atletas apontaram os resultados expressivos da Seleção Brasileira Feminina de Rugby nos campeonatos Sul-americanos como prova desse crescimento e destacaram que hoje as mulheres levam o nome do Rugby brasileiro para o mundo:

Meu, eu vejo que as mina mete a cara mesmo e tem mais... eu acho que as mina demonstra mais trabalho que os cara e mesmo assim não é... reconhecido tanto. Eu acho que se não fosse as meninas o... de verdade, se não fosse as mulheres no Rugby, o Brasil não era tão reconhecido do jeito que é, eu acho. Eu acho assim, que tipo, que nem o Sul-Americano que as meninas levam... eu acho que a mulher é o principal ícone no Brasil pro Rugby tá onde tá (ATLETA 4, 2017).

Esses dados são reflexo da dedicação das mulheres no esporte, “De mulheres que acreditaram e lutaram [...] que mal sabiam o que que elas tavam fazendo ali mas elas pagavam [...] pra [que] [...] meninas mais jovens pudessem aproveitar do que a gente tem de estrutura e do esporte hoje” (ATLETA 2, 2017). As jogadoras do Brasil também têm se envolvido mais em organizações de federações e confederações, exposto suas ideias e sugestões e buscado aquilo que querem, como comentaram as Atleta 7 (2017) e Atleta 6 (2017), respectivamente:

[...] Então, pra mim é... um exemplo de não ficar, sabe, com pena, ou só esperando que aconteça mas também tão fazendo, sabe? Então, eu vejo as meninas hoje envolvidas com federações, sendo representantes, tendo mais voz, falando mais... Nosso clube também, a gente tem meninas que representam, assim, mais o feminino lá, que não ficam só lá “ah, então, vai acontecer isso e isso...”, elas falam “não, ta acontecendo isso e a gente não concorda”, sabe? E eles... as pessoas... os caras dão ouvido e falam “não, beleza. Acho que as meninas têm razão”, sabe? Acho que isso, a gente ta tendo um pouco mais voz e postura pra chegar e também é... debater as coisas, não ficar só esperando.

[...] e ai hoje a gente tem a Andressa também na Assembleia junto com o Edis representando dentro da Assembleia da CBRU tipo, como voz ativa, sabe? Levando nossos problemas, levando as paradas tipo, nossas exigências e tendo mais voz dentro da CBRU, né? Que é o que a gente precisa pra conseguir as coisas que a gente quer, e as vezes eles nem sabem o que a gente quer e a gente ta também “ah, muito acomodado”, não falando nada, e agora a gente ta numa posição de tipo, “não, vamo... vamo pedir”,

O caso apontado pelas Yaras é diferente daquele apresentado por Almeida (2008), sobre a entrada das atletas de Rugby do Charrua nos cargos de tomada de decisão, e por Chu *et al* (2003), sobre as atletas neozelandesas. No caso das gaúchas, a inserção não se deu devido às lutas das mulheres por espaço, mas sim ao interesse dos homens em tê-las na organização. Já as *Black Ferns* comentaram que se sentiam desanimadas por não terem poder dentro da instituição responsável pelo Rugby na Nova Zelândia. As Neozelandesas destacaram que poderiam até fazer sugestões, mas a decisão final seria sempre feita por um homem.

Já a respeito da presença das Yaras nesses cargos, existe uma relação com um dos aspectos identificados por Cornwall (2013, p. 8), a saber, a conscientização do poder das mulheres. A autora afirma que “quando as mulheres reconhecem o seu ‘poder de dentro’ e agem junto com outras mulheres para exercitar seu ‘poder com’, elas conquistam o ‘poder para’ atuarem como agentes de mudanças”. Isso significa dizer que o fato de as atletas de Rugby estarem se envolvendo com os organizadores do Rugby brasileiro e reconhecendo que elas também podem ter voz nesse meio as têm tornando agentes de mudança das condições do Rugby de mulheres no Brasil.

Uma das atletas destaca sobre o futuro do Rugby de mulheres no Brasil, em especial a seleção brasileira, asseverando que novas ideias têm sido pensadas para que a participação das mulheres no esporte floresça. A chegada de um novo treinador é apresentada como algo promissor:

[...] Então, eu acho que o Ruben veio com uma proposta de tipo, tá, vamo entender a nossa realidade e vamo se adequar, entender que a CBRu tem as limitações dela também e vamo tentar crescer dentro das nossas limitações juntos e fazer as coisas acontecerem. Eu acho que é... que ta sendo bem positivo isso, assim. E é um cara [...] um cara muito bacana também, entendeu? Tipo, um cara que já trabalhou com mulheres, desenv... começou lá no Waikato que é onde, lá na Nova Zelandia, com um time de mulheres, sabe lidar com mulheres, entendeu? O cara... é outra vibe assim... (ATLETA 6, 2017)

As atletas também destacaram que o treinador pode contribuir muito para o desenvolvimento da categoria feminina e melhorar a atenção dada a ela, já que apesar dos resultados expressivos, o Rugby de mulheres no Brasil ainda não tem o reconhecimento devido, como elucidou a Atleta 4. Este incômodo foi verificado também quando as atletas comentaram sobre a Confederação Brasileira de Rugby, abordando três pontos principais: a falta de

investimento no Rugby de mulheres, maior apoio para o Rugby dos homens e a falta de organização. As Atletas 1 (2017) e 9 (2017) pensam que:

A gente enfrenta o problema da Confederação né? Que apoia só o masculino e acha que mulher não pode jogar Rugby né? Então isso eu acho que dificulta bastante o Rugby feminino. Mas tá... a gente tá lutando né? [...] A Confederação Brasileira de Rugby, isso já foi discutido milhares de vezes, ela foi considerada a maior empresa privada, que é uma empresa né? A receber o maior número de fins não lucrativos e lucrativos de patrocínio e etc... Tanto que ganhou o prêmio gestão financeira né? [...] E com essa grana toda os caras não conseguem botar um centavo no feminino. E é bizarro, as meninas que são as que tinham melhor classificação na Olimpíadas, as meninas que tinham toda a visibilidade olímpica, porque os caras ficaram literalmente em último nas olimpíadas, elas traziam muito mais verba mas não viam essa verba de volta. [...] Então assim, não dá pra dizer que “é isso”, “não é isso”. Os caras têm tudo. As meninas se matam para conseguir grana pra uma viagem, né? (ATLETA 1, 2017).

Então, pensando a nível de CBRu, confederação mesmo, eu não sei como funciona o incentivo do esporte feminino, mas... claramente o masculino tem muito mais incentivo, principalmente o XV. Nem o *Sevens* do masculino tem tanto incentivo quanto o XV e o feminino vai ficando meio que de lado. Eu falo pela arbitragem mesmo, que a gente não tem muita... muito recurso pra esses campeonatos [...] Então, falta um pouco de recurso nesse sentido e investimento pra... pros campeonatos femininos assim [...] (ATLETA 2, 2017).

Como é possível verificar, as atletas perceberam que a prioridade por parte da Confederação Brasileira de Rugby são os homens, e que mesmo dentro deste grupo, há a prioridade do Rugby XV, deixando como secundário o Rugby de Sete de homens e em terceiro lugar, a categoria feminina. As atletas citaram que apesar de as mulheres obterem melhores resultados e darem um retorno maior à CBRu, e de a CBRu ser premiada pela sua organização financeira, as mulheres possuem poucos recursos e pouco investimento.

Sobre a fala das atletas, podemos ponderar sobre algumas informações relevantes. Em primeiro lugar, como mostra o texto de Morais e Silva *et al* (2015), desde a criação da CBRu, a Lei de incentivo ao Esporte (LIE) federal tem sido a principal fonte de financiamento do Rugby no Brasil. No período de 2010 a 2011, os projetos desenvolvidos com os recursos provenientes da LIE eram todos destinados à categoria masculina: Super 10⁴⁹, Base da Seleção Brasileira de Rugby⁵⁰ e Seleção Permanente de Rugby Masculino. Foi somente em 2012 que começou-se a

⁴⁹ Campeonato da Primeira Divisão de Rugby XV de homens. A partir de 2018: Super 16.

⁵⁰ Cabe destacar que somente em 2017 foi organizada a primeira seleção feminina juvenil. Dessa forma, neste período a base da seleção referia-se à categoria masculina.

pensar no Rugby de mulheres, com o projeto para a criação do Circuito Nacional Feminino, o Super *Sevens*. Neste ano, o valor destinado ao circuito feminino (R\$ 329,753,58) era bem menor que o valor destinado ao campeonato Super 10 (R\$ 503.641,22) (MORAIS E SILVA *et. al*, 2015).

Em 2016, a situação ainda era semelhante: o valor aprovado para os campeonatos Super 8 e Taça Tupi, que representam respectivamente a primeira e segunda divisão do campeonato de homens de Rugby XV, foi de R\$ 730.177,76 e que, mesmo repartindo o valor igualmente entre os dois campeonatos, foi maior que o valor aprovado para o Super *Sevens* Feminino, a saber, R\$ 316.678,43 (CBRu, 2017)⁵¹. Isso se refletiu no número de etapas da competição das mulheres, que foram reduzidas de 6 para 3. Para o ano de 2017, houve um aumento significativo do valor que poderá ser destinado ao Super *Sevens* Feminino (R\$ 454.417,09). Entretanto, ainda é pouco comparado ao que poderá ser destinado aos campeonatos de XV de homens (R\$ 749.999,97). Entendemos que no caso da Lei de Incentivo ao Esporte, esses valores dependem muito do interesse das empresas em apoiar determinados projetos. Nesse sentido, a Atleta 1 (2017) tentou explicar o por quê da falta de interesse de empresas no Rugby de mulheres:

[...] que na verdade a empresa escolhe aonde ela vai botar o dinheiro. Mas a gente sabe que a forma de oferta dessas... dessas áreas de investimento é bem diferente... do tipo: “olha, a gente tem o Rugby masculino, que é isso, isso e isso (fala com empolgação) e tem o feminino (fala seca), entendeu? Então assim, tem essas questões também.

Compreender o tópico relacionado ao investimento no Rugby de mulheres foge do escopo do nosso estudo, apesar de se mostrar de extrema significância pela fala das atletas. Dessa forma, por se tratar de um assunto delicado e que merece maior e melhor atenção, seria necessário um estudo mais detalhado, com mais informações específicas deste tema.

Ainda dentro dessa perspectiva, duas Atletas (1 e 4) comentaram sobre os recursos financeiros recebidos em forma de salários e as diferenças entre os valores de homens e mulheres. Segundo a Atleta 1 (2017), “[...] o salário do masculino é três vezes maior que o do feminino. A melhor atleta do Brasil feminino recebe um terço do que ganha qualquer homem, no masculino”. O mesmo é percebido pela Atleta 4 (2017), ao comentar que se incomoda com essa situação porque:

⁵¹ Disponível em: <https://brasilrugbygovernanca.com.br/pages/lei-de-incentivo-federal>

[...] você tá lá treinando, treinando, treinando, treinando. Ai você ganha, por exemplo assim, você ganha 2.500. ai vem um cara lá da puta que pariu e ganha tipo, 5.000... ganha em euro, sei lá, ganha em outra nota, outra moeda. Você tipo, ta ali treinando, treinando, treinando e os cara não investe... tipo assim, tinha umas meninas que tinham convênio, tinha outras que não tinham convênio, sabe assim umas coisas?

Pelo recorte acima, verificamos que há uma distinção quanto aos salários dos atletas das seleções brasileiras de Rugby, em que os homens recebem mais que as mulheres. Além disso, como uma das atletas destacou, mesmo com as conquistas das mulheres, nem todas as atletas possuíam convênio, que seria uma relação de trabalho profissional dentro da Confederação. Percebemos que a situação vivenciada pelas atletas de Rugby é um reflexo da sociedade a qual se inserem. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014) e Biroli e Miguel (2014), no Brasil, os homens recebem duas vezes mais que as mulheres. Dados do IBGE (2010) também destacam o valor salarial inferior das mulheres em relação aos homens, recebendo em torno de 73,4% do valor recebido por eles.

Para a Atleta 8 (2017), que também comentou sobre o futuro do Rugby de mulheres no Brasil, os cuidados e incentivos à prática do Rugby por mulheres são considerados uma obrigação para a CBRu. Ela destacou que esse apoio por parte da entidade é necessário para o desenvolvimento do Rugby de mulheres e para dar suporte aos clubes que possuem essa categoria:

[...] depende muito da nossa Confederação Brasileira, sabe? Que eu acredito, não to... é... é uma opinião minha né, que eles tão voltados pro XV masculino e eles são obrigados [fala com ênfase] a fazer alguma coisa no feminino e não que eles realmente tenham, queriam e... então, a gente tem... é obrigado a ter uma organização em termos de confederação, tudo, pra poder o Rugby continuar desenvolvendo. Não tem como tu só no clube tentar fazer as coisas, tem que ser a nível de seleção também (ATLETA 8, 2017).

A atleta 4 (2017) refletiu sobre os motivos pelos quais isso acontece, ao se questionar: “[...] é que a gente não entende muito qual que é o lance deles lá, de administração mais... tipo, nessa parte eu acho que não é igual. Eu acho que tem uma puta diferença tipo, por ser homem [...] E eu acho que por ser homem também tá lá comandando né?”. Pela sua fala, a atleta acreditava que seria uma possível justificativa para a prioridade financeira da Confederação serem os homens o fato de eles estarem à frente da CBRu. Isto também foi observado pelas atletas

neozelandesas, uma vez que na Nova Zelândia há um grande número de homens na administração e cargos técnicos. Essas informações podem ser corroboradas por Gonçalves (2014) que apresenta que na CBRu, até 2013, das 15 principais funções da diretoria somente 3 eram exercidas por mulheres, a saber, Coordenação Administrativa Financeiro, Compras e Prestação de Contas e Gestão Seleção Feminina.

Em 2017, a baixa presença das mulheres em cargos se manteve. Dos 42 cargos titulares dos Órgãos Colegiados da Confederação (Conselho de Administração, Comitê de Nomeação, Diretoria Executiva, Conselho Consultivo, Conselho Fiscal, Comissão Disciplinar, Superior Tribunal de Justiça Desportiva) apenas dois eram ocupados por mulheres⁵² e dos cargos suplentes, apenas uma era mulher. Dos cargos nos Comitês da CBRu (Comitê Técnico de Alto Rendimento e Seleções, Comitê de Desenvolvimento, Comitê de Gestão e Finanças, Comitê de Capacitação e Marketing e Comitê Antidoping) nenhum era composto por mulheres. Quanto aos cargos de gerentes e diretores técnicos não foram encontradas informações sobre os ocupantes⁵³. Percebemos, então, a ausência das mulheres nos cargos de decisões da Confederação Brasileira de Rugby.

Mourão e Gomes (2004) e Oliveira (2004) relatam sobre a dificuldade das mulheres em se inserirem em cargos de decisão em organizações esportivas. Segundo as autoras, este tem sido o novo desafio das mulheres nos esportes. As entidades esportivas ainda apresentam dúvidas quanto à capacidade das mulheres de gerir pessoas, dinheiro e esportes, destinando a elas cargos secundários.

O tratamento desigual, tanto no que diz respeito aos salários menores quanto ao menor investimento no Rugby de mulheres, pode indicar uma discriminação, caracterizada como às ações ofensivas voltadas a manter as particularidades e posições privilegiadas de um grupo em relação a outro.

Dentro dessa perspectiva de pouco incentivo, as atletas também comentaram sobre a falta de oportunidade de as mulheres praticarem o Rugby no Brasil, principalmente relacionado ao Rugby XV, já que este é jogado pela minoria das atletas no país e que não há campeonatos nacionais desta modalidade, como fala a Atleta 9 (2017 – grifo nosso):

⁵² Os dois cargos são ocupados pela mesma mulher.

⁵³ Essas informações podem ser consultadas no site oficial da Confederação Brasileira de Rugby: <https://brasilrugbygovernanca.com.br/pages/orgaos-colegiados> e <https://brasilrugbygovernanca.com.br/pages/comites-cbru>.

Então, falta um pouco de recurso nesse sentido e investimento pra... pros campeonatos femininos assim, como não tem XV né, a gente **tem que** jogar o *sevans* e eles querem colocar bastante etapas, bastante jogos, fazer o esporte se manter e crescer. Só que eu acho que falta um pouquinho de organização e pra... pra tudo ocorrer bem.

Como visto, as atletas destacaram que ficam restritas ao jogo do Rugby de Sete e ressaltaram que o Rugby de XV deveria ser incentivado já que ele permite a prática do esporte por pessoas de diferentes estaturas e peso. Com essas duas opções, as atletas poderiam escolher o estilo de jogo e modalidade a qual se adaptem melhor, como explicaram a Atleta 6 (2017) e a Atleta 4 (2017):

A gente é muito bom no *Sevens*, sabe? Beleza. Mas querendo ou não a gente sempre vem com um discurso de “Não, o Rugby é muito democrático” e num sei o que. Desculpa, o *Seven* não é democrático. Não é. Vamo combinar, o *Seven* exige fisicamente de uma pessoa que não dá, uma pilarzinha⁵⁴ do XV não vai jogar *Seven* com a mesma desenvoltura que ela jogaria um XV. Porque ela... a força dela, tipo né [...] No XV ia ser a primeira, eu ia falar “eu preciso de uma pilar!”. Não da pra jogar um XV sem uma pilar, pra ter um bom *scrum*⁵⁵, pra ter.. né? [...]

É, tipo assim, eu acho que o que falta também pra gente pro feminino é o XV tipo, os cara não acredita na gente. Eu acho que tem mina pra gente montar uma seleção de XV ai óh com um potencial do c*****o, mas os cara não investe. A gente tem que jogar *Sevens*, não tem outra coisa pra gente jogar, ou é *seven* ou é *seven*. Os cara pelo menos eles tem o XV e o *seven*, tipo, cada um se identifica e vai pra onde quiser jogar... eu acho que é mais isso.

Nos projetos da CBRu a serem desenvolvidos com relação a campeonatos⁵⁶, não há projeção ou intenção de realizá-los para o Rugby XV de mulheres. Destacamos ainda que no final de 2016 a Confederação proibiu disputas de *Scrum* de Rugby XV de mulheres, mas não do masculino, em virtude do baixo nível técnico das atletas. Isso reflete que há a naturalização do pensamento sobre a incapacidade das mulheres para praticar o Rugby XV, a discriminação pelo tratamento desigual quanto às regras da modalidade e indica que a falta de investimento em cursos e preparação das atletas para esta modalidade tem limitado a participação das mulheres.

⁵⁴ Refere-se a posição de Pilar. Normalmente são jogadores/as mais fortes pois é uma posição que está em contato físico a todo momento do jogo.

⁵⁵ Formação fixa usada para recomeçar o jogo, a partir de uma disputa igual entre os times, após uma infração leve ou jogada irregular.

⁵⁶ Os projetos que estão em capitação ou em processo de aprovação são: Alta performance, Super Sevens Feminino, Super 14 e Taça tupi, Seleções Nacionais e Desenvolvimento. Disponível em: <https://ww2.brasilrugby.com.br/pages/lei-de-incentivo-federal>

Tendo em vista as informações acima apresentadas sobre a trajetória das atletas da Seleção Brasileira de Rugby e sobre a participação das mulheres no Rugby no Brasil, compreendemos que:

- As atletas participantes da pesquisa possuem pelo menos 6 anos de prática de Rugby e que a entrada na seleção brasileira se deu por meio de seletivas. Além disso, as atletas residem nas regiões Sul e Sudeste;
- O início da prática se deu em grande parte por meio de convite de amigos e familiares, sendo que as atletas foram atraídas pelos valores éticos, dinamismo e pelo fato de o Rugby ser um esporte de contato;
- Durante a trajetória no esporte, as Yaras tiveram como principais apoiadores a família, amigos e técnicos;
- A trajetória das atletas no Rugby é permeada por altos e baixos, com dificuldades e potencialidades. Nesse sentido, as principais dificuldades foram mudar de cidade, questões financeiras, preconceito, lesões. Além dessas dificuldades, problemas com o técnico e horários para estudo e trabalho também foram motivos para as atletas se sentirem desmotivadas com a prática do Rugby;
- As atletas foram motivadas a continuar jogando pelo apoio da equipe, por terem um objetivo, para se desafiarem e para retribuírem o aprendizado que tiveram;
- Dentre as potencialidades destacadas por elas estão: o fazer amigos/as, ter experiências em viagens, ser atleta de rendimento, crescer e aumentar o conhecimento pessoal;
- As atletas responderam como o momento mais marcante de suas trajetórias situações positivas como a participação de campeonatos com a seleção e a convocação para um evento importante;
- Apesar de apenas 2 atletas citarem o preconceito como dificuldade da prática do Rugby, ao serem questionadas, afirmaram ter sofrido com o preconceito de gênero: por ser um esporte considerado masculino e que mulheres não deveriam praticá-lo; sobre não serem capazes de praticá-lo; que seus corpos não se adequam às exigências do corpo ideal ou que são grandes demais e brutos; por ser um esporte violento e; por tentarem destacar atributos de feminilidade em reportagens;
- Por meio do Rugby, a maioria das atletas se sente empoderada, no sentido de se sentirem capazes de praticar um esporte, de aceitarem seus corpos e superarem seus limites

- Algumas das Yaras encerraram ou estão em processo de encerramento de suas carreiras como atletas. Elas afirmaram que não tiveram uma preparação para este momento e que estão com dificuldades de se inserirem em outro mercado de trabalho;
- Sobre a participação das mulheres no Rugby do Brasil, apesar das dificuldades, da falta de investimento e incentivo, elas têm conquistado mais espaço, têm evoluído e têm crescido em quantidade e qualidade. Isso se deve também ao fato de as mulheres estarem expondo mais suas opiniões e ideias frente às suas condições neste esporte.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho objetivou analisar quais os elementos que marcaram a trajetória esportiva de 10 atletas mulheres que participaram/participam da Seleção Brasileira de Rugby, como, por exemplo, as dificuldades, as potencialidades e as motivações para a prática do Rugby. Buscamos identificar também se o preconceito de gênero era o principal marcador da trajetória dessas atletas, sendo esta a hipótese de nosso estudo. Neste sentido, discutimos sobre as relações de gênero, preconceito e sobre a participação das mulheres no Rugby com o intuito de compreender nosso campo investigativo.

Com relação à hipótese de nosso estudo, ela foi refutada, pois o que marca a trajetória das atletas de Rugby que fizeram e fazem parte da Seleção Brasileira de Rugby são os bons momentos. Esses momentos são expressos nos desafios conquistados individualmente, com as equipes e com a Seleção, sejam eles convocações, participações em jogos ou vitórias de campeonatos; no fazer amigos, sejam eles da mesma equipe ou até mesmo de outros estados, e países, e nas viagens, as quais só se tornaram possíveis pelo envolvimento com o Rugby. Há também o sentimento de família proporcionado pelo ambiente agradável durante os encontros entre atletas em torneios e pelos valores do esporte.

Entretanto, os dados da pesquisa mostraram que o preconceito de gênero surgiu como elemento para algumas atletas ao citarem situações que dizem respeito ao Rugby ser considerado um esporte masculino e perigoso e por esse motivo não ser aconselhável que uma mulher o pratique, subestimando a capacidade das mulheres em praticá-lo, trazendo à tona questões relacionadas ao corpo e a sexualidade.

Estes comentários e situações de preconceito não são restritos há pessoas fora da comunidade do Rugby. Atletas, técnicos e instituições também o fazem, aceitando os discursos normativos de que as praticantes de Rugby são lésbicas, grandes e fortes. Essas características físicas e a orientação sexual, muitas vezes, são consideradas mais relevantes que as qualidades técnicas das atletas.

Durante as entrevistas, percebemos que as atletas da Seleção Brasileira de Rugby não sentiram o preconceito de maneira individual, mas de maneira estrutural. Isto significa dizer que o preconceito de gênero abordado pelas atletas refere-se às diferenciações nos salários, já que as

mulheres ganham menos que os homens, ao baixo investimento financeiro na categoria feminina, principalmente no que diz respeito ao suporte aos times e à organização de campeonatos, sendo estes em pouca quantidade; e à falta de oportunidade dada às mulheres, limitando-as à prática do Rugby *Sevens*.

As atletas sofreram com as dificuldades financeiras durante suas trajetórias. Houve a necessidade de venderem rifas e fazerem promoções para a participação de campeonatos com seus clubes. Elas produziram e venderam calendários para pagar a viagem para a participação do primeiro campeonato mundial com a Seleção. Estas promoções foram resultado também do amadorismo do esporte no período. Além disso, durante o processo de concentração das atletas em São Paulo, na preparação para o ciclo olímpico, as dificuldades financeiras também emergiram como um dos principais pontos. Os salários tinham valor reduzido para algumas atletas e, por esse motivo, precisaram do apoio financeiro dos familiares.

Questões relacionadas a um ex-técnico da equipe também foram destacadas pelas atletas. O machismo, a objetificação do corpo das atletas, a convocação de atletas não pelas suas qualidades técnicas e a comparação entre as equipes de homens e mulheres foram pontos que marcaram negativamente a trajetória das atletas pesquisadas, sendo motivos para o pensar em largar a carreira esportiva.

Diante disso, podemos entender que as situações vivenciadas pelas atletas de Rugby no Brasil são reflexos da sociedade em que se inserem. Esta sociedade discrimina a mulher, marca os papéis e comportamentos sociais. As mulheres são tratadas com desigualdade salarial, limitação de oportunidades, com baixa participação nos cargos de poder e decisão.

O Rugby também se mostrou como um elemento empoderador e marcou a vida das atletas. As atletas afirmaram que por meio da modalidade passaram a se aceitar como são, em especial seus corpos, melhorando a autoestima e aprendendo a usar, o que antes era considerado uma fraqueza, como uma fortaleza. Com o aumento da confiança em si mesmas, aprenderam a superar seus limites, físicos e mentais, a se exporem e opinarem mais diante das situações, exercendo este poder juntamente com as demais atletas. Além disso, as Yaras passaram a se sentirem capazes de realizar e conquistarem seus objetivos nas mais diversas áreas da vida, seja na faculdade, no campo profissional ou mesmo na carreira esportiva.

Outro ponto de destaque refere-se ao ganho de visibilidade e espaço do Rugby de mulheres. Este espaço vem sendo construído por mulheres que têm sua trajetória esportiva

individual, mas que, ao ser unida com a trajetória de outras atletas, transforma o coletivo da modalidade. Assim, há um avanço da categoria feminina, no que tange ao aumento do número de praticantes, melhorando a qualidade de jogos e, inclusive, conquistando resultados mais expressivos que a categoria masculina. Um exemplo disso é o surgimento de novas equipes e o aumento no número de equipes e etapas do campeonato nacional das mulheres, o *Super Sevens*, além da décima terceira conquista das mulheres do Campeonato Sul-americano de Rugby *Sevens* em 2017, o que as mantém invictas desde 2004. Outros exemplos são o resultado significativo da Seleção de mulheres nos Jogos Olímpicos, garantindo o 9º lugar, que garantiu a vaga das Yaras como equipe fixa no Circuito Mundial, enquanto a equipe dos homens ficou na última colocação.

Entretanto, o Rugby de mulheres no Brasil ainda tem muito que avançar. Falta maior representatividade das mulheres nos cargos técnicos e de gestão, tanto nos clubes, como dentro das instituições que organizam a modalidade nos Estados e no país, de forma a poderem apresentar suas dificuldades, ideias e propostas para o melhor desenvolvimento da categoria; é necessário buscar equidade nos salários dos/das atletas que compõem as Seleções, e estruturas condizentes ao masculino, no que diz respeito a campeonatos. Precisa-se evoluir, também, no que tange ao financiamento e centros de treinamento em relação a outros esportes no Brasil, já que a modalidade ainda não possui as mesmas condições de outras modalidades mais populares no país.

Esperamos que nosso estudo tenha contribuído para dar voz àquelas que têm construído a história do esporte e, principalmente, da história do Rugby no Brasil, bem como retratar a experiência das atletas das mulheres que praticam esportes e/ou atividades que são socialmente consideradas como de exclusividade dos homens.

Sugerimos que novos estudos sejam realizados, buscando ampliar a literatura sobre a presença das mulheres no Rugby, discutindo as relações de poder e de gênero neste espaço. Consideramos relevante, ainda, estudar sobre as políticas envolvidas no financiamento, nos projetos e na participação dessas mulheres nos cargos de decisão, já que estes elementos marcam fortemente o campo do esporte de mulheres.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A.; SANTOS, S. L. G. **A inclusão do rugby na educação física escolar: notas para a construção de uma abordagem de ensino.** Anais 5º Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar (CONPEF), 2011.

ADJEPONG, A. **‘We’re, like, a cute rugby team’:** How whiteness and heterosexuality shape women’s sense of belonging in rugby. *International Review for the Sociology of Sport*. Abril, 2015.

AGRESTA, M. C.; BRANDÃO, M. R. F.; NETO, T. L.B. Causas e Consequências Físicas e Emocionais do Término de Carreira Esportiva. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 14, n. 6, 2008, p. 504-508.

ALMEIDA, T. R. **Fortes, aguerridas e femininas:** um olhar etnográfico sobre as mulheres praticantes de *Rugby* em um clube de Porto Alegre. Dissertação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

ALLPORT, G. W. **The Nature of Prejudice.** Boston: Addison-Wesley Publishing Company. 1954.

ARAÚJO, L. L. P.; RIOS, R. A Popularização das Redes sociais e o Fenômeno da Orkutização. **Anais XIV Congresso de ciências da Comunicação na Região Nordeste.** Recife, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-0590-1.pdf>. Acesso em 14 de Fevereiro de 2017.

ATLETA 1. Entrevista 1 [jun. 2017]. Entrevista concedida à Giovanna Xavier de Moura. Londrina, 2017.

ATLETA 2. Entrevista 2 [jun. 2017]. Entrevista concedida à Giovanna Xavier de Moura. Londrina, 2017.

ATLETA 3. Entrevista 3 [ago. 2017]. Entrevista concedida à Giovanna Xavier de Moura. Curitiba, 2017.

ATLETA 4. Entrevista 4 [set. 2017]. Entrevista concedida à Giovanna Xavier de Moura. Rio de Janeiro, 2017.

ATLETA 5. Entrevista 5 [set. 2017]. Entrevista concedida à Giovanna Xavier de Moura. Rio de Janeiro, 2017.

ATLETA 6. Entrevista 6 [set. 2017]. Entrevista concedida à Giovanna Xavier de Moura. Rio de Janeiro, 2017.

- ATLETA 7.** Entrevista 7 [set. 2017]. Entrevista concedida à Giovanna Xavier de Moura. Rio de Janeiro, 2017.
- ATLETA 8.** Entrevista 8 [set. 2017]. Entrevista concedida à Giovanna Xavier de Moura. Rio de Janeiro, 2017.
- ATLETA 9.** Entrevista 9 [set. 2017]. Entrevista concedida à Giovanna Xavier de Moura. Rio de Janeiro, 2017.
- ATLETA 10.** Entrevista 10 [set. 2017]. Entrevista concedida à Giovanna Xavier de Moura. Rio de Janeiro, 2017.
- AZERÊDO, S. **Preconceito contra a “mulher”:** diferença, poemas e corpos. São Paulo: Cortês, 2ª ed., 2011.
- BARBERÁ, E. **Psicologia del gênero.** Barcelona: Ariel, 1998.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELLEZA, C. **Preconceito na internet agora é crime, segundo novo projeto de Lei.** Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, 2016. Disponível em; <http://www.ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/12198/preconceito-na-internet-agora-e-crime-segundo-novo-projeto-de-lei>. Acesso em 14 de Fevereiro de 2017.
- BIROLI, F. O Público e o Privado. IN: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política:** uma introdução. São Paulo, Boitempo, 2014, p. 31-46.
- BIROLI, F. MIGUEL, L. F. Introdução. IN: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política:** uma introdução. São Paulo, Boitempo, 2014, p.7-16
- BITTENCOURT, N. A. Movimentos Feministas. **Revista InSURgência**, ano 1, v. 1, n. 1, 2015, p. 198-210.
- BORSARI, José Roberto. **Futebol de Campo.** São Paulo: EPU, 1989
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina.** 2ª ed, Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2002.
- _____. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.136-153.
- _____. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Editora Vozes, 9 ed., 2007.
- _____. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BOURDIEU, P.; SAINT-MARTIN, M. **Goffts de classe et styles de vie**. (Excerto do artigo "Anatomie du gofit".) Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 5, 1976, p. 18-43.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1807511/mod_resource/content/1/Bourdieu_.pdf

BRANDÃO, M. R. F.; AKEL, M. C.; ANDRADE, S. A.; GUISELINI, M. A. N.; MARTINI, L. A.; NASTÁS, M. A. Causas e Consequências da transição de carreira esportiva: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento Brasília**, v. 8, n. 1, 2000, p. 49-58.

BRANDÃO, M. R.; CASAL, H. V. Mulheres-atletas e o esporte de rendimento: a questão do gênero. IN: SIMÕES, A. C. **Mulher e Esporte: mitos e verdades**. São Paulo: Manole, 2003, p. 155-164.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm. Acesso em: 22 de Outubro de 2016.

_____. Ministério do Esporte. **Diagnóstico Nacional do Esporte**. Caderno I, Brasília: 2015. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/diesporte/diesporte_grafica.pdf. Acesso em: 12 de Maio de 2016.

_____. **Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>. Acesso em 21 de dezembro de 2016.

_____. **Conselho Nacional de Desporto**. 1965. Disponível em:

<<http://cev.org.br/biblioteca/deliberacao-n-7-2-agosto-1965>>. Acesso em 21 de Dezembro de 2016.

_____. **Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995**. Brasília/DF, 1995. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm>. Acesso em 17 de Maio de 2016.

_____. **Portal Brasil**. Mulheres na Política. Brasília/DF, 2012. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>>. Acesso em: 16 de Fevereiro de 2017.

BRADSHAW, A. Empowerment and Sport Feminism: a critical analysis. **International Sports Studies**, v. 24, n. 1, 2002.

CAMINO, L.; PEREIRA, C. O papel da psicologia na construção dos direitos humanos: análises das teorias e práticas psicológicas na discriminação do homossexualismo. **Revista Perfil**, 2002, p. 49-64.

CARDOSO, B. L. C.; SAMPAIO, T. M. V.; SANTOS, D. S. Dimensões socioculturais do boxe: percepção e trajetória de mulheres atletas. **Revista Movimento**, v. 21, n. 1, 2015, p. 139-154.

CARLE, A.; NAURIGHT, J. **A Man's Game?: Women Flaying Rugby Union in Australia**. The University of Queensland, Department of Human Movement, 1999, p. 55-73.

CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, 2015, p. 119-136.

CBRu. **Confederação Brasileira de Rugby**. Disponível em: <http://www.brasilrugby.com.br/>. Acesso em: 10 de Outubro de 2016.

CENAMO, G. C. **História do Rugby**. Graduação em Educação Física – Universidade de São Paulo, 2010.

CHALABAEV, A.; SARRAZIN, P.; FONTAYNE, P.; BOICHÉ, J.; CLÉMENT-GUILLOTIN, C. The Influence of Sex Stereotypes and Gender Roles on Participation and Performance in Sport and Exercise: Review and Future Directions. **Psychology of Sport and Exercises**, v. 14, 2013, p. 136-144.

CHU, M., M. L.; LEBERMAN, S. L.; HOWE, B. L.; BACHOR, D. G. The Black Ferns: the Experiences of New Zealand's Elites Women Rugby Players. **Journal of Sport Behavior**, v. 26, n. 2, 2003.

CID, L.; LOURO, H. Praticar natação é uma paixão ou um sacrifício? Estudo da relação entre o tipo de paixão que o atleta sente pela modalidade e sua orientação motivacional. **Revista Iberoamericana de Psicologia do Exercício e do Esporte**, v. 5, n. 1, 2010, p. 99-114

CNN WORLD RUGBY. **Emily Valentine: 'The first lady of rugby'**. 2016. Disponível em: <http://edition.cnn.com/videos/sports/2016/06/17/spc-cnn-world-rugby-emily-valentine.cnn/video/playlists/rugby-intl-spc/>. Acesso em: 17 de Julho de 2017.

COCHRANE, C. **Rugby Sevens Born in Scotland and Coming Back to Glasgow**. Disponível em: <http://www.eveningtimes.co.uk/commonwealth-games/cwg-sports/rugbysevens-born-in-scotland-and-coming-back-to-glasgow.1397805281>. Acesso em: 10 de Março de 2017.

CORNWALL, A. Apresentação: trilhas do empoderamento de mulheres. **Revista Feminismos**, v. 1, n. 1, 2013

CORREIA, T. A. S.; NETTO, J. E. S. Motivos Para A Prática Esportiva E Fatores Associados De Jogadoras De Futsal. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 11, n. 2, 2012, p. 82-95

COSTA, D. M. Social issues in American women's sports. IN: HARTMANN-TEWS, I; PFISTER, G. (ORG.). **Sport and Women: Social issues in international perspective**. London: Routledge, 2003, p. 145-160.

CROCHIK, J. L. **Preconceito: indivíduo e cultura**. 2ª ed. São Paulo: Robe, 1997.

DEVIDE, Fabiano Pries. **Gênero e Mulheres no Esporte: História das Mulheres nos jogos Olímpicos Modernos**. Ijuí: Editora Ijuí, 2005.

- DEVINE, P. Stereotypes and prejudice: their automatic and controlled components. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 56, n. 1, 1989, p. 5-18. Disponível em: <http://web.comhem.se/u52239948/08/devine89.pdf>. Acesso em: 30 de Outubro de 2016.
- DUARTE, O. **História dos Esportes**. São Paulo: Makron Book, 2000.
- DUNNING, E; MAGUIRE, J. As Relações entre os sexos no esporte. IN: KNIJNIK, J. D. (Org.). **Gênero e esporte: masculinidades & feminilidades**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 67-108.
- DUNNING, E. O Desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais na identidade masculina e as suas transformações. IN: ELIAS; N.; DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difusão Editorial, 1985, p. 389-412.
- DUNNING, E. A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto. IN: ELIAS; N.; DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difusão Editorial, 1985.
- EAGLE, A. H.; DIEKMAN, A. B. What is the Problem? Prejudice as an Attitude-inContext. In: DOVIDIO, J.; GLICK, P.; RUDMAN, L. **On the Nature of Prejudice: Fifty Years after Allport**. Oxford, Blackwell Publishing, 2005.
- ELIAS, N. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difusão Editorial LDA, 1985.
- FALLON, M. A. **Gender role conflict revisited: na exploration of gender role expectations and conflict among female Rugby players**. New York: Nova Science Publisher, 2010.
- FERNANDES, V. L. F. P. **Mulheres de ouro: trajetória e representação de atletas de lutas**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Desporto da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.
- FERNANDES, A. V.; MOURA, G. X.; STAREPRAVO, F. A.; PIMENTEL, G. G. A. Desentrem a voz que está soterrada em vocês”: luta, resistência e avanços da mulher no esporte. IN: **Educação, Gênero e Feminismos: Resistências bordadas com fios de luta**. Curitiba: CRV, 2017, p. 175- 198.
- FERNANDEZ, M. **Clube sem futebol feminino ficará fora da Libertadores a partir de 2019**. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2017/01/clube-sem-futebol-feminino-ficara-fora-da-libertadores-partir-de-2019.html>. Acesso em: 28 de Janeiro de 2017.
- FERREIRA, A. M. C. **Avaliação antropométrica e fisiológica do jogador de Rugby português**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, 2012
- FORMIGA, N. S. **Ambivalência das Atitudes Preconceituosas frente aos grupos sociais minoritários brasileiros**. Portal dos Psicólogos. s/d. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0257.pdf>. Acesso em 04 de Outubro de 2016.

FÓRUM GLOBAL DE EQUIDADE DE GÊNERO. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2015/>. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GAUGE, S. **For the love of Rugby: A Companion.** Chichester: Summersdale Publishers LTD, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILL, F. 'Violent' femininity: Women rugby players and gender negotiation. **Women's studies international forum.** Pergamon, 2007. p. 416-426.

GERMON, J. **Gender: a Genealogy of an Idea.** Nova York: Palgrave Macmillian, 2009.

GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, 1995, p. 57-63.

GOELLNER, S. V. **As atividades corporais e esportivas e a visibilidade das mulheres na sociedade brasileira do início deste século.** Porto Alegre: Movimento, v. 9, p. 47-57, 1998.

_____. **A educação física e a construção do corpo da mulher: imagens de feminilidade.** Florianópolis: Motrivivência, v. 16, p. 35-52, 2001.

_____. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica.** Ijuí: Editora Unijuí, 1ª ed., v. 1000, 2003.

_____. **Mulheres e Futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades.** Revista Brasileira de Educação Física, São Paulo, v. 19, n. 2, 2005, p. 143-151.

_____. **Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história.** Goiânia: Pensar a Prática, v. 8, n.1, p. 85-100, 2006.

_____. História das Mulheres no Esporte: o gênero como categoria analítica. Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte. **Anais...** Recife, v. 1, 2007, p. 1-10.

_____. **As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil do início do século XX.** Recorde: Revista de História do Esporte, v. 1, p. 5, 2008.

_____. Prefácio. IN: KNIJNIK, J. D. (Org.). **Gênero e esporte: masculinidades & feminilidades.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p.7-10.

_____. **Mulheres e esporte: sobre conquistas e desafios.** Revista Anual do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, Brasília, p. 72 - 74, 10 dez. 2012.

GÓES, L. P. T. de. **A mídia alternativa dos movimentos sociais na Web**. I Congresso anual da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicação e Política. Salvador, 2006.

GONÇALVES, M. C. **Esporte e Estética: Um estudo com jogadoras de rúgbi**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina. 2014

GONÇALVES, M. C.; VAZ, A. F. Resíduos do amadorismo no esporte: a exemplo de uma equipe feminina de Rugby feminino. **Revista Movimento**, v. 21, n. 3, 2015, p. 591-601

GREEN, B. C.; CHALIP, C.; BOWERS, M. United States of America. IN: O'BOYLE, I.; BRADBURY, T. (ORG). **Sport governance: International case studies**. London/New York: Routledge, 2013, p. 20-35.

HALL, M. A. How should we theorize gender in the context of sport? In: MESSNER, M. A.; SABO, D. F. (Org.). **Sport, men, and gender order: critical feminist perspective**. Champaign: Human Kinetics, 1990, p. 223-239.

HARGREAVES, J. **Sporting females: Critical issue in the history and sociology of women's sport**. Londres: Routledge, 1994.

HARTMANN-TEWS, I; PFISTER, G. Women's inclusion in sport: International and comparative findings. IN: HARTMANN-TEWS, I; PFISTER, G. (ORG.). **Sport and Women: Social issues in international perspective**. London: Routledge, 2003, p. 266-280.

HEILBORN, M. L. De que gênero estamos falando? **Sexualidade, Gênero e Sociedade**, v. 1, n. 2, 1994, p. 1-8.

HOWE, P. D. **Women's Rugby and the Nexus Between Embodiment, Professionalism and Sexuality: An Ethnographic Account**. *Football Studies*, v. 4 n. 2, p. 77-92, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mulher no Mercado de Trabalho: Perguntas e Respostas**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf. Acesso em 20 de Dezembro de 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/index.html>. Acesso em 18 de Fevereiro de 2017.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. Women in Sport: Key-dates. Disponível em: <https://www.olympic.org/women-in-sport/background/key-dates>. Acesso em 24 de Janeiro de 2017.

IOC. INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. Women in Olympic Movement, 2016. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Factsheets-Reference->

[Documents/Women-in-the-Olympic-Movement/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement-June-2016.pdf#_ga=1.230486044.149443375.1441028059](#). Acesso em 24 de janeiro de 2017.

IRB. International Rugby Board. **Women's Rugby Plan 2011-2016**, publicado em 2012. Disponível em: <http://www.worldrugby.org/womens-rugby/strategic-plan>. Acesso em: 24 de Julho de 2017.

JONCHERAY, H; TLILI, H. **Are there still social barriers to women's rugby?**, *Sport in Society*, v. 16, n. 6, p. 772-788, 2013.

JONES, J. M. **Racismo e Preconceito**. São Paulo: Edgard Blücher, Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

KNIJNIK, J. D. **A Mulher Brasileira & o Esporte**: seu corpo, sua história. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003

KNIJNIK, J. D. Gênero: um debate que não quer calar. In: KNIJNIK, J. D. (Org.). **Gênero e esporte**: masculinidades & feminilidades. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 26-65

KNIJNIK, J. D.; FALCÃO-DELFINO, P. C. Esporte e masculinidade: uma longa história de amor, ou melhor, de amizade. In: KNIJNIK, J. D. (Org.). **Gênero e esporte**: masculinidades & feminilidades. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 161-184.

KNIJNIK, J. D.; VASCONCELOS, E. G. Mulheres na Área no País do Futebol: perigo de gol. IN: SIMÕES, A. C. **Mulher e Esporte**: mitos e verdades. São Paulo: Manole, 2003, p. 165-176

KNIJNIK, J. D.; SOUZA, J. S. S. Diferentes e Desiguais: relações de gênero na mídia esportiva brasileira. IN: SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D. O Mundo Psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho. São Paulo: Aleph, 2004, p. 191-212

LINHARES, J. **Marcela Temer: bela, recatada e "do lar"**. Revista Veja, 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 23 de Março de 2017.

LOPES, A. L.; PINHEIRO, E. S.; CUNHA, G. S.; SAPATA, K.; MARTINS, J. B.; CARTERI, R. B.; RIBEIRO, G. S.; CARDOSO, M. S. Análise da composição corporal e da capacidade aeróbia em jogadores de Rugby. **EFDportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, v. 16, n. 158, 2011a.

LOPES, A. L.; SANT'ANNA, R. T.; BARONI, B. M.; CUNHA, G. S.; RADAELLI, R.; OLIVEIRA, A. R.; CASTRO, F. S. Perfil antropométrico e fisiológico de atletas brasileiros de "rugby". **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, n. 3, p. 387-395, jul./set. 2011b.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J.; MEYER, D. WALDOW, V. (Org.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 12-19.

- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- LOVISOLO, H.; SOARES, A. J.; BARTHOLO, T. L. Feministas, mulheres e esporte: questões metodológicas. **Movimento**, n. 03, 2006, p. 165-191
- MACEDO, L. L.; SIMÕES, A. C. A mulher atleta e o esporte de rendimento: análise do comportamento agressivo em equipes esportivas. IN: SIMÕES, A. C. **Mulher e Esporte**: mitos e verdades. São Paulo: Manole, 2003, p. 207-237
- MADUREIRA, A. F. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola**: a construção de uma cultura democrática. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2007.
- MANSANERA, A. R.; SOUZA, R. C. **Psicologia Social** (Apostila). Palmas: Unitins, 2007.
- MARQUES, J. C.; CAFFEO, M. R. G. Mulheres fazem isso? Análise das estratégias de gestão do Rúgbi feminino no Brasil. **PODIUM: sport, leisure and tourism review**, v. 3, n. 2, 2014, p. 26-40
- MENDES, A. S.; QUINTINO, L. S.; FERREIRA, R. P.; GOMES, W. D. **Rugby Inserção nas Aulas de Educação Física Escolar**. EFDportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, v. 17, n. 171, 2012.
- MEZAN, R. **Tempo de muda**: ensaio de psicanálise. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- MIGUEL, L. F. Gênero e Representação Política. IN: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo, Boitempo, 2014, p. 93-107
- MILLS, Wright C. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª edição, 1969.
- MONTAGNER, M. A. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Revista Sociologia**, ano 9, n. 17, 2007, p. 240-264.
- MONTEIRO, I. C. **Mulheres de preto: trajetória na arbitragem do futebol profissional**. Dissertação (Mestrado em Educação Física, Movimento Humano e Diversidade) – Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa e Faculdade de Educação Física e Desporto da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.
- MORAES E SILVA, M.; CÉSAR, M. R. A. Refletindo sobre os “problemas de gênero” no Brasil: contribuições para a pesquisa em Educação Física. **Educación Física y Ciencia**, 16(2), p.1-10, 2014.
- MORAES E SILVA, M.; MEZZADRI, F. M.; SOUZA, D. L.; SOUZA, P. M. O Financiamento Público do Rugby Brasileiro: a Relação Governo Federal e Confederação Brasileira de Rugby (CBRu). **Revista de Educação Física UEM**, v. 26, n. 2, 2015, p. 213-222.

MOURA, G. X. **Mulher e Esporte: o Preconceito com as Atletas de Rugby da Cidade de Maringá-Pr.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2014.

MOURA, P. M. **Pronto para a Guerra.** Disponível em Revista IstoÉ: https://istoe.com.br/329813_PRONTOS+PARA+A+GUERRA/ . Acesso em 02 de Março de 2016.

MOURA, G. X.; STAREPRAVO, F. A.; ROJO, J. R.; TEIXEIRA, D.; SILVA, M. M **Mulher e Esporte: O Preconceito com as Atletas de Rugby da Cidade de Maringá-Pr.** **Revista Motrivivência**, v. 29, n. 50, 2017, p. 17-30.

MOURÃO, L. **Representação Social da Mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação á democratização.** Revista Movimento, a. 7, n. 13, 2000.

MOURÃO, L. Exclusão e Inserção da Mulher Brasileira em Atividades Físicas e Esportivas. In: SIMÕES, A. C. (Org.). **Mulher e Esporte: Mitos e Verdades.** São Paulo: Manole, 2003, p. 123-154.

MOURÃO, L.; GOMES, E. M. P. Mulheres no ringue: a pioneira Maria Aparecida de Oliveira. IN: KNIJNIK, J. D. **Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 231-248.

MOURÃO, L.; GOMES, E. M. P. Mulheres na Administração Esportiva Brasileira: uma trajetória em curso. IN: **O Mundo Psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho.** São Paulo: Aleph, 2004, p. 306-318

MOURÃO, L.; VOTRE, S. Brazilian Women and Girls in Physical Activities and Sport. In: HARTMANN-TEWS, I.; PFISTER, G. **Sport and Women: Social Issues in International Perspective.** Londres: Routledge, 2003, p.179-191.

MYERS, D. G. Preconceito: O ódio ao próximo. In: MYERS, D. G. **Psicologia Social.** Rio de Janeiro; LTC, 2000, p. 181-206.

NAKASHIMA, F. S.; NASCIMENTO JUNIOR, J. R. A.; VIEIRA, L. F. O papel dos pais na trajetória esportiva de atletas de ginástica rítmica. **Pensar a Prática:** v. 15. N. 14, p. 821-1113, 2012.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 3, 2006, p. 647-654.

NEVES, F. B. **A Construção de uma Ironwoman: a Trajetória Esportiva de Verônica Bardini.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física – Monografia, 2009.

NEVES, J. L.. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

NUNOMURA, M.; OLIVEIRA, M. S. A participação dos pais na carreira das atletas femininas de ginástica artística: a perspectiva dos técnicos. **Revista Brasileira de Educação Física e esporte**. São Paulo, v. 28, n. 1, 2014, p. 125-134.

NZRFU. New Zeland Rugby Football Union. **Women's Rugby History**. Disponível em: <http://www.communityrugby.co.nz/women-s-rugby/history>. Acesso em: 20 de Julho de 2017,

OLIVEIRA, G. A. S. Mulheres Enfrentando o Desafio da Inserção, Ascensão e Permanência no Comando de Equipes Esportivas de Alto Nível. IN: SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D. O Mundo Psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho. São Paulo: Aleph, 2004, p. 319-336.

OLIVEIRA, Amauri A. B.; KRAVCHYNCHYN, C.; MOREIRA, E. C.; PEREIRA, R. S. **Ensinando e Aprendendo Esportes no Programa Segundo Tempo**. Maringá: Eduem, 2011.

OLIVEIRA, G; CHEREM, E.H.L.; TUBINO, M.J.G. **A Inserção Histórica da Mulher no Esporte**. Rev. Bras. Ciência e Mov. vol. 16, n. 2, p. 117-125, 2008.

PACHECO, L. T. “Lugar de mulher... é no Rugby”: notas sobre relações de gênero e corporeidade no interior de Minas Gerais. In: Reunião Brasileira de Antropologia – Diálogos antropológicos expandindo fronteiras. **Anais...** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p.1-13, 2014.

PAIM, M. C. C. Motivos que levam adolescentes a praticar o futebol. **Revista Digital EFDportes**, ano 7, n. 43, 2001.

PAIVA, M. P.; JUNIOR, E. G.; HONORATO, T. **Resenha: “O tênis no Brasil: de Maria Esther Bueno a Gustavo Kurten”**. Revista de História do Esporte, v. 7, n. 1, 2014, p. 1-8.

PARGA, E.; SOUSA, J.; COSTA, M.; FERREIRA, S. **Estereótipos e Preconceitos de Gênero entre Estudantes de Enfermagem da UFBA**. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador. v.14, n. 1, p. 111-118, 2001.

PEREIRA, C.; TORRES, A. R. R.; ALMEIDA, S. T. Um Estudo do Preconceito na Perspectiva das Representações Sociais: Análise da Influência de um discurso Justificador da Discriminação no Preconceito Racial. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16 n. 1) 2003, p. 95-107

PIMENTA, W. R. C.; LOPES, A. C. Dupla Jornada de Trabalho: uma análise da condição feminina no trabalho doméstico. **VIII Jornada de Sociologia de la UNPL**, 2014. Disponível em: <http://www.aacademica.org/000-099/404.pdf>. Acesso em 19 de Fevereiro de 2017.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PORTAL DO RUGBY. **Entenda o Rugby**: História do Rugby. Disponível em: <http://www.portaldorugby.com.br/entenda-o-rugby/historia-do-rugby>. Acesso em 08 de Abril de 2017.

PORTAL DO RUGBY. **CBRu lança o Super Sevens: o Circuito Brasileiro Feminino**, 2012. Disponível em: <http://www.portaldorugby.com.br/noticias/brasil/cbru-lanca-o-super-sevens-o-circuito-brasileiro-feminino>. Acesso em 18 de Novembro de 2017.

PORTAL DO RUGBY. **Vai começar o Super Sevens feminino de 2017**. Disponível em: <http://www.portaldorugby.com.br/noticias/brasil/vai-comecar-o-super-sevens-feminino-de-2017>. Acesso em: 20 de Outubro de 2017.

REPUCOM. **Woman and Sport**. 2015. Disponível em: http://www.iboperepucom.com/media/2015/03/REP_Women_and_Sport-Report_final.pdf. Acesso em: 13 de Abril de 2017.

RIAL, C. Rúgbi e Judô: esporte e masculinidades. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (Org.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, p. 229-258

RICHARDSON, R.J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3 Ed., São Paulo: Atlas, 2007.

RILEY, D. **Rugby: The History**. Auckland, New Zeland: Reading Warrior, 2015.

RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia Social**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1999

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E.; JABLONSKI, B. **Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 27ª ed. Revista e Ampliada, 2009.

ROMERO, E. Essas mulheres maravilhosas: nadadoras e ginastas. IN: SIMÕES, A. C. **Mulher e Esporte: mitos e verdades**. São Paulo: Manole, 2003, p. 69-102

ROMERO, E. A (In)Visibilidade da Mulher Atleta no Jornalismo Esportivo do Rio de Janeiro. IN: SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D. **O Mundo Psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho**. São Paulo: Aleph, 2004, p. 213-252.

ROSEMBERG, F. A Educação Física, os Esportes e as Mulheres: Balanço da Bibliografia Brasileira. In: ROMERO, E. (Org.). **Corpo, Mulher e Sociedade**. Campinas: Papyrus, 1995. p. 271-308.

RUGBY DE CALCINHA. **As várias faces dos calendários sensuais de Rugby no Brasil**. Disponível em: <http://rugbydecalcinha.blogspot.com.br/2010/09/as-varias-faces-dos-calendarios.html>. Acesso em: 26 de Julho de 2017.

RUGBY LEAGUE. **Laws of the game**. Disponível em: http://www.rugby-league.com/the_rfl/rules/laws_of_the_game. Acesso em: 17 de Março de 2017.

RUGBY READY. Disponível em: <http://www.irbrugbyready.com/index.php?section=5&language=PTBR>. Acesso em Novembro de 2017.

SAFFIOTI, H. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMULSKI, D. M.; MORAES, L. C. C. A.; FERREIRA, R. M.; MARQUES, M. P.; SILVA, L. A.; LÔBO, I. L. B.; MATOS, F. O.; SANTIAGO, M. L. M.; FERREIRA, C. H. S. Análise da transição das carreiras de ex-atletas de alto nível. **Revista Motriz**, v. 15, n. 2, 2009, p. 310-317.

SANTOS, E. F.; MAIO, E. R. A Questão do Gênero nas Brincadeiras Infantis: um estudo de caso. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 1, 2013, p. 103-113.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995, p. 71-99.

SCHMALZ, D. L.; KERSTETTER, D. L. **Girlie Girls and Manly Men**: Children's Stigma Consciousness of Gender in sports and Physical Activities. *Journal of Leisure Research*, v. 38, n. 4, 2016, p.536-557.

SIMÕES, A. C.; CORTEZ; J. A. A.; CONCEIÇÃO, P. F. M. Mulher e esporte de competição e de rendimento: as várias fases do social, do biológico e do psicológico. IN: SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D. **O Mundo Psicossocial da Mulher no Esporte**: comportamento, Gênero, Desempenho. São Paulo: Aleph, 2004, p. 131-152.

SOUZA, J. F. **Gênero e sexualidade nas Pedagogias culturais**: implicações para a educação infantil. Acesso em: 14 de Setembro de 2016. Disponível em: http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_gensex/SexualidadeInfantil.pdf

SOUZA, E. S.; ALTMANN, H. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Caderno Cedes**, Campinas, ano 19, n. 48, p. 52-68, 1999.

STAREPRAVO 2011. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

THEBERGE, N. Sport and Women's Empowerment. **Women's Studies in Forum**, v. 10, n. 4, 1987, p. 387-393.

THOMPSON, S. M. Women and Sport in New Zeland. In: HARTMANN-TEWS, I.; PFISTER, G. **Sport and Women: Social Issues in International Perspective**. Londres: Routledge, 2003, p.252-265.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Semana da mulher**: participação feminina na política brasileira cresce ao longo do tempo. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-participacao-feminina-na-politica-brasileira-cresce-ao-longo-do-tempo>. Acesso em: 17 de Fevereiro de 2017.

TOTAL SPORTEK. **25 World's Most Popular Sports (Ranked by 13 factors)**. Disponível em: <http://www.totalsportek.com/most-popular-sports/>. Acesso em: 10 de Março de 2016.

TOVIA, K. **Making sense of the everyday women Rugby player**. Tese (Doutorado) - Victoria University of Wellington, 2014.

USA SEVENS RUGBY. Página facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/USASevens/>. Acesso em: 24 de Julho de 2017.

USA. UNITED STATES DEPARTMENT OF EDUCATION. **Title IX and Sex Discrimination**, 1972. Disponível em: https://www2.ed.gov/about/offices/list/ocr/docs/tix_dis.html. Acesso em: 10 de Janeiro de 2017.

VALOURA, L. C. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador**. 2006. Disponível em: http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Comportamento_organizacional/empowerment_por_paulo_freire.pdf. Acesso em: 12 de Maio de 2016.

VERTINSKY, P. Women, Sport, and Exercise in the 19th Century. IN: COSTA, M.; GUTHRIE, S. **Women and sport: interdisciplinary perspective**. USA: human Kinetics, 1994, p. 63-82.

VILANI, L. H. P.; SAMULSKI, D. M. Família e esporte: uma revisão sobre a influência dos pais na carreira esportiva de crianças e adolescentes. IN: SILAMI GARCIA, E.; LEMOS, K. L. M. **Temas atuais VII: Educação física e esportes**. Belo Horizonte: Editora Health, 2002, p. 9-26.

VLASTUIN, J. **As “donas da quadra”**: leitura sociológica das unidades geracionais olímpicas do voleibol feminino no Brasil (1980-2008). Tese (Doutorado), Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2013.

WHITE, A. Women and Sport in the UK. IN: HARTMANN-TEWS, I; PFISTER, G. **Sport and Women: Social issues in international perspective**. London: Routledge, 2003, p. 35-52.

WORLD RUGBY. Disponível em: www.worldrugby.org. Acesso em 08 de Fevereiro de 2017.

WORLD RUGBY. **Number of Players**, 2016. Disponível em: <https://www.worldrugby.org/development/player-numbers>. Acesso em 08 de Abril de 2016.

WRIGHT, J.; CLARKE, G. Sport, the media and the construction of compulsory heterosexuality: a case study of Women's Rugby Union. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 34, n. 3, p. 227-243, 1999

ZOBOLI, F.; COSTA, T. R. **Corpo, sexualidade e gênero: a mulher atleta**. Revista Espaço Acadêmico, ano 8, n. 154, 2014, p. 43-53.

ANEXOS

ANEXO A: Parecer Consubstanciado Comitê de Ética e Pesquisa da UEM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RUGBY E PRECONCEITO: AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM PAÍSES DISTINTOS

Pesquisador: Fernando Augusto Starepravo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 63179516.0.0000.0104

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Maringá

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.903.137

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa proposto por pesquisador vinculado à Universidade Estadual de Maringá.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar o preconceito de gênero no Rugby feminino e sua relação com a cultura do a partir da percepção das atletas praticantes da modalidade.

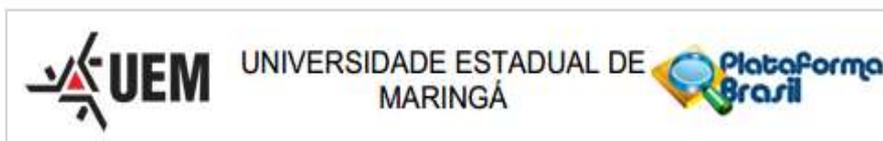
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avalia-se que os possíveis riscos a que estarão submetidos os sujeitos da pesquisa serão suportados pelos benefícios apontados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de estudo que sera realizado com 24 atletas de Rugby Sevens feminino, sendo doze atletas brasileiras e doze atletas estrangeiras. Critério de selecao: atletas brasileiras que ja participaram de campeonatos internacionais; atletas estrangeiras que residem em paises em que a modalidade e difundida. Contado com as atletas sera feito via e-mail e recursos digitais como as redes sociais. Após contato e os devidos esclarecimentos e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistas serao agendadas e realizadas individualmente via recursos digitais a partir do primeiro semestre de 2017. As entrevistas terao tempo aproximado de 20 minutos e serao realizadas em lingua portuguesa e inglesa.

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
 Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900
 UF: PR Município: MARINGÁ
 Telefone: (44)3011-4597 Fax: (44)3011-4444 E-mail: copep@uem.br



Continuação do Parecer: 1.903.137

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta Folha de Rosto assinada pelo chefe do Departamento, mas sem assinatura do mesmo. TCLE em português e em inglês. Arquivo informando que as entrevistas serão realizadas via recursos digitais com a utilização de programas e aplicativos como Skype e Facebook, não havendo desta forma, necessidade de autorizações para a realização da pesquisa. Arquivo contendo entrevista nas duas línguas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá é de parecer favorável à aprovação do protocolo de pesquisa apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Face ao exposto e considerando a normativa ética vigente, este Comitê se manifesta pela aprovação do protocolo de pesquisa em tela.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_810954.pdf	20/12/2016 14:17:34		Aceito
Outros	local.docx	20/12/2016 14:16:53	Giovanna Xavier de Moura	Aceito
Orçamento	orcamento.docx	12/12/2016 09:00:19	Giovanna Xavier de Moura	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Anteprojeto.docx	12/12/2016 08:59:34	Giovanna Xavier de Moura	Aceito
Outros	Roteiro.docx	12/11/2016 08:09:51	Giovanna Xavier de Moura	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	12/11/2016 08:09:16	Giovanna Xavier de Moura	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	12/11/2016 08:05:57	Giovanna Xavier de Moura	Aceito
Folha de Rosto	Scanner_20161112.pdf	12/11/2016 08:02:13	Giovanna Xavier de Moura	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
 Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900
 UF: PR Município: MARINGÁ
 Telefone: (44)3011-4597 Fax: (44)3011-4444 E-mail: copep@uem.br



Continuação do Parecer: 1.903.137

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGÁ, 01 de Fevereiro de 2017

Assinado por:
Ricardo Cesar Gardiolo
(Coordenador)

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900
UF: PR Município: MARINGÁ
Telefone: (44)3011-4597 Fax: (44)3011-4444 E-mail: copep@uem.br

APÊNDICES

APENDICE A: Roteiro de Entrevista

- 1) Fale um pouco sobre sua trajetória no Rugby.
- 2) Quais foram seus principais apoiadores nesta trajetória? Como foi a participação da família na sua trajetória? Você teve apoio?
- 3) Quais foram as principais dificuldades durante sua trajetória?
- 4) Quais foram as principais potencialidades durante sua trajetória?
- 5) Qual foi o momento mais marcante para você na sua trajetória/ carreira?
- 6) Você enfrentou alguma dificuldade para permanecer como atleta? Em algum momento pensou em desistir ou se sentiu desmotivada?
- 7) O que te motivou a continuar jogando?
- 8) Você já vivenciou alguma situação de preconceito por praticar o Rugby?
 - a. Abordar o preconceito de gênero se não mencionado.
- 9) O que o Rugby trouxe de positivo?/ Você se sente empoderada por praticar o Rugby?
- 10) Como você vê a participação das mulheres no Rugby no Brasil?

APENDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada “**A trajetória de mulheres no Rugby**”, que faz parte do Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL e é orientada pelo Starepravo Prof. Dr. Fernando Augusto da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é analisar a trajetória de atletas mulheres praticantes do Rugby. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: será realizada uma entrevista semiestruturada, individualmente. Durante a entrevista será gravado apenas o áudio. Informamos que poderão ocorrer riscos e desconfortos mínimos. **Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária**, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa. O trabalho poderá ser divulgado em eventos e revistas. Caso você concorde, sua entrevista fará parte do acervo do Centro de Memória do Esporte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo que desta forma sua identidade será preservada nos documentos. Caso queira manter-se no anonimato, você não será identificada na pesquisa, ou seja, será assegurado o absoluto sigilo e confidencialidade, sendo que após o término da pesquisa, as gravações serão destruídas. A participação da pesquisa não implica gastos para você e também não podemos oferecer nenhuma compensação financeira. **Os benefícios esperados são** favorecer o conhecimento do Rugby em contextos socioculturais, principalmente ao compreender as relações de gênero que permeiam este campo, conhecer a história e a trajetória de atletas de Rugby de mulheres, tentativa de desconstrução de estereótipos, identificar as dificuldades e potencialidades da prática do Rugby pelas atletas que adentram este campo, como as atletas superam as barreiras sociais encontradas para a prática do Rugby. Além disso, você poderá consultar sua entrevista e o andamento do trabalho a qualquer momento. **Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você. Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.**

Eu,.....(nome por extenso do sujeito de pesquisa)
declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar **VOLUNTARIAMENTE**
da pesquisa coordenada pelo Prof. Dr. Fernando Augusto Starepravo.

_____ **Data:**.....
Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, Giovanna Xavier de Moura (nome do pesquisador ou do membro da equipe que aplicou
o TCLE), declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-
nominado.

_____ **Data:**.....
Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador,
conforme o endereço abaixo:

Nome: Giovanna Xavier de Moura

Endereço: Departamento de Educação Física (DEF/UEM)

(telefone/e-mail): (55 44) 9912-4644/ giovannax.moura@hotmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o
Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM,
no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: copep@uem.br